Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 5

Demonstração do Resultado 7

Demonstração do Resultado Abrangente 8

Demonstração do Fluxo de Caixa 9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016 11

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015 12

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014 13

Demonstração do Valor Adicionado 14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 16

Balanço Patrimonial Passivo 18

Demonstração do Resultado 21

Demonstração do Resultado Abrangente 22

Demonstração do Fluxo de Caixa 23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016 25

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015 26

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014 27

Demonstração do Valor Adicionado 28

Relatório da Administração 30

Notas Explicativas 52

Proposta de Orçamento de Capital 162

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva 163

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 166

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 167

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes 168

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	720.210
Preferenciais	1.009.617
Total	1.729.827
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	12/02/2017	Dividendo	08/03/2017	Ordinária		0,08020
Reunião do Conselho de Administração	17/02/2017	Dividendo	08/03/2017	Preferencial		0,08020

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	5.772.385	4.507.931	4.906.147
1.01	Ativo Circulante	982.021	540.793	913.945
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	41.878	222.737	50.249
1.01.02	Aplicações Financeiras	797.525	51.581	6.046
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	797.525	51.581	6.046
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	797.525	51.581	6.046
1.01.03	Contas a Receber	5.989	5.808	5.158
1.01.03.01	Clientes	5.989	5.808	5.158
1.01.04	Estoques	59	64	53
1.01.06	Tributos a Recuperar	32.477	19.193	193
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	104.093	241.410	852.246
1.01.08.03	Outros	104.093	241.410	852.246
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	32.293	47.682	30.127
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	0	65.793	0
1.01.08.03.03	Ativos disponíveis para venda	0	0	818.984
1.01.08.03.04	Outros créditos	71.800	127.935	3.135
1.02	Ativo Não Circulante	4.790.364	3.967.138	3.992.202
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	736.364	757.710	1.044.344
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	710.946	717.411	760.728
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	25.418	40.299	283.616
1.02.01.09.03	Creditos tributários	2.375	0	209.190
1.02.01.09.04	Depósitos e cauções vinculados	96	48	41
1.02.01.09.06	Impostos a recuperar	21.599	0	0
1.02.01.09.07	Instrumentos Finnanceiros Derivativos	1.348	40.232	74.361
1.02.01.09.08	Outros	0	19	24
1.02.02	Investimentos	4.026.069	3.192.259	2.934.043
1.02.02.01	Participações Societárias	4.026.069	3.192.259	2.934.043
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.016.090	3.182.208	2.923.992
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	9.979	10.051	10.051

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.02.03	Imobilizado	18.332	9.368	9.098
1.02.04	Intangível	9.599	7.801	4.717
1.02.04.01	Intangíveis	9.599	7.801	4.717

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	5.772.385	4.507.931	4.906.147
2.01	Passivo Circulante	298.596	586.272	1.277.142
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.791	4.391	80.519
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.791	4.391	80.519
2.01.01.01.01	Tributos e Contribuições Sociais	3.791	4.391	80.519
2.01.02	Fornecedores	2.370	1.703	1.182
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.370	1.703	1.182
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	191.942	500.461	1.098.924
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	81.162	321.678	372.840
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	81.162	321.678	372.840
2.01.04.02	Debêntures	110.780	178.783	726.084
2.01.05	Outras Obrigações	100.493	79.717	64.169
2.01.05.02	Outros	100.493	79.717	64.169
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	14.533	2.609	1.993
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	568	4.113	7.353
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	2.338	1.992	1.398
2.01.05.02.06	Beneficios a empregados - plano de pensão	597	0	255
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	27.637	16.806	0
2.01.05.02.10	Outras contas a pagar	54.820	54.197	53.170
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	0	32.348
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	0	32.348
2.02	Passivo Não Circulante	1.791.922	1.710.006	1.746.066
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.503.850	1.435.425	1.597.247
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	81.163	97.620	199.215
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	81.163	97.620	199.215
2.02.01.02	Debêntures	1.422.687	1.337.805	1.398.032
2.02.02	Outras Obrigações	286.773	267.356	148.819
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	269.608	228.573	144.018
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	269.608	228.573	144.018

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.02.02	Outros	17.165	38.783	4.801
2.02.02.02.04	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	1.332	674	436
2.02.02.02.05	Benerficios a empregados - Plano Pensão	1.655	0	1.510
2.02.02.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	10.624	30.873	0
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	3.554	7.236	2.855
2.02.03	Tributos Diferidos	1.299	7.225	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.299	7.225	0
2.03	Patrimônio Líquido	3.681.867	2.211.653	1.882.939
2.03.01	Capital Social Realizado	2.795.963	1.260.000	1.010.000
2.03.02	Reservas de Capital	-59.602	-25.125	-12.853
2.03.02.07	Custo com emissões de ações	-65.723	0	0
2.03.02.08	Outras Reservas	6.121	-25.125	-12.853
2.03.04	Reservas de Lucros	1.085.122	1.056.817	963.083
2.03.04.01	Reserva Legal	121.489	113.753	97.507
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	876.470	910.538	777.305
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	87.163	75.201	130.946
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	0	-42.675	-42.675
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-139.616	-80.039	-77.291

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	67.080	57.594	57.063
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-20.582	-34.924	-9.371
3.03	Resultado Bruto	46.498	22.670	47.692
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	314.509	284.662	298.244
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-30.421	-35.616	-51.634
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	15	125	382
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-108	-70	-113
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	345.023	320.223	349.609
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	361.007	307.332	345.936
3.06	Resultado Financeiro	-167.081	-327.197	-154.180
3.06.01	Receitas Financeiras	204.973	161.282	148.239
3.06.02	Despesas Financeiras	-372.054	-488.479	-302.419
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	193.926	-19.865	191.756
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	12.271	-27.620	87.991
3.08.01	Corrente	-122	0	-104.150
3.08.02	Diferido	12.393	-27.620	192.141
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	206.197	-47.485	279.747
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-51.480	372.407	731
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	154.717	324.922	280.478
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,10160	0,25880	0,22520
3.99.01.02	PN	0,10160	0,25880	0,22520

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	154.717	324.922	280.478
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-59.577	-2.748	-36.564
4.02.01	Itens que não serão reclassificados para a demosntração do resultado	-57.571	-4.164	-31.399
4.02.02	Itens que poderão ser reclassificados para a demosntração do resultado	-2.006	1.416	-5.165
4.03	Resultado Abrangente do Período	95.140	322.174	243.914

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	112.002	-246.440	121.424
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	121.027	-1.842	68.047
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício das operações continuadas	154.717	324.922	280.478
6.01.01.02	Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	51.480	-372.407	-731
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-12.271	27.620	-87.991
6.01.01.06	Despesas com juros, variações monetarias e cambiais - líquidas	235.637	373.356	244.604
6.01.01.07	Depreciação e amortização	3.624	2.874	2.431
6.01.01.08	Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	19	-65	-269
6.01.01.09	Equivalência patrimonial	-345.023	-320.223	-349.609
6.01.01.10	Marcação a mercado derivativos	-55.635	55.276	-5.363
6.01.01.11	Instrumentos financeiros derivativos	89.606	-93.692	-15.503
6.01.01.12	Marcação a mercado da dívida	-1.127	497	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.025	-244.598	53.377
6.01.02.01	(Aumento) de consumidores e concessionárias	-181	-650	-346
6.01.02.03	Diminuição (aumento) de estoques	5	-11	15
6.01.02.04	(Aumento) de impostos a recuperar	-15.825	-19.000	-2.283
6.01.02.05	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-48	-7	-37
6.01.02.07	Diminuição (aumento) de outros créditos	2.135	-124.783	2.091
6.01.02.08	Aumento (diminuição) de fornecedores	667	521	-1.243
6.01.02.09	Aumento (diminuição) de tributos e contribuições sociais	5.745	-7.340	3.399
6.01.02.10	Aumento (diminuição) de obrigações estimadas	346	594	90
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição pagos	0	-97.803	0
6.01.02.13	(Diminuição) de outras contas a pagar	-1.869	3.881	51.691
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.245.213	1.597.534	-1.708.594
6.02.01	Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos	-785.645	-113.321	-1.180.873
6.02.02	Aplicações financeiras e recursos vinculados	-839.234	-32.423	205.918
6.02.04	Aplicações no imobilizado e intangível	-14.419	-6.274	-5.238
6.02.06	Partes relacionadas	108.130	237.738	-744.528
6.02.07	Alienação de bens do imobilizado e intangível	33	99	277

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.02.08	Recebimento de dividendos	285.922	134.862	15.850
6.02.09	Alienação dos ativos de geração	0	1.376.853	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	952.352	-1.178.606	1.562.311
6.03.01	Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	270.000	1.502.579	1.935.146
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e debêntures - principal	-548.818	-2.378.467	-62.898
6.03.03	Pagamentos de empréstimos e debêntures - juros	-166.454	-376.468	-106.063
6.03.04	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	42.230	54.431	-35.026
6.03.05	Pagamento de dividendos	-114.846	-230.681	-168.848
6.03.06	Custos de transações incorridos nas operações com emissões de ações	-65.723	0	0
6.03.07	Aumento de capital com subscrição de ações	1.535.963	250.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-180.859	172.488	-24.859
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	222.737	50.249	75.108
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	41.878	222.737	50.249

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.260.000	-67.800	1.099.492	0	-80.039	2.211.653
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.260.000	-67.800	1.099.492	0	-80.039	2.211.653
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.535.963	8.198	-30.713	-138.374	0	1.375.074
5.04.01	Aumentos de Capital	1.535.963	0	0	0	0	1.535.963
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-51.569	0	-51.569
5.04.08	Custos de transações incorridos nas operações com emissão de ações	0	-65.723	0	0	0	-65.723
5.04.09	Pagamento de dividendos adicionais	0	0	-75.201	0	0	-75.201
5.04.10	Cancelamento ações em tesouraria	0	42.675	-42.675	0	0	0
5.04.11	Novas aquisições de ações de controladas	0	41.320	0	0	0	41.320
5.04.12	Transações de capital - instrumentos financeiros MTM - reflexo	0	-10.074	0	0	0	-10.074
5.04.13	Dividendos prescritos	0	0	0	358	0	358
5.04.14	Dividendos adicionais propostos	0	0	87.163	-87.163	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	154.717	-59.577	95.140
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	154.717	0	154.717
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-59.577	-59.577
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	16.343	-16.343	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	7.736	-7.736	0	0
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	8.607	-8.607	0	0
5.07	Saldos Finais	2.795.963	-59.602	1.085.122	0	-139.616	3.681.867

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.010.000	-40.827	1.005.758	0	-91.992	1.882.939
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	-14.701	0	0	14.701	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.010.000	-55.528	1.005.758	0	-77.291	1.882.939
5.04	Transações de Capital com os Sócios	250.000	-12.272	-55.745	-175.443	0	6.540
5.04.01	Aumentos de Capital	250.000	0	0	0	0	250.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-100.351	0	-100.351
5.04.08	Pagamento dividendos 2014	0	0	-130.946	0	0	-130.946
5.04.09	Dividendos adicionais propostos	0	0	75.201	-75.201	0	0
5.04.10	Novas aquisições de ações de controladas	0	-2.393	0	0	0	-2.393
5.04.11	Dividendos prescritos - reflexo	0	0	0	109	0	109
5.04.12	Transações de capital - instrumento financeiro MTM - reflexo	0	-9.879	0	0	0	-9.879
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	324.922	-2.748	322.174
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	324.922	0	324.922
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.748	-2.748
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	149.479	-149.479	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	16.246	-16.246	0	0
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	133.233	-133.233	0	0
5.07	Saldos Finais	1.260.000	-67.800	1.099.492	0	-80.039	2.211.653

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.010.000	-40.827	894.163	0	-55.428	1.807.908
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.010.000	-40.827	894.163	0	-55.428	1.807.908
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-14.701	97.571	-266.454	0	-183.584
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-68.532	0	-68.532
5.04.08	Pagamento dividendos 2013	0	0	-100.351	0	0	-100.351
5.04.09	Dividendos adicionais propostos	0	0	130.946	-130.946	0	0
5.04.10	Reserva de lucros	0	0	66.976	-66.976	0	0
5.04.11	Transações de capital - instrumento financeiro MTM - reflexo	0	-14.701	0	0	0	-14.701
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	280.478	-21.863	258.615
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	280.478	0	280.478
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-21.863	-21.863
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	0	-5.165	-5.165
5.05.02.07	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-16.698	-16.698
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	14.024	-14.024	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	14.024	-14.024	0	0
5.07	Saldos Finais	1.010.000	-55.528	1.005.758	0	-77.291	1.882.939

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	75.564	64.984	64.688
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	75.636	64.859	64.306
7.01.02	Outras Receitas	15	125	382
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-87	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-18.108	-42.103	-41.074
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.069	-40.416	-39.076
7.02.04	Outros	-2.039	-1.687	-1.998
7.03	Valor Adicionado Bruto	57.456	22.881	23.614
7.04	Retenções	-3.624	-2.874	-23.389
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.624	-2.874	-23.389
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	53.832	20.007	225
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	560.243	486.032	518.805
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	345.023	320.223	370.566
7.06.02	Receitas Financeiras	215.220	165.809	148.239
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	614.075	506.039	519.030
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	614.075	506.039	519.030
7.08.01	Pessoal	25.010	22.317	15.052
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.476	18.294	10.894
7.08.01.02	Benefícios	4.281	2.894	3.351
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.253	1.129	807
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.649	42.593	-78.266
7.08.02.01	Federais	9.123	41.289	-79.565
7.08.02.03	Municipais	1.526	1.304	1.299
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	372.219	488.614	302.497
7.08.03.01	Juros	372.054	488.479	302.419
7.08.03.02	Aluguéis	165	135	78
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	138.732	175.552	199.478
7.08.04.02	Dividendos	138.732	175.552	199.478
7.08.05	Outros	67.465	-223.037	80.269

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.08.05.01	Reserva Legal	7.736	16.246	14.024
7.08.05.02	Lucros retidos	8.249	133.124	66.976
7.08.05.03	Operações descontinuadas	51.480	-372.407	-731

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	20.022.820	18.502.182	18.601.642
1.01	Ativo Circulante	6.347.068	5.879.295	7.256.505
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	797.200	1.083.627	576.072
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.765.232	719.058	960.056
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.755.584	711.322	948.022
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.755.584	711.322	948.022
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	9.648	7.736	12.034
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	9.648	7.736	12.034
1.01.03	Contas a Receber	1.990.788	2.054.044	1.462.475
1.01.03.01	Clientes	1.990.788	2.054.044	1.462.475
1.01.04	Estoques	40.732	36.162	29.474
1.01.06	Tributos a Recuperar	485.838	390.192	307.260
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	485.838	390.192	307.260
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.267.278	1.596.212	3.921.168
1.01.08.03	Outros	1.267.278	1.596.212	3.921.168
1.01.08.03.01	Títulos de crédito a receber	9.661	4.676	9.260
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	116.961	117.780	59.705
1.01.08.03.03	Ativos financeiros setoriais	538.771	801.051	439.948
1.01.08.03.04	Contas a receber da concessão	0	0	861.289
1.01.08.03.05	Ativos disponíveis para venda	0	0	2.014.537
1.01.08.03.06	Outros créditos	601.885	672.705	536.429
1.02	Ativo Não Circulante	13.675.752	12.622.887	11.345.137
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.043.346	5.058.492	4.711.185
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	138.524	97.072	88.501
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	138.524	97.072	88.501
1.02.01.03	Contas a Receber	233.526	140.466	177.170
1.02.01.03.01	Clientes	233.526	140.466	177.170
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.671.296	4.820.954	4.445.514
1.02.01.09.03	Títulos de créditos a receber	18.304	1.624	1.624

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	233.421	177.558	173.111
1.02.01.09.05	Créditos tributários	1.273.990	774.658	928.170
1.02.01.09.06	Depósitos e cauções vinculados	208.223	194.710	163.318
1.02.01.09.07	Instrumentos financeiros derivativos	140.998	369.848	157.398
1.02.01.09.08	Contas a receber da concessão	3.484.798	2.858.710	2.162.764
1.02.01.09.09	Ativos financeiros setoriais	152.130	261.854	568.853
1.02.01.09.12	Outros créditos	159.432	181.992	290.276
1.02.02	Investimentos	23.648	28.635	36.410
1.02.02.01	Participações Societárias	23.648	28.635	36.410
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	23.648	28.635	36.410
1.02.03	Imobilizado	142.413	114.778	85.208
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	142.413	114.778	85.208
1.02.04	Intangível	7.466.345	7.420.982	6.512.334

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	20.022.820	18.502.182	18.601.642
2.01	Passivo Circulante	5.011.302	4.716.057	6.031.875
2.01.02	Fornecedores	1.170.254	1.204.877	966.244
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.170.254	1.204.877	966.244
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.534.659	1.511.118	2.020.355
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.260.071	1.195.369	1.233.487
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	384.991	418.949	590.461
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	875.080	776.420	643.026
2.01.04.02	Debêntures	274.588	315.749	786.868
2.01.05	Outras Obrigações	2.306.389	2.000.062	3.045.276
2.01.05.02	Outros	2.306.389	2.000.062	3.045.276
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	27.106	8.140	14.592
2.01.05.02.04	Parcelamento de impostos	13.839	17.116	22.851
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	81.753	79.027	85.545
2.01.05.02.07	Taxa de iluminação publica	54.677	65.809	47.579
2.01.05.02.08	Beneficios a empregados - plano de pensão	48.549	28.692	27.856
2.01.05.02.09	Encargos de dívidas	57.831	43.021	42.462
2.01.05.02.10	Encargos setoriais	314.144	372.295	201.376
2.01.05.02.11	Tributos e Contribuições Sociais	426.431	480.206	434.254
2.01.05.02.12	Passivos financeiros setoriais	631.701	494.740	214.641
2.01.05.02.13	Taxas regulamentares	58.635	20.373	291.280
2.01.05.02.14	Passivos disponível para venda	0	0	1.221.309
2.01.05.02.16	Incorporação de redes	234.398	109.463	184.933
2.01.05.02.17	Bandeiras tarifárias CCRBT	12.740	4.880	0
2.01.05.02.18	Instrumento finaneiros derivativos	139.935	126.251	0
2.01.05.02.19	Outras contas a pagar	204.650	150.049	256.598
2.02	Passivo Não Circulante	10.238.477	10.467.955	9.570.907
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.069.233	6.422.878	5.227.695
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.076.208	4.222.050	2.841.085

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.903.799	2.405.075	1.897.518
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.172.409	1.816.975	943.567
2.02.01.02	Debêntures	1.993.025	2.200.828	2.386.610
2.02.02	Outras Obrigações	2.271.312	2.469.963	2.577.995
2.02.02.02	Outros	2.271.312	2.469.963	2.577.995
2.02.02.02.03	Fornecedores	207.096	326.010	359.895
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	368.826	388.376	328.231
2.02.02.02.05	Tributos e contribuições sociais	255.503	138.440	75.964
2.02.02.02.06	Parcelamentos de impostos	70.907	78.031	90.712
2.02.02.02.07	Beneficcio a empregado-Plano pensão	263.250	185.018	174.188
2.02.02.02.08	Provisão para Riscos, Trabalhistas, Civeis e Fiscais	504.345	572.629	629.114
2.02.02.02.09	Taxas regulamentares	95.705	153.127	177.586
2.02.02.02.11	Passivos financeiros setoriais	171.638	143.103	440.339
2.02.02.02.13	Encargos setoriais	175.799	152.788	114.631
2.02.02.02.14	Incorporação de redes	78.615	185.162	178.360
2.02.02.02.15	Outras contas a pagar	79.628	147.279	8.975
2.02.03	Tributos Diferidos	1.897.932	1.575.114	1.765.217
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.897.932	1.575.114	1.765.217
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.773.041	3.318.170	2.998.860
2.03.01	Capital Social Realizado	2.795.963	1.260.000	1.010.000
2.03.02	Reservas de Capital	-59.602	-25.125	-12.853
2.03.02.07	Custo com emissão de ações	-65.723	0	0
2.03.02.08	Outros reservas	6.121	-25.125	-12.853
2.03.04	Reservas de Lucros	1.085.122	1.056.817	963.083
2.03.04.01	Reserva Legal	121.489	113.753	97.507
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	876.470	910.538	777.305
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	87.163	75.201	130.946
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	0	-42.675	-42.675
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-139.616	-80.039	-77.291

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.091.174	1.106.517	1.115.921

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	11.810.695	12.178.539	8.311.086
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-9.984.088	-10.287.228	-6.557.932
3.03	Resultado Bruto	1.826.607	1.891.311	1.753.154
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-710.028	-783.235	-758.231
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-657.681	-705.548	-738.021
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	98.730	13.406	55.063
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-151.077	-91.093	-71.650
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	-3.623
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.116.579	1.108.076	994.923
3.06	Resultado Financeiro	-772.499	-1.289.355	-667.453
3.06.01	Receitas Financeiras	733.843	550.894	460.949
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.506.342	-1.840.249	-1.128.402
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	344.080	-181.279	327.470
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-96.814	56.939	-21.861
3.08.01	Corrente	-275.334	-134.310	-291.739
3.08.02	Diferido	178.520	191.249	269.878
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	247.266	-124.340	305.609
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-51.480	475.741	-889
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	195.786	351.401	304.720
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	154.717	324.922	280.478
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	41.069	26.479	24.242
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	195.786	351.401	304.720
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-62.372	-4.415	-36.652
4.02.01	Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado	-61.713	-6.689	-31.487
4.02.02	Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração do resultado	-659	2.274	-5.165
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	133.414	346.986	268.068
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	92.345	320.507	243.826
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	41.069	26.479	24.242

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.765.051	1.058.652	830.332
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.782.540	1.504.693	1.005.350
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício das operações continuadas	195.786	351.401	304.720
6.01.01.02	Lucro líquido do exercício0 das operações descontinuadas	51.480	-475.741	889
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	96.814	-56.939	21.861
6.01.01.04	Ativo financeiro indenizável da concessão	-125.095	-243.409	0
6.01.01.05	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	396.815	1.437.182	196.708
6.01.01.06	Depreciação e amortização	703.644	699.930	591.357
6.01.01.07	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.353	126.924	-40.493
6.01.01.08	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-104.740	-100.653	-5.927
6.01.01.09	Marcação a mercado derivativos	-209.168	153.339	6.960
6.01.01.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	664.990	-432.617	-87.312
6.01.01.11	Marcação a mercado da dívida	39.816	-14.241	0
6.01.01.12	Perda (ganho) na alienação de bens do imobilizado e do intangível	46.845	59.517	16.587
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-17.489	-446.041	-175.018
6.01.02.01	(Aumento) de consumidores e concessionárias	-103.624	-536.174	-162.587
6.01.02.02	(Aumento) diminuição de títulos de créditos a receber	-12.537	13.088	449.126
6.01.02.03	Diminuição (aumento) de estoques	-7.298	-9.393	242
6.01.02.04	(Aumento) de impostos a recuperar	-91.577	-67.520	-314.497
6.01.02.05	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-13.513	-14.707	-1.682
6.01.02.06	Diminuição de ativos financeiros setoriais	603.034	27.306	-568.853
6.01.02.07	Diminuição (aumento) de outros créditos	9.541	-215.766	-112.808
6.01.02.08	Aumento (diminuição) de fornecedores	-118.874	185.998	-268.731
6.01.02.09	Aumento (diminuição) de tributos e contribuições sociais	6.722	70.615	212.898
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição pagos	-182.827	-154.536	-68.167
6.01.02.11	Aumento (diminuição) de obrigações estimadas	2.726	-6.518	63.546
6.01.02.12	(Diminuição) de passivos financeiros setoriais	-71.739	-48.107	652.244
6.01.02.13	(Diminuição) de outras contas a pagar	-37.523	309.673	-55.749
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.128.233	799.481	-1.112.534

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.02.02	Aplicações financeiras e recursos vinculados	-859.105	389.662	-226.539
6.02.04	Aplicações no imobilizado e intangível	-1.321.267	-1.255.827	-942.378
6.02.06	Partes relacionadas	0	106.328	0
6.02.07	Alienação de bens do imobilizado e intangível	52.139	6.600	33.720
6.02.08	Aquisição de caixa mais equivalente de caixa	0	0	84.066
6.02.10	Caixa equivalente de caixa descontinuado	0	0	-61.403
6.02.11	Alienação dos ativos de geração	0	1.552.718	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	76.755	-1.350.578	606.089
6.03.01	Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	1.773.025	3.615.611	3.981.033
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures - principal	-1.852.425	-4.058.012	-2.191.923
6.03.03	Pagamento de empréstimos e debêntures - juros	-691.150	-509.650	-318.496
6.03.04	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-291.951	195.149	-33.261
6.03.05	Pagamentos de dividendos	-123.689	-271.856	-215.875
6.03.06	Aumentos de capital com subscrição de ações	1.545.466	250.000	0
6.03.07	Pagamento de parcelamento de impostos	-10.401	-83.933	-524.603
6.03.08	Pagamento de parcelamento de encargos setoriais	-41.598	-181.463	-65.180
6.03.09	Pagamento de incorporação de redes	-86.963	-165.254	-25.606
6.03.10	Pagamento de parcelamento de fornecedores	-77.836	-141.170	0
6.03.11	Custos de transações incorridos nas operações com emissão de ações	-65.723	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-286.427	507.555	323.887
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.083.627	576.072	252.185
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	797.200	1.083.627	576.072

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.260.000	-67.800	1.099.492	0	-80.039	2.211.653	1.106.517	3.318.170
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.260.000	-67.800	1.099.492	0	-80.039	2.211.653	1.106.517	3.318.170
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.535.963	8.198	-30.713	-138.374	0	1.375.074	-51.270	1.323.804
5.04.01	Aumentos de Capital	1.535.963	0	0	0	0	1.535.963	0	1.535.963
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-51.569	0	-51.569	-15.885	-67.454
5.04.08	Custos de transações incorridos nas operações com emissão de ações	0	-65.723	0	0	0	-65.723	0	-65.723
5.04.09	Pagamento de dividendos adicionais 2015	0	0	-75.201	0	0	-75.201	0	-75.201
5.04.10	Cancelamento ações em tesouraria	0	42.675	-42.675	0	0	0	0	0
5.04.11	Novas aquisições de ações de controladas	0	41.320	0	0	0	41.320	-45.089	-3.769
5.04.12	Transações de capital - instrumento financeiro MTM - reflexo	0	-10.074	0	0	0	-10.074	-5	-10.079
5.04.13	Dividendos prescritos	0	0	0	358	0	358	206	564
5.04.14	Dividendos adicionais propostos	0	0	87.163	-87.163	0	0	0	0
5.04.15	Subscriçãp de aumento de capital de controladas por acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	9.503	9.503
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	154.717	-59.577	95.140	35.927	131.067
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	154.717	0	154.717	41.069	195.786
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-59.577	-59.577	-5.142	-64.719
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	16.343	-16.343	0	0	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	7.736	-7.736	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	8.607	-8.607	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.795.963	-59.602	1.085.122	0	-139.616	3.681.867	1.091.174	4.773.041

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.010.000	-40.827	1.005.758	0	-91.992	1.882.939	1.115.921	2.998.860
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	-14.701	0	0	14.701	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.010.000	-55.528	1.005.758	0	-77.291	1.882.939	1.115.921	2.998.860
5.04	Transações de Capital com os Sócios	250.000	-12.272	-55.745	-175.443	0	6.540	-34.216	-17.797
5.04.01	Aumentos de Capital	250.000	0	0	0	0	250.000	0	250.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-100.351	0	-100.351	-9.934	-110.285
5.04.08	Pagamento dividendos 2014	0	0	-130.946	0	0	-130.946	-24.282	-155.228
5.04.09	Dividendos adicionais propostos	0	0	75.201	-75.201	0	0	0	0
5.04.10	Novas aquisições de ações de controladas	0	-2.393	0	0	0	-2.393	0	-2.393
5.04.11	Dividendos prescritos - reflexo	0	0	0	109	0	109	0	109
5.04.12	Transações de capital - instrumentos financeiros MTM - reflexo	0	-9.879	0	0	0	-9.879	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	324.922	-2.748	322.174	24.812	337.107
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	324.922	0	324.922	26.479	351.401
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.748	-2.748	-1.667	-14.294
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	149.479	-149.479	0	0	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	16.246	-16.246	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	133.233	-133.233	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.260.000	-67.800	1.099.492	0	-80.039	2.211.653	1.106.517	3.318.170

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.010.000	-40.827	894.163	0	-55.428	1.807.908	18.608	1.826.516
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.010.000	-40.827	894.163	0	-55.428	1.807.908	18.608	1.826.516
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-14.701	97.571	-266.454	0	-183.584	1.073.070	889.486
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-68.532	0	-68.532	0	-68.532
5.04.08	Pagamento dividendo 2013	0	0	-100.351	0	0	-100.351	0	-100.351
5.04.09	Dividendos adicionais propostos	0	0	130.946	-130.946	0	0	0	0
5.04.10	Reserva de lucros	0	0	66.976	-66.976	0	0	0	0
5.04.11	Participações dos acionistas não controladores das aquisições realizadas em 11/04/2014	0	0	0	0	0	0	1.073.070	1.073.070
5.04.12	Transações de capital - instrumento financeiro MTM - reflexo	0	-14.701	0	0	0	-14.701	0	-14.701
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	280.478	-21.863	258.615	24.243	282.858
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	280.478	0	280.478	24.331	304.809
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-21.863	-21.863	-88	-21.951
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	0	-5.165	-5.165	0	-5.165
5.05.02.07	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-16.698	-16.698	-88	-16.786
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	14.024	-14.024	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	14.024	-14.024	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.010.000	-55.528	1.005.758	0	-77.291	1.882.939	1.115.921	2.998.860

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	18.381.545	18.770.274	11.667.206
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	16.807.424	17.477.569	10.592.338
7.01.02	Outras Receitas	98.730	13.406	33.719
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.465.220	1.406.223	1.084.462
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	10.171	-126.924	-43.313
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.262.252	-9.578.691	-6.352.484
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.206.649	-7.106.209	-4.497.677
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-774.736	-1.057.836	-850.931
7.02.04	Outros	-1.280.867	-1.414.646	-1.003.876
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.119.293	9.191.583	5.314.722
7.04	Retenções	-703.644	-699.930	-591.357
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-703.644	-699.930	-591.357
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	8.415.649	8.491.653	4.723.365
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	773.672	565.187	457.326
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	-3.623
7.06.02	Receitas Financeiras	773.672	565.187	460.949
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.189.321	9.056.840	5.180.691
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.189.321	9.056.840	5.180.691
7.08.01	Pessoal	867.274	761.539	655.489
7.08.01.01	Remuneração Direta	587.437	550.116	513.176
7.08.01.02	Benefícios	215.457	162.404	96.808
7.08.01.03	F.G.T.S.	64.380	49.019	45.505
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.508.154	6.533.918	2.997.493
7.08.02.01	Federais	3.166.588	3.235.083	1.049.008
7.08.02.02	Estaduais	3.326.926	3.286.114	1.942.662
7.08.02.03	Municipais	14.640	12.721	5.823
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.566.627	1.885.723	1.222.100
7.08.03.01	Juros	1.544.539	1.855.374	1.199.535
7.08.03.02	Aluguéis	22.088	30.349	22.565

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	188.050	335.155	290.696
7.08.04.02	Dividendos	138.732	175.552	199.478
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.249	133.124	66.976
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	41.069	26.479	24.242
7.08.05	Outros	59.216	-459.495	14.913
7.08.05.02	Reserva legal	7.736	16.246	14.024
7.08.05.05	Operações descontinuadas	51.480	-475.741	889

Relatório da Administração

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Perseverança e disciplina foram fundamentais para enfrentarmos a tempestade perfeita que marcou os negócios no Brasil em 2016. Ela foi desencadeada por um ambiente macroeconômico adverso e dificuldades no cenário político, com impeachment da presidente eleita e denúncias de corrupção envolvendo meios empresariais e políticos. O resultado foi o aprofundamento da recessão já instalada desde o ano anterior, com queda do Produto Interno Bruto de 3,6%. A recessão iniciada em 2014 já é considerada a mais profunda e longa que o país enfrentou. Esta conjuntura econômica desfavorável desarranjou toda a cadeia produtiva, notadamente no setor industrial, gerando desemprego recorde na história recente do país. A renda per capita em 2016 recuou para o nível de 2009. O consumo das famílias foi impactado de forma severa pelo elevado nível de endividamento, pela perda de renda e pelo desemprego. Os investimentos na indústria recuaram ao nível mais baixo desde 2010 com a paralisação de obras públicas e pela enorme capacidade ociosa dos negócios.

Não fomos pegos de surpresa por essa realidade. Previmos “esta tempestade perfeita” em nosso planejamento estratégico feito no final de 2014. Naquela ocasião, reforçamos que seria vital estarmos preparados para enfrentar as turbulências conjunturais e ao final conseguimos superar com sucesso o cenário pouco favorável para o desempenho das empresas.

Essas condições determinaram retração de 1,6% no consumo de energia nas áreas de concessão do Grupo Energisa, o primeiro recuo desde o racionamento de energia em 2001. Esse desempenho se somou ao crescimento praticamente zero do ano anterior. Agimos com rapidez e concentramos esforços em iniciativas de eficiência e segurança. Houve um forte engajamento para entregarmos os resultados com os quais estávamos comprometidos. A gestão disciplinada e austera no rígido controle de custos permitiu despesas operacionais consolidadas 4,4% menores sobre o ano anterior, uma redução real diante da inflação, medida pelo IGPM, acumulada de 7,2% no mesmo período.

Em 2016, o Grupo Energisa alcançou receita líquida consolidada de R$ 11.810,7 milhões, EBITDA Ajustado de R$ 2.051,7 milhões e lucro líquido de R$ 195,8 milhões. A Companhia manteve os compromissos de investimentos, que totalizaram R$ 1.642,9 milhões no exercício, estáveis em comparação ao ano anterior, perseguindo a expansão da rede, a contínua melhoria da qualidade, o combate às perdas e à inadimplência. Como resultado desses investimentos, houve uma forte evolução positiva nos indicadores de qualidade. E o seu reconhecimento na base de ativos das nove empresas que passaram por revisão tarifária em 2016 e no início de 2017, implicou acréscimo de 70,7% ou R$ 658,4 milhões em termos nominais desde o último ciclo de revisão na Base de Remuneração Regulatória.

Avançamos em temas importantes para o futuro da Energisa. Um destaque foi a bem-sucedida reabertura de capital da Companhia na BM&FBovespa S/A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo, com oferta pública de ações no valor de R$ 1.536,0 milhões, recursos esses importantes para adequar e melhorar o perfil do endividamento e da alavancagem. Para esse re-IPO, tivemos habilidade em aproveitar uma janela de condições favoráveis de mercado, e a demanda pelas ações da Companhia superou em mais de seis vezes o montante da oferta. Também demos um novo passo no aperfeiçoamento do modelo de governança corporativa, com a adesão ao Nível 2 da BM&FBovespa. Esses movimentos ampliaram a visibilidade da Energisa no mercado de capitais, traduzindo-se em maior número de acionistas institucionais, aumento da liquidez e dos negócios com as ações.

Temos feito grandes apostas que vão transformar ainda mais a Energisa ao longo dos anos. Em 2016, demos continuidade à consolidação das oito empresas adquiridas do Grupo Rede em 2014. Registramos avanço importante em etapas desse plano previsto para ser desenvolvido até 2018. Nessa direção, implantamos novos processos e procedimentos, concluindo a migração de sistemas de gestão para as distribuidoras de Mato Grosso e Tocantins e iniciamos essa etapa nas cinco unidades do Sudeste e do Sul, com conclusão em 2017. Em 2018, vamos finalizar essa migração no Mato Grosso do Sul. As medidas implementadas até aqui já produzem efeitos, tornando realidade a estratégia de criação das bases de um grupo sólido e integrado de distribuição e com presença nacional.

Prosseguimos também com a avaliação de melhores práticas e padronização de iniciativas em áreas como saúde e segurança e eficiência energética, alinhando projetos nas diferentes empresas. Demos foco em apoiar os clientes em iniciativas de economia de energia, de forma a evitar que os aumentos tarifários comprometessem significativamente sua renda e capacidade de pagamento. Levamos também às escolas ações de educação para consumo consciente, reforçando esse sentimento entre os jovens. Um projeto do qual nos orgulhamos foi a

Relatório da Administração

adaptação de um caminhão do projeto de eficiência energética, o Nossa Energia, para a realização de exames oftalmológicos em escolas no Bico do Papagaio, no Tocantins, uma das regiões mais carentes do estado.

Nossa visão é de longo prazo. Temos uma história centenária de realizações, de uma empresa que acredita no setor e no país. É com serenidade que continuaremos a apostar nos nossos sonhos e projetos, expressos pelas diretrizes estratégicas que conduzirão o Grupo Energisa nos próximos anos:

- Eficiência Operacional: busca contínua por melhorias operacionais na distribuição, visando não apenas ao atendimento de metas regulatórias de qualidade e perdas, mas, principalmente, ao bem-estar dos consumidores;
- Disciplina no uso dos recursos: rigidez no controle de despesas e realização de investimentos prudentes, a fim de trazer robustez à base de ativos das nossas concessões;
- Adequação da estrutura de capital: realização de operações adequadas aos negócios, de acordo com o fluxo de caixa e suas necessidades de investimento;
- Desenvolvimento de novos negócios: avaliação ativa de novas oportunidades no setor elétrico, apoiados em nosso diferencial em avaliar, estruturar e transformar ativos, mas sempre com prudência na alocação de capital; e
- Gestão de Pessoas: fortalecimento da cultura Energisa, engajando colaboradores e fomentando a conquista de resultados sustentáveis.

Esperamos que os ambientes institucional e regulatório do país continuem permitindo que os negócios do setor elétrico possam manter seu desenvolvimento em condições sustentáveis, em prol de nossos clientes e assegurando retorno adequado aos nossos acionistas.

2017 começa igualmente desafiador e nessa hora nos valemos da nossa experiência de 112 anos de existência. Temos sempre em mente nosso propósito maior de sermos uma das melhores e mais respeitadas do setor de energia elétrica no Brasil, atuando como uma empresa íntegra, que tem valores e coragem para prosseguir com visão de futuro.

Agradecemos a confiança de nossos acionistas, colaboradores, clientes e fornecedores.

Cataguases, 23 de março de 2017

Ivan Müller Botelho
Presidente do Conselho de Administração

Ricardo Perez Botelho
Diretor-Presidente

Relatório da Administração

1. DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS

A Energisa S/A apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício fiscal de 2016, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 23 de março de 2017.

PRINCIPAIS INDICADORES

	2016	2015 (Reclassificado)	Variação (%)
Resultados e Margens consolidados - R$ milhões			
Receita Operacional Bruta	18.234,4	18.859,1	- 3,3
Receita Operacional Líquida	11.810,7	12.178,5	- 3,0
Receita Operacional Líquida, sem receitas de construção	10.383,7	10.797,0	- 3,8
Resultado Financeiro Líquido	(772,5)	(1.289,4)	- 40,1
EBITDA [1]	1.820,2	1.808,1	+ 0,7
EBITDA Ajustado sem venda de ativos	2.051,6	1.976,5	+ 3,8
Lucro Líquido	195,8	351,4	- 44,3
Endividamento líquido [2]	6.021,5	6.230,4	- 3,4
Investimentos	1.642,9	1.642,4	-
Margem EBITDA (%)	15,4	14,8	+ 0,6 p.p
Margem EBITDA Ajustado (%)	17,4	16,2	+ 1,2 p.p
Margem Líquida (%)	1,7	2,9	- 1,2 p.p
Desempenho da operação			
Energia vendida aos consumidores cativos (GWh)	24.787,7	25.384,9	-2,4%
Energia vendida aos consumidores cativos + transporte (Tusd) – GWh	28.549,1	29.019,1	-1,6%
Energia elétrica comercializada (GWh) – Energisa Comercializadora	2.458,3	2.067,6	+ 18,9%
Número de consumidores totais	6.520.041	6.404.262	+1,8%
Número de colaboradores próprios	11.932	11.940	- 0,1%
Força de trabalho (colaboradores próprios + terceirizados) [3]	15.134	14.534	+ 4,1%

[1] EBITDA é a soma do lucro líquido, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização, conforme Instrução CVM 527/12. EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios. [2] Inclui créditos setoriais (CDE, CCC e CVA). [3] Não inclui terceirizados em obras.

2. PERFIL E ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O Grupo Energisa tem 112 anos de história e é o sexto maior grupo distribuidor de energia do país em consumo de energia, atendendo nesse segmento de atuação aproximadamente 6,5 milhões de clientes em nove estados brasileiros – o equivalente a 8,1% do total de consumidores do Brasil.

Controla 13 distribuidoras localizadas nos Estados de Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo e Paraná, que mantêm contratos de concessão que vencem entre 2020 e 2045. Oito empresas foram adquiridas do Grupo Rede em 2014 e a integração em uma plataforma unificada começa a tomar corpo e se traduz em benefícios concretos para os consumidores por meio de maior eficiência e solidez financeira do Grupo.

Companhia de capital aberto, tem ações negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), em São Paulo sob os códigos ENGI3 (ações ordinárias), ENGI4 (ações preferenciais) e ENGI11 (Units, certificados compostos por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais).

Seu controle acionário é exercido pela Gipar S.A., cujo único acionista é a Nova Gipar Holding S.A., que tem como maiores acionistas a Itacatu S.A. e a Multisetor Comércio, Indústria e Participações S.A., pertencentes à Família Botelho, que detém 93,7%% do capital votante da holding Nova Gipar.

Relatório da Administração

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO GRUPO ENERGISA

13 concessões de distribuição de energia em todas as regiões do Brasil

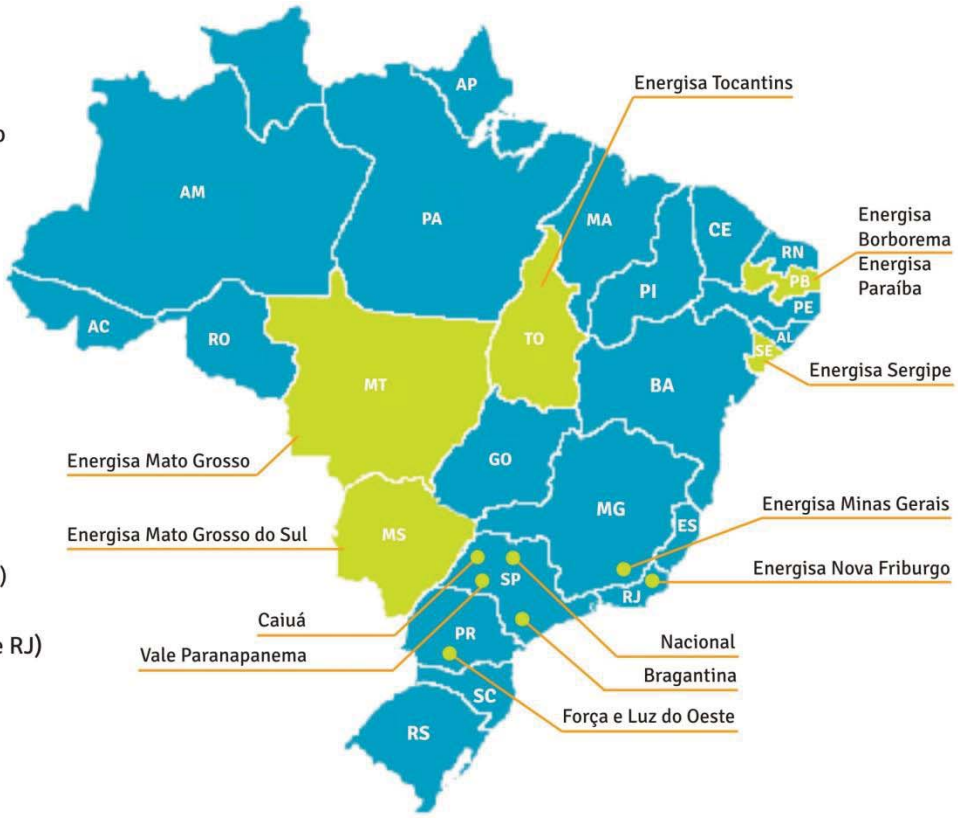
788
municípios atendidos

6,5 milhões
de clientes

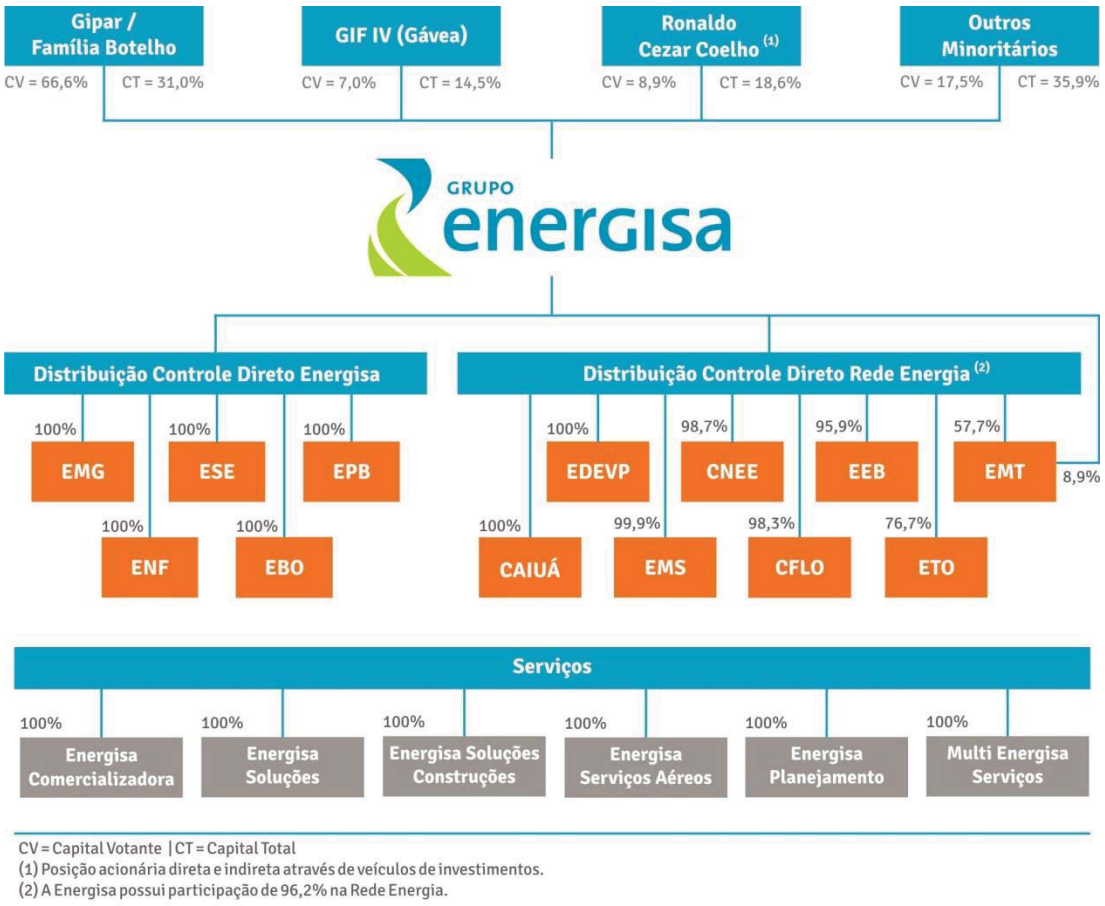
16,3 milhões
de pessoas atendidas
(8,1% do Brasil)

1.630 mil km²
total de área coberta
(19,1% do território brasileiro)

6 Empresas de serviços (MG e RJ)



ESTRUTURA SOCIETÁRIA



CV = Capital Votante | CT = Capital Total
(1) Posição acionária direta e indireta através de veículos de investimentos.
(2) A Energisa possui participação de 96,2% na Rede Energia.

Relatório da Administração

3. CENÁRIO MACROECONÔMICO E SETORIAL

O ano de 2016 foi marcado por instabilidade econômica e política no Brasil, o que determinou o aprofundamento da trajetória de queda de nível de atividade. O Produto Interno Bruto (PIB) recuou 3,6% (3,8% em 2015), a taxa de desemprego chegou 12,0%, a produção industrial foi 6,6%, o consumo no varejo registrou queda de 6,2% e o setor de serviços apontou retração de 5,0%, de acordo com dados do IBGE.

Esse cenário refletiu-se em menor inflação, que encerrou o ano em 6,29% (IPCA), ante 10,67% no acumulado de 2015. Já a taxa básica de juros (Selic) teve corte de apenas 0,25 ponto percentual, encerrando o ano em 14,0%, enquanto o real valorizou-se 16,5% em relação ao dólar.

Esses fatores tiveram reflexo direto no mercado de energia elétrica: recuo de 0,9% no consumo nacional, de acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A maior retração, de 2,9%, foi registrada no setor industrial, seguida de comércio e serviços, com 2,5%. O consumo de residências cresceu 1,4%, após cair 1,4% no ano anterior. Por região, houve retração de 1,7% no Sudeste e no Centro-Oeste e de 0,3% no Sul, enquanto no Nordeste o consumo manteve-se idêntico ao de 2015 e o Norte registrou alta de 2,5%.

SOBRECONTRATAÇÃO DE ENERGIA

O resultado de 2016 do Grupo Energisa foi impactado em R$ 45,0 milhões em decorrência do nível de cobertura contratual de energia acima do percentual de repasse regulatório (>105%). Essa sobrecontratação deveu-se, principalmente, à obrigatoriedade imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirirem energia no último leilão do ano de 2015 mesmo que ela fosse desnecessária, em razão do cenário de queda de demanda pela retração da economia e migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Ainda que algumas empresas do grupo tenham apresentado receitas oriundas da venda da energia excedente por preços melhores que os de sua aquisição, em conjunto, há impacto negativo pela ocorrência da sobrecontratação. Desse modo, tem-se envidado os melhores esforços para que as sobras de energia verificadas no último ano sejam reconhecidas pela Aneel como involuntárias, permitindo o repasse integral para a tarifa dos seus custos e dos lucros eventualmente percebidos. Essa hipótese se aproxima da realidade à medida em que se encontram entendimentos convergentes tanto do Poder Concedente, que já afastou a obrigatoriedade de aquisição de energia em leilões futuros, e da Aneel, que, em outras situações, manifestou-se de acordo com a tese agora apresentada pela Energisa.

Como até a data de publicação do presente Relatas discussões acerca do tema encontravam-se em curso, conservadoramente, optou-se pela contabilização das despesas incorridas com as sobras de energia (R$ 45,0 milhões) até que decisão definitiva seja proferida pela ANEEL.

4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Comprometida com o permanente aperfeiçoamento de seu modelo de governança, a Energisa aderiu em 2016 ao Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa. Como boas práticas, os Conselhos de Administração da Energisa S.A. e das distribuidoras contam com o mínimo de 20% de membros independentes e realizam pelo menos dez reuniões regulares por ano, o que permite o alinhamento dos acionistas aos objetivos estratégicos da Companhia e avaliação de resultados, riscos e oportunidades.

Como signatária do Código da Abrasca de Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas, desde 2012 mantém as seguintes políticas: Política de Controle e Divulgação de Informações Relevantes, Política de Negociação de Valores Mobiliários, Política de Operações com Partes Relacionadas, além do Código de Ética e de Conduta.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Energisa encerrou o ano de 2016 com 6.519.565 unidades consumidoras cativas, número 1,8% superior ao registrado no fim de 2015. A carteira de consumidores livres atingiu 476 clientes (244 em 2015), totalizando 6.520.041 clientes.

Relatório da Administração

Número de consumidores cativos e livres por região

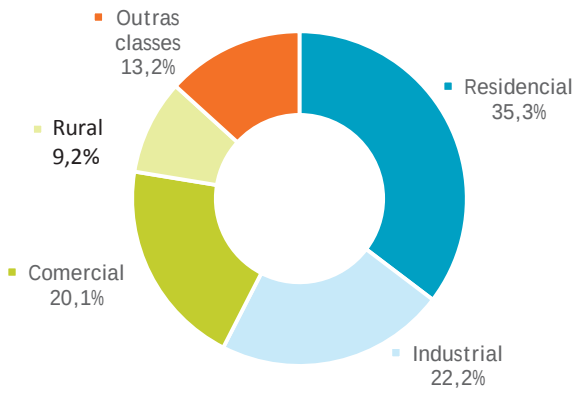
Distribuidoras	2016		2015	
	Cativos	Livres	Cativos	Livres
Região Norte	**566.124**	**15**	**567.469**	**7**
✓ Energisa Tocantins (ETO)	566.124	15	567.469	7
Região Nordeste	**2.335.823**	**77**	**2.291.346**	**41**
✓ Energisa Paraíba (EPB)	1.378.693	34	1.355.210	20
✓ Energisa Sergipe (ESE)	748.538	36	731.480	18
✓ Energisa Borborema (EBO)	208.592	7	204.656	2
Região Centro-Oeste	**2.318.494**	**258**	**2.267.274**	**168**
✓ Energisa Mato Grosso (EMT)	1.327.938	168	1.296.639	95
✓ Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	990.556	90	970.635	44
Região Sul/Sudeste	**1.299.124**	**126**	**1.277.9466**	**58**
✓ Energisa Minas Gerais (EMG)	438.869	46	433.470	32
✓ Energisa Nova Friburgo (ENF)	104.116	4	102.533	0
✓ Caiuá	243.459	16	239.923	6
✓ Vale Paranapanema (EDEVP)	181.060	19	178.282	3
✓ Bragantina (EEB)	157.053	23	152.417	12
✓ Nacional (CNEE)	116.546	9	114.641	4
✓ Força e Luz do Oeste (CFLO)	58.021	9	56.680	1
Total	**6.519.565**	**476**	**6.404.035**	**244**

5.1 Mercado de Energia

Pela primeira vez nos últimos 15 anos, o consumo de energia elétrica nas distribuidoras do Grupo Energisa apresentou decréscimo quando comparado ao ano anterior. O consumo no mercado cativo e livre (28.549,1 GWh) ficou 1,6% abaixo de 2015 (29.019,1 GWh) e foi menor do que a média Brasil, que registrou recuo de 0,9% no consumo.

Apenas em 2001, ano do racionamento, a queda foi mais acentuada que a ocorrida em 2016 quando, além da crise político-econômica, efeitos climáticos atípicos criaram um ambiente pouco propício para o crescimento do consumo. Ainda assim, entre 1999 e 2016, o consumo nas áreas de concessão das distribuidoras do Grupo Energisa apresentou taxa composta de crescimento anual (CAGR) de 4,3%, enquanto o consumo nacional apresentou taxa de 2,8%.

Consumo de energia por classe [1]



[1] Energia vendida e transportada nas distribuidoras

Relatório da Administração

Energia vendida e transportada nas distribuidoras

Valores em GWh	Exercício		
	2016	2015	Var. %
Energia vendida mercado cativo faturado	24.787,7	25.384,9	- 2,4
Transporte de energia clientes livres (Tusd)	3.761,4	3.634,2	+ 3,5
Subtotal (mercado cativo + Tusd faturado)	28.549,1	29.019,1	- 1,6
Consumo não faturado	(56,0)	(52,0)	+ 7,7
Total (mercado cativo + Tusd + não faturado)	28.493,1	28.967,1	- 1,6

Mercado cativo + Tusd (faturado) por distribuidora e região

Descrição Valores em GWh	Exercício		
	2016	2015	Variação %
Região Norte	**2.187,1**	**2.094,2**	**+4,4**
✓ ETO	2.187,1	2.094,2	+4,4
Região Nordeste	**7.783,1**	**8.042,0**	**-3,2**
✓ EPB	4.107,9	4.225,2	-2,8
✓ ESE	3.054,4	3.151,6	-3,1
✓ EBO	620,8	665,2	-6,7
Região Centro-Oeste	**12.843,6**	**13.011,1**	**-1,3**
✓ EMT	7.940,4	8.037,6	-1,2
✓ EMS	4.903,2	4.973,5	-1,4
Região Sul/Sudeste	**5.735,5**	**5.871,6**	**-2,3**
✓ EMG	1.459,6	1.556,0	-6,2
✓ ENF	323,3	328,9	-1,7
✓ Caiuá	1.120,1	1.135,0	-1,3
✓ EDEVP	892,5	903,9	-1,3
✓ EEB	1.072,2	1.071,8	-
✓ CNEE	585,0	589,2	-0,7
✓ CFLO	282,8	286,8	-1,4
Total - Distribuição nas cinco regiões do país	**28.549,1**	**29.019,1**	**-1,6**

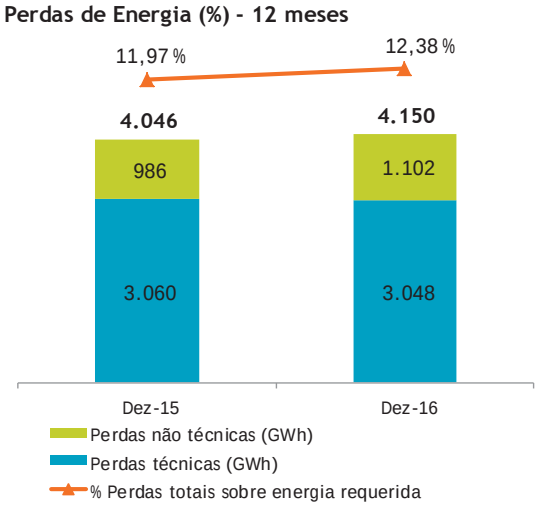
5.1.1 Comercialização de energia

No segmento de comercialização de energia, por intermédio da Energisa Comercializadora (ECOM), a energia total comercializada somou 2.458,3 GWh, avanço de 18,9% em relação ao volume comercializado no ano anterior. No ano, a ECOM atendeu 171 clientes, acréscimo de 64,4% em relação aos 104 clientes de 2015.

5.1.2 Perdas de energia

As perdas totais consolidadas do Grupo Energisa somaram 4.149,8 GWh, representando 12,38% da energia requerida, 0,41 ponto percentual acima do valor registrado em 2015, mas se mantendo dentro dos limites regulatórios.

Em 2016, houve continuidade da troca de experiências e adoção de melhores práticas entre as distribuidoras, que culminou em um plano de medidas com ações específicas para assegurar maior eficiência no combate a perdas. Elas incluem novas rotinas de inspeção, blindagem de rede e intensificação do foco em regularizar ligações



Relatório da Administração

clandestinas, redefiniçao de rotas de leitura, entre outras.

Perdas de energia - % (Ultimos 12 meses)

Distribuidoras % da Energia Requerida	Perdas Totais (%)			
	2015	2016	Limite regulatório (Aneel)	
EMG	9,7	10,1	9,32	🔴
ENF	4,75	4,6	5,87	🟢
ESE	8,83	9,02	11,34	🟢
EBO	6,71	6,9	8,1	🟢
EPB	12,46	13,52	13,95	🟢
EMT	14,61	15,44	13,69	🔴
EMS	14,24	13,72	15,23	🟢
ETO	14,3	14,86	13,96	🔴
EEB	*5,13*	*5,15*	*5,07*	🟡
Caiuá	*7,58*	*7,26*	*7,58*	🟡
CFLO	*3,84*	*3,69*	*3,66*	🔴
CNEE	*7,85*	*8,44*	*7,69*	🔴
EDEVP	*7,09*	*7,63*	*7,17*	🔴
Energisa Consolidada	**11,97**	**12,38**	**12,4**	🟡

Nota: Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada. Os percentuais regulatórios referem-se aos últimos dozes meses findos em dezembro de 2016. Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

5.1.3 Taxa de arrecadação

Entre 2015 e 2016, a taxa de arrecadação permaneceu praticamente constante, apesar do cenário econômico adverso no Brasil. Na Energisa Tocantins, o decréscimo nessa taxa deve-se a créditos em atraso com o governo estadual em fase de equacionamento. As distribuidoras do Grupo Energisa vêm intensificando as ações de cobrança para conter o aumento da inadimplência, com mecanismos ágeis e desburocratizados de pagamento de débitos por meio de pontos de atendimento, da internet e de call center e pelo reforço das ações de corte e negativação de débitos.

Taxa de Arrecadação (%) - 12 meses

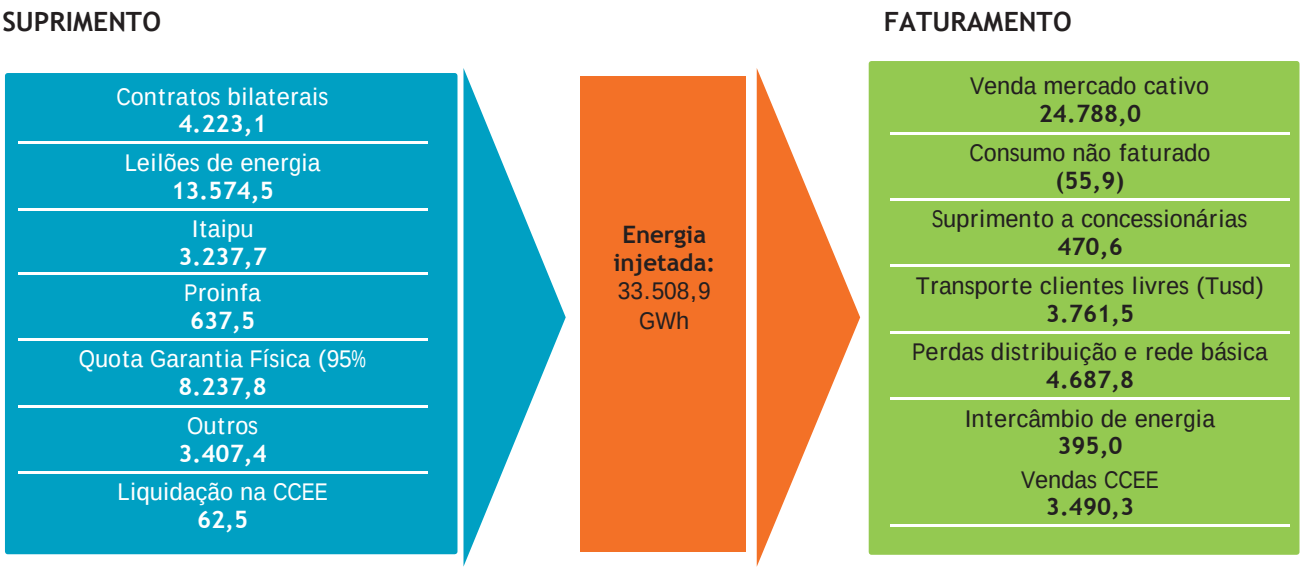
Distribuidora	2016	2015	Variação em pontos percentuais.
EMG	98,74	98,71	+ 0,03
ENF	98,81	98,87	- 0,07
ESE	98,56	98,10	+ 0,46
EBO	98,88	98,69	+ 0,19
EPB	98,16	98,16	+ 0,00
EMT	97,08	97,22	- 0,14
EMS	96,98	96,90	+ 0,08
ETO	96,35	97,70	- 1,35
Empresas Sul/Sudeste	**99,03**	**98,78**	**+ 0,25**
Caiuá	*99,01*	*98,82*	*+ 0,19*
EDEVP	*99,21*	*99,07*	*+ 0,14*
EEB	*98,83*	*98,56*	*+ 0,27*
CNEE	*99,00*	*98,93*	*+ 0,07*
CFLO	*99,19*	*98,22*	*+ 0,97*
Energisa consolidada	**97,68**	**97,75**	**- 0,07**

Relatório da Administração

5.1.4 Balanço de energia

Para atender à energia solicitada pelo sistema elétrico do Grupo Energisa, os contratos de compra de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), contratos bilaterais, contratos de energia distribuída e a liquidação das diferenças na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) totalizaram, em 2016, o montante de 33.380,8 GWh. As compras de energia somaram 31.909,0 GWh, complementando 1.409,1 GWh de geração (própria/ embutida/desverticalizada) e 62,5 GWh de liquidação na CCEE.

Balanço de Energia Consolidado (GWh)



5.2 Indicadores de Qualidade - DEC e FEC

A prioridade dada aos investimentos em qualidade permitiu importante avanço nos indicadores de qualidade das distribuidoras do Grupo, expressos por frequência e duração das interrupções de energia (FEC e DEC). Todas as distribuidoras apresentaram redução no DEC em 2016, exceto a Energisa Minas Gerais, com ligeira elevação, mas dentro do limite estabelecido pela Aneel. Excetuando Energisa Tocantins, Caiuá e Bragantina, as demais distribuidoras registraram DEC inferiores aos limites regulatórios. Em todas as empresas, a frequência foi menor do que os limites regulatórios.

As principais Iniciativas de melhoria de qualidade compreenderam, entre outras: automação de subestações, mobilidade de equipes (*tablet/smartphone*), aquisição de equipamentos móveis para manutenções emergenciais e preventivas, Intensificação e otimização das atividades de poda, termovisão e correção de pontos quentes, e metas individuais de produtividade para eletricistas.

A melhoria de qualidade foi traduzida em queda de 37,0% na contabilização de multas e compensações regulatórias, que passaram de R$ 52,0 milhões em 2015 para R$ 32,7 milhões em 2016.

No *ranking* de qualidade das distribuidoras brasileiras, divulgado pela Aneel, a Energisa Borborema aparece em 2º lugar (empresas com menos de 400 mil consumidores) e a Energisa Paraíba em 3º lugar (empresas com mais de 400 mil consumidores). A distribuidora que mais evoluiu em 2016 foi a Energisa Mato Grosso, com avanço de 16 posições em comparação ao ano anterior.

Relatório da Administração

Interrupções de energia

Distribuidoras	Duração de interrupções DEC (horas)			Frequência de interrupções FEC (vezes)			Limites regulatórios (dez/2016)	
	2016	2015	Variação %	2016	2015	Variação %	DEC	FEC
EMG	10,35	10,18	+ 1,7	7,16	7,30	- 1,9	11,57	9,44
ENF	7,25	8,76	- 17,2	7,42	6,96	+ 6,6	11,39	10,32
ESE	12,27	13,38	- 8,3	7,21	7,75	- 7,0	13,60	10,23
EBO	4,94	5,53	- 10,7	3,22	3,84	- 16,2	13,91	10,56
EPB	16,44	18,20	- 9,7	6,81	7,98	- 14,7	19,31	12,44
EMT	23,57	30,24	- 22,1	14,27	24,13	- 40,9	24,90	20,93
EMS	11,81	13,93	- 15,2	5,93	7,16	- 17,2	12,75	9,76
ETO	32,24	33,22	- 3,0	14,47	16,09	- 10,1	28,47	20,49
Empresas Sul/Sudeste	7,91	10,27	- 23,0	6,54	7,93	- 17,5	8,70	9,21
Caiuá	*8,52*	*11,84*	*- 28,0*	*7,45*	*9,11*	*- 18,2*	*7,78*	*8,52*
EDEVP	*6,64*	*7,05*	*-5,8*	*4,60*	*5,16*	*- 10,9*	*9,45*	*9,33*
EEB	*10,80*	*15,37*	*- 29,7*	*7,73*	*9,46*	*- 18,3*	*9,91*	*11,09*
CNEE	*6,43*	*7,78*	*- 17,4*	*7,53*	*9,43*	*- 20,2*	*8,48*	*8,57*
CFLO	*4,51*	*5,22*	*- 13,6*	*3,61*	*4,62*	*- 21,9*	*7,40*	*8,00*

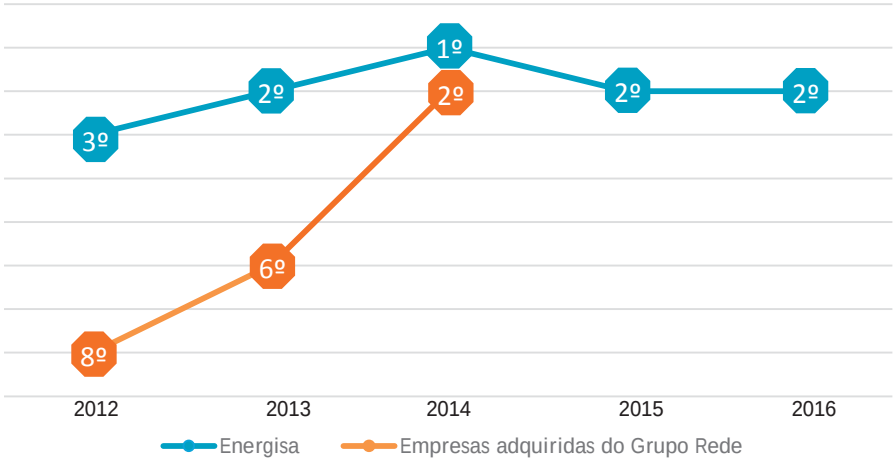
Nota: Para apresentação das Empresas Sul/Sudeste foi realizada ponderações pelo número de clientes. Os dados são obtidos a partir das bases de dados da Aneel e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

5.3 Satisfação dos Clientes

A opinião dos consumidores residenciais fez da Energisa a vencedora nos itens Fornecimento e Imagem na Pesquisa Abradee 2016, da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica. Além disso, no Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP), em pesquisa realizada pela mesma associação, ocupou o segundo lugar, com 78,9% de aprovação. O Grupo se destacou acima da média Abradee nos cinco índices que compõem o ISQP (Fornecimento, Comunicação e Informação, Imagem, Conta de Luz, Atendimento) e em outros indicadores, como Responsabilidade Social e Iluminação Pública.

O gráfico a seguir demonstra o posicionamento do Grupo Energisa no ISQP na avaliação por grupo empresarial e a evolução das empresas adquiridas do Grupo Rede:

Satisfação do Cliente (ISQP) - Grupo empresarial colocação no Prêmio ABRADEE



Energisa Borborema foi vencedora Nacional e no critério de Gestão Operacional entre empresas com até 500 mil consumidores, e a Energisa Tocantins foi a Melhor Empresa das regiões Norte/Centro-Oeste entre as

distribuidoras com mais de 500 mil consumidores. Já no Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC), a Energisa Borborema foi avaliada pelos clientes como a melhor do país. No item da Qualidade Percebida, alcançou a pontuação de 83,41. A Energisa Mato Grosso do Sul foi considerada a melhor distribuidora do Centro-Oeste e a Força e Luz do Oeste teve reconhecimento como a melhor na região Sul/Sudeste entre as empresas acima de 30 mil e até 400 mil consumidores.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO

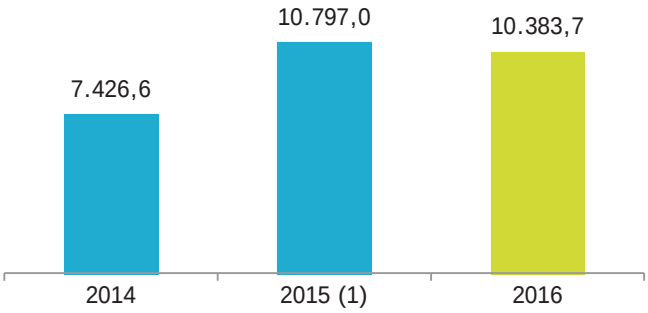
6.1 Receita Operacional

A receita operacional bruta consolidada totalizou R$ 18.234,4 milhões, recuo de 3,3% comparativamente a 2015 (R$ 18.859,1 milhões).

A receita líquida consolidada foi de R$ 10.383,7 milhões, variação negativa de 3,8% sobre o ano anterior (R$ 10.797,0 milhões). O valor não considera a receita de construção, a qual é atribuída margem zero. Com receita de construção, o valor consolidado líquido alcançou R$ 11.810,7 milhões (R$ 12.178,5 milhões em 2015).

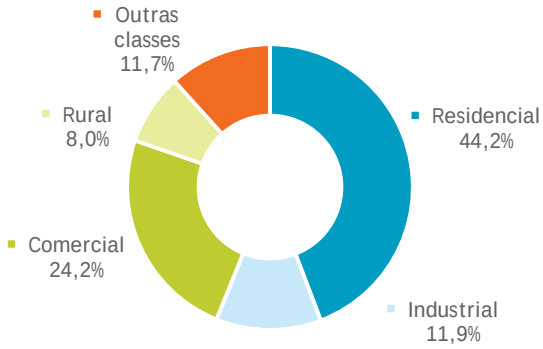
Com receitas de construção, o segmento de distribuição registrou receita líquida de R$ 11.314,8 milhões, o equivalente a 94,0% do total.

Receita Operacional Líquida Consolidada
(R$ milhões)



Exclui receita de construção
(1) Reapresentado

Receita de energia por classe - Mercado Cativo



Relatório da Administração

Receita líquida por segmento (R$ milhões)

	2016	2015 (Reapresentado)	Variação %
Distribuição de energia elétrica	**11.314,8**	**11.717,8**	**- 3,4**
EMG	567,4	618,0	- 8,2
ENF	148,2	150,2	- 1,3
ESE	1.049,4	1.000,2	+ 4,8
EBO	224,7	259,7	- 13,5
EPB	1.580,6	1.491,0	+ 6,0
EMT	3.331,1	3.564,4	- 6,5
EMS	1.963,6	2.056,6	- 4,5
ETO	1.188,4	1.125,5	+ 5,6
Energisa Sul/Sudeste	**1.261,4**	**1.452,2**	**- 13,1**
Caiuá	*372,9*	*457,2*	*- 18,4*
EDEVP	*302,7*	*347,2*	*- 12,8*
EEB	*288,5*	*314,2*	*- 8,2*
CNEE	*195,9*	*226,6*	*- 13,5*
CFLO	*101,4*	*107,0*	*- 5,2*
Comercialização e serviços de energia	**727,5**	**629,8**	**+ 15,5**
Energisa Comercializadora (ECOM)	440,4	393,8	+ 11,8
Energisa Soluções consolidada (ESOL)	173,7	132,3	+ 31,3
Energisa S/A (ESA)	67,1	57,6	+ 16,5
Multi Energisa	41,2	42,2	- 2,4
Outras (*)	5,1	3,9	+ 30,8
Total	**12.042,3**	**12.347,6**	**- 2,5**
Energisa consolidada	**11.810,7**	**12.178,5**	**- 3,0**
Receita de construção	1.427,0	1.381,5	+ 3,3
Energisa consolidada, sem receita de construção	**10.383,7**	**10.797,0**	**- 3,8**

6.1.1 Revisões e Reajustes Tarifários

Oito distribuidoras da Energisa S.A. tiveram seu 4º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas homologado pela Aneel em 2016: Energisa Minas Gerais, Energisa Nova Friburgo, Energisa Tocantins, Bragantina, Caiuá, Nacional, Companhia Força e Luz do Oeste e Vale Paranapanema. A Base de Remuneração Líquida das distribuidoras que passaram pelo 4º Ciclo aumentou 70,3%, totalizando R$ 1.471,7 milhões. A revisão tarifária da Energisa Tocantins, ocorrida em julho de 2016, teve o processo de homologação da Base de Remuneração concedido em caráter provisório pela Aneel.

As demais distribuidoras terão seus processos de revisão do 4º Ciclo homologados em fevereiro de 2017 (Energisa Borborema), em agosto de 2017 (Energisa Paraíba) e em abril de 2018 (Energisa Mato Grosso, Energisa Mato Grosso do Sul e Energisa Sergipe).

Reajustes e revisões tarifárias ocorridos em 2016 tiveram como reflexo aumento de R$ 318,7 milhões na Parcela B das distribuidoras, dos quais R$ 89,2 milhões são decorrentes do 4º Ciclo de Revisão Tarifaria Periódica e R$ 229,5 milhões dos reajustes anuais. Deve-se observar que os efeitos de aumento da parcela B são influenciados pelo desempenho do mercado nos próximos meses.

6.2 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais consolidados, excluindo os custos de construção, totalizaram R$ 9.267,2 milhões em 2016, queda de 4,4% (R$ 421,7 milhões) em relação ao ano anterior. Custos e despesas controláveis recuaram 6,4%, para R$ 1.851,9 milhões, como reflexo das medidas de gestão adotadas pela Companhia diante da retração do mercado de energia elétrica. Custos e despesas não controláveis tiveram redução de 3,9%, para R$ 6.659,4 milhões, efeito especialmente dos menores encargos de uso do sistema de transmissão (menos R$ 119,7 milhões, recuo de 14,9%), devido ao menor despacho de usinas térmicas fora da ordem de mérito. O custo de energia comprada para revenda foi menor em R$ 153,4 milhões, com redução de 2,5% no ano.

Relatório da Administração

Composição das despesas operacionais (R$ milhões)

	2016	2015 (Reapresentado)	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	**6.659,4**	**6.932,5**	**- 3,9**
1.1 Energia comprada	5.977,1	6.130,5	- 2,5
1.2 Transporte de potência elétrica	682,3	802,0	- 14,9
2 Custos e despesas controláveis	**1.851,9**	**1.978,8**	**- 6,4**
2.1 PMSO	**1.931,2**	**1.952,6**	**- 1,1**
2.2 Provisões/Reversões	**(79,3)**	**26,2**	**-**
2.2.1 Contingências	(104,7)	(100,7)	+ 4,0
2.2.2 Devedores duvidosos	25,4	126,9	- 80,0
3 Demais receitas/despesas	**755,9**	**777,6**	**- 2,8**
3.1 Depreciação e amortização	703,6	699,9	+ 0,5
3.2 Outras despesas/receitas	52,3	77,7	- 32,7
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ custos construção)	**9.267,2**	**9.688,9**	**- 4,4**
Custo de construção (*)	1.427,0	1.381,5	+ 3,3
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ custos construção)	**10.694,2**	**11.070,4**	**- 3,4**

6.3 Resultado Financeiro

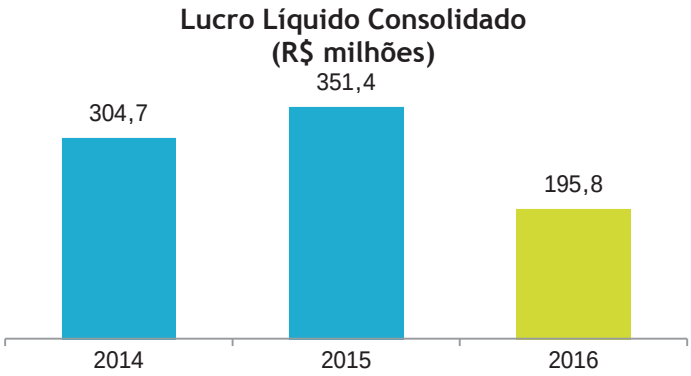
O resultado financeiro consolidado (receitas financeiras menos despesas financeiras consolidadas) refletiu os efeitos da valorização do real diante do dólar, que encerrou o ano com alta de 16,5%, sobretudo na marcação a mercado dos derivativos de proteção cambial, totalizando despesa financeira líquida de R$ 772,5 milhões, ante despesa financeira líquida de R$ 1.289,4 milhões em igual período do ano anterior (redução de 40,1%).

Resultado financeiro consolidado (R$ milhões)

	2016	2015 (Reapresentado)	Variação (%)
Receitas financeiras	**733,8**	**550,9**	**+ 33,2**
Despesas financeiras	**(1.506,3)**	**(1.840,3)**	**- 18,1**
Resultado financeiro	**(772,5)**	**(1.289,4)**	**- 40,1**

6.4 Resultado Líquido

O lucro líquido consolidado somou R$ 195,8 milhões, ante R$ 351,4 milhões apurados em 2015. Importante ressaltar que o resultado de 2015 foi afetado positivamente pela receita da venda de ativos de geração.



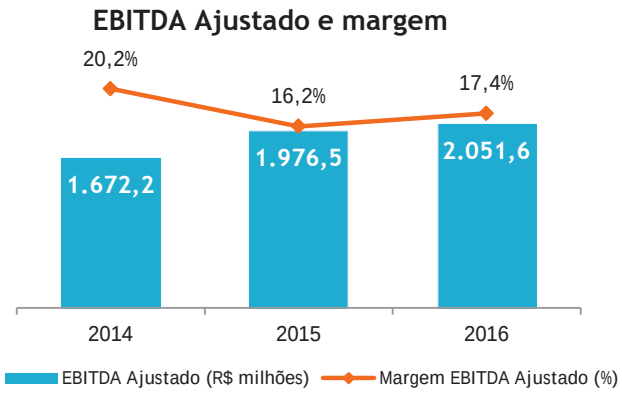
Relatório da Administração

Lucro líquido consolidado da Energisa e de suas subsidiárias
(R$ milhões)

	2016	2015	Variação (%)
Distribuição de energia elétrica	**577,2**	**550,3**	**+ 4,9**
EMG	4,4	25,0	- 82,4
ENF	(3,3)	5,8	-
ESE	98,4	(11,1)	-
EBO	16,9	44,1	- 61,7
EPB	163,9	107,0	+ 53,2
EMT	120,2	45,2	+ 165,9
EMS	107,4	109,6	- 2,0
ETO	38,4	68,4	- 43,9
Caiuá	0,7	93,7	- 99,3
EDEVP	13,5	31,6	- 57,3
EEB	3,7	4,6	- 19,6
CNEE	10,5	19,9	- 47,2
CFLO	2,5	6,5	- 61,5
Comercialização e serviços de energia	**2,4**	**(1,7)**	**-**
ECOM	(0,6)	0,9	-
Energisa Soluções (ESOL)	(1,3)	(10,5)	- 87,6
Multi Energisa	2,7	8,1	- 66,7
Outras operacionais	1,6	(0,2)	-
Energisa consolidada	**195,8**	**351,4**	**- 44,3**

6.5 EBITDA

A geração de caixa consolidada, expressa pelo EBITDA Ajustado (resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização, adicionado de receitas de acréscimos moratórios) totalizou R$ 2.051,6 milhões, evolução de 3,8% sobre os R$ 1.976,5 milhões registrados em 2015. O valor desconsidera a venda de ativos (R$ 475,4 milhões). A margem EBITDA foi de 17,4% (16,2% no ano anterior).



Relatório da Administração

Composição da Geração de Caixa (EBITDA) Valores em R$ milhões	Acumulado		
	2016	2015	Var. %
(=) Lucro líquido consolidado	**195,8**	**351,4**	**- 44,3**
(-) Contribuição social e imposto de renda	(96,8)	56,9	-
(-) Resultado financeiro	(772,5)	(1.289,4)	- 40,1
(-) Depreciação e amortização	(703,6)	(699,9)	+ 0,5
(=) EBITDA, com venda de ativos	**1.768,7**	**2.283,8**	**- 22,6**
(-) Venda de ativos, líquida de IR/op. descontinuadas	(51,5)	475,7	-
(=) EBITDA, sem venda de ativos	**1.820,2**	**1.808,1**	**+ 0,7**
(+) Receitas de acréscimos moratórios	231,4	168,4	+ 37,4
(=) EBITDA Ajustado, sem venda de ativos	**2.051,6**	**1.976,5**	+ 3,8
(+) Venda de ativos, líquida de IR/op. descontinuadas	(51,5)	475,7	-
(=) EBITDA Ajustado, com venda de ativos	**2.000,1**	**2.452,2**	**- 18,4**
Margem EBITDA Ajustado, com venda dos ativos (%)	16,9	20,1	- 3,2 p.p
Margem EBITDA Ajustado, sem venda dos ativos (%)	17,4	16,2	+ 1,2 p.p

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

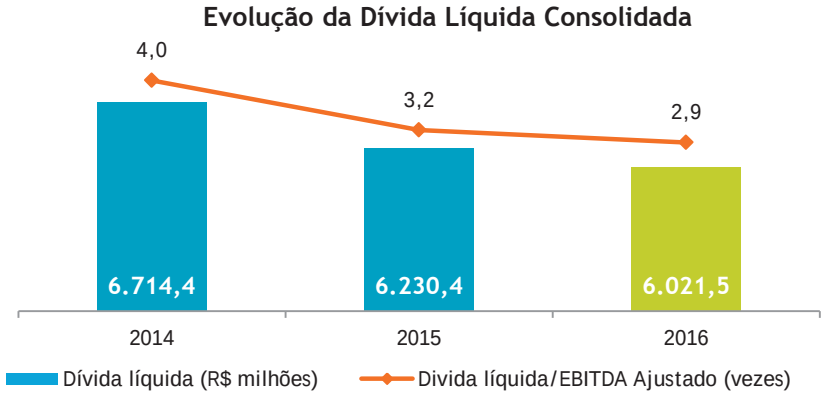
7.1 Operações Financeiras

Os financiamentos contratados pelo Grupo Energisa em 2016 totalizaram R$ 1.795,1 milhões, destinados a financiar investimentos e capital de giro das empresas do Grupo e ainda refinanciar dívidas vincendas.

7.2 Caixa e Endividamento

A Energisa mantinha no encerramento de 2016 posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de R$ 2.768,2 milhões, diante de R$ 2.607,1 milhões registrados em 31 de dezembro de 2015. Os saldos incluem créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), no montante de R$ 67,2 milhões (R$ 707,3 milhões no final de 2015).

A dívida líquida deduzida dos créditos setoriais passou de R$ 6.230,4 milhões no final do ano anterior para R$ 6.021,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 (menos 3,4%). Essa redução deve-se, fundamentalmente, aos recursos (R$ 1.473,0 milhões) captados na oferta pública de ações, concretizada no início de agosto. Consequentemente, a relação dívida líquida consolidada por EBITDA Ajustado consolidado passou de 3,2 vezes em dezembro de 2015 para 2,9 vezes em dezembro de 2016.

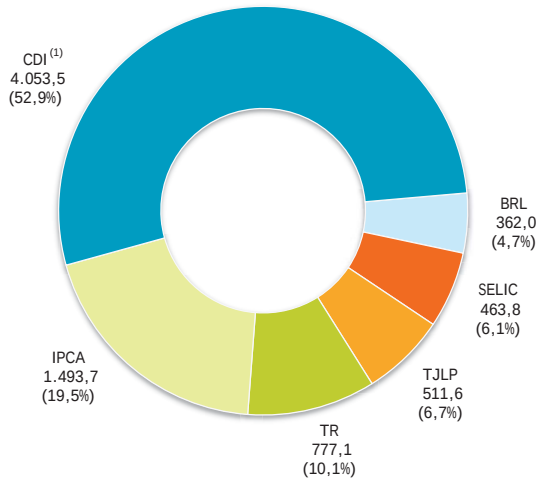


Relatório da Administração

7.2.1 Custo e prazo médio do endividamento

Ao fim de dezembro de 2016, o prazo médio da dívida consolidada aumentou para 7,2 anos (ante 5,8 anos em dezembro de 2015) e o custo médio da dívida líquida ficou em 13,84% (101,6% do CDI), em comparação a 14,53% (102,8% do CDI) em dezembro de 2015. Aproximadamente 60% da dívida bancária do Grupo Energisa estava atrelada ao CDI ou Selic.

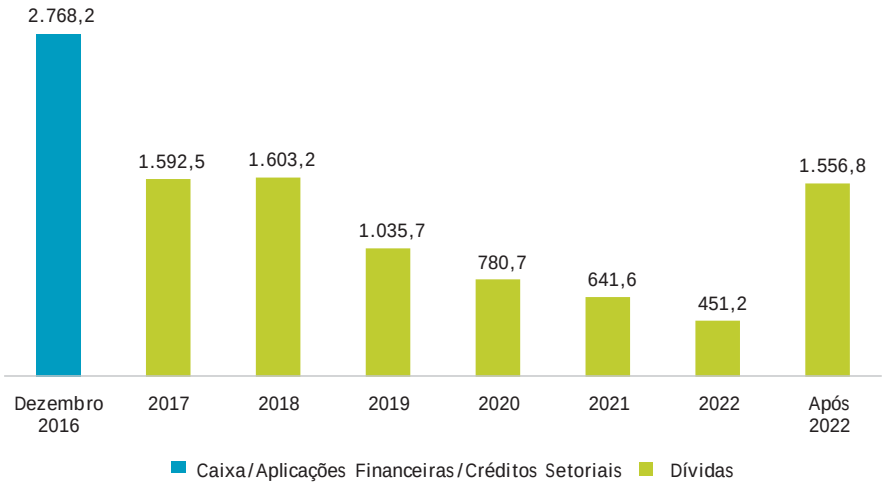
Dívida Bancária e de Emissão Consolidada por Indexador
(R$ milhões)



Obs.: O endividamento em moeda estrangeira conta com *swaps* para taxa em CDI e outros instrumentos de proteção contra variação cambial adversa, cujo saldo em dezembro de 2016 representa um passivo líquido de R$ 250,8 milhões.

(1) Dívida em dólar convertida para CDI, sem limitador de proteção.

Cronograma de amortização da dívida bancária e de emissão
(R$ milhões)



Relatório da Administração

7.2.2 Ratings

Os ratings atuais emitidos pelas agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings são:

Agência	Classificação Nacional/Perspectiva	Classificação Global/Perspectiva	Último Relatório
Standard & Poor's	brAA- (negativa)	BB (negativa)	Ago/2016
Moody,s	Aa2.br (negativa)	Ba2 (negativa)	Jul/2016
Fitch Ratings	AA (bra) (estável)	BB (estável)	Out/2016

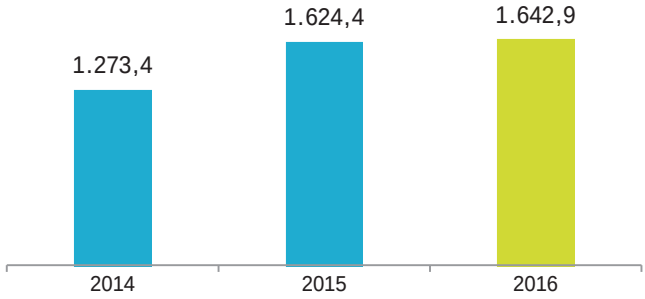
A agência de classificação de risco Fitch Ratings elevou, em outubro de 2016, o *rating* nacional de longo prazo atribuído à Energisa S.A. de "AA-(bra)" para "AA(bra)", com perspectiva estável. Adicionalmente, a agência revisou os *ratings* da Energisa Sergipe, Energisa Paraíba e Energisa Minas Gerais de "AA(bra) para "AA+(bra)", com perspectiva estável. De acordo com a Fitch, a nova classificação visa calibrar o *rating* nacional brasileiro após os sucessivos rebaixamentos ocorridos no risco soberano do país ao longo do ano.

8. INVESTIMENTOS

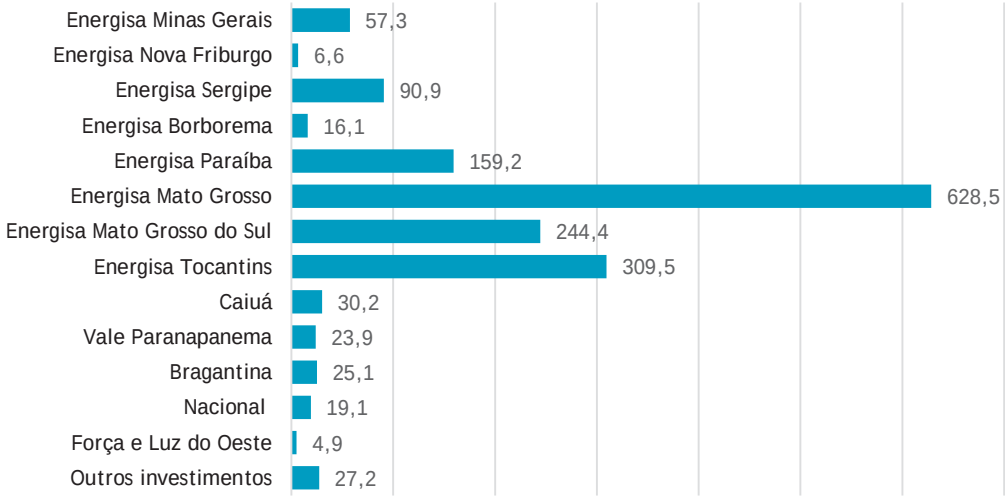
Em 2016, os investimentos totalizaram de R$ 1.642,9 milhões, sendo R$ 1.651,7 milhões em distribuição – dos quais 78,3% (R$ 1.285,6 milhões) realizados nas oito empresas adquiridas do Grupo Rede em 2014.

A Energisa Mato Grosso foi a distribuidora que mais investiu (R$ 628,5 milhões), seguida pela Energisa Tocantins (R$ 309,5 milhões) e Energisa Mato Grosso do Sul (R$ 244,4 milhões). Os recursos foram direcionados especialmente a melhorias nos serviços e no desempenho operacional.

Investimentos Consolidados
(R$ milhões)



Investimento por Distribuidora
(R$ milhões)



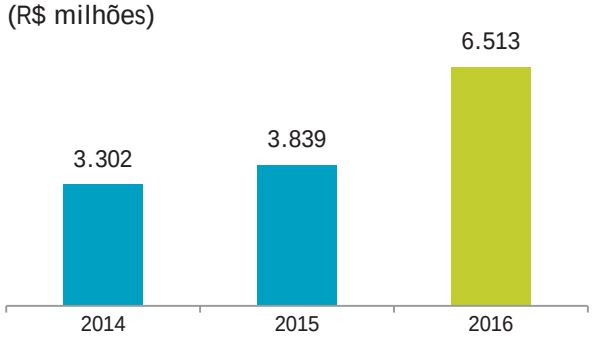
Relatório da Administração

9. MERCADO DE CAPITAIS

Negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), as ações de maior liquidez da Energisa ENGI11 – Units, (compostas de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais) valorizaram-se 35,6% em 2016, e encerraram o ano cotadas a R$ 18,58 por Unit. As ações ordinárias (ENGI3) e as ações preferenciais (ENGI4) registraram variação de 32,7% e 30,5%, respectivamente. No mesmo período o principal índice da bolsa paulista, o Ibovespa, apresentou alta de 38,9%.

O valor de mercado da Energisa subiu 69,7%, para R$ 6,5 bilhões.

Valor de Mercado
(R$ milhões)



Indicadores de Mercado - 31 de dezembro

	2016	2015	Variação
Valor de mercado (R$ milhões)	6.513	3.839	+ 69,7
Enterprise Value (EV – R$ milhões) [1]	12.535	10.069	+ 24,5
Dividend yield de ENGI11 (Units) – % [2]	1,8	5,0	- 64,0
Valor de mercado/patrimônio líquido (vezes)	1,7	1,7	-
Volume negociado no ano (R$ milhões) [3]	1.901,9	8,8	+ 21.512,5

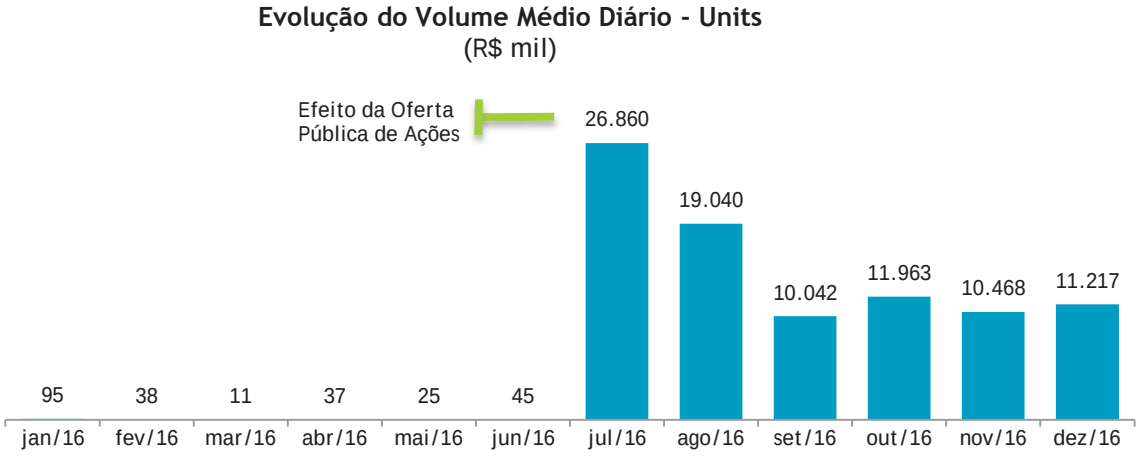
[1] EV = Valor de mercado + dívida líquida.
[2] Proventos distribuídos nos últimos quatro trimestres / cotação de fechamento das Units.
[3] O volume de transações com Units representa 99,9% do total negociado.

9.1 Oferta Pública

Em agosto de 2016, a Energisa concluiu a oferta pública de Units no valor de R$ 1.536,0 milhões. O preço foi fixado em R$ 18,50 por Unit, com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento. Os recursos captados permitiram à Companhia amortizar dívidas e reduzir a alavancagem. Foram emitidas 83.025.000 Units, sendo 83.025.000 ações ordinárias e 332.100.000 preferenciais, elevando o capital social da Companhia para R$ 2.796,0 milhões.

A operação impulsionou o crescimento do número de acionistas, chegando a 4.037 no encerramento do ano, ante 3.282 antes da oferta. O volume médio diário de negócios passou de R$ 45 mil, em junho (antes da oferta), para R$ 11,2 milhões, em dezembro de 2016.

Relatório da Administração



9.2 Remuneração dos Acionistas

Com base nos resultados alcançados em 2016, a Energisa destinou R$ 138,7 milhões para pagamento de dividendos aos acionistas (R$ 0,0802 por ação ordinária e preferencial ou R$ 0,401 por Unit) à conta do exercício. Esses dividendos já foram totalmente pagos em: i) em 12 de agosto de 2016, o valor de R$ 39,8 milhões (R$ 0,023 por ação ou R$ 0,115 por Unit); e ii) em 8 de março de 2017, o montante de R$ 98,9 milhões (R$ 0,0572 por ação ordinária e preferencial ou R$ 0,286 por Unit). Os dividendos totais do exercício representam 67,5% do lucro líquido apurado pela Companhia.

10. RECURSOS HUMANOS

O Grupo Energisa encerrou 2016 com 11.932 colaboradores próprios e 3.970 terceirizados, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços de construção de redes e usinas. A gestão de pessoas busca garantir o desenvolvimento desses profissionais, com apoio estratégico para que possam crescer em conjunto com os objetivos e metas da empresa, o que se reflete, consequentemente, na melhoria na qualidade dos serviços.

10.1 Saúde e Segurança

Segurança em primeiro lugar é um dos valores do Grupo Energia. Para que a condução dos negócios seja realizada com essa premissa, a Companhia conta com o Plano de Segurança do Trabalho, que tem como objetivo a prevenção de acidentes a partir da minimização das condições de risco nas atividades do dia a dia dos colaboradores. Em 2016, a Energisa Paraíba e a Energisa Borborema receberam a medalha Eloy Chaves por serem considerada as melhores distribuidoras em segurança e prevenção de acidentes entre empresas com mais de 2 mil colaboradores e até com até 500 colaboradores, respectivamente.

10.2 Treinamento e Desenvolvimento

A Energisa investe no conhecimento e na capacitação de seus colaboradores, de forma a promover a especialização e o aprimoramento das suas competências, o que traz reflexos na qualidade dos serviços, na redução de custos e de tempo e no alcance dos objetivos estratégicos da Empresa. Em 2016, essas atividades corresponderam a 933 mil homens-hora treinados. Os gestores têm seu desenvolvimento acelerado na Academia de Líderes, que registrou no ano 21 mil horas de treinamento. Em 2016, novas estações de trabalho foram instaladas nas unidades do Grupo para facilitar o acesso aos cursos de Ensino a Distância (EAD) e estimular o desenvolvimento profissional.

10.3 Sucessão

Por meio do Programa de Sucessão da Energisa, são estabelecidos critérios e procedimentos para a identificação e o desenvolvimento de colaboradores com potencial, ou prontos para ocuparem posições estratégicas. Na

avaliação de desempenho, anualmente todos os gerentes/supervisores e colaboradores manifestam suas necessidades de aperfeiçoamento e desenvolvimento, tendo em vista o êxito das estratégias e a melhoria do desempenho individual. Esse processo é participativo e faz parte do Plano Individual de Desenvolvimento (PID).

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Como parte da premissa de gerar valor para todos os públicos, o Grupo Energisa desenvolve e apoia projetos nas comunidades para a promoção de educação, cultura, esporte, geração de renda, empreendedorismo, meio ambiente e desenvolvimento econômico e social. Há também ênfase em programa de eficiência energética, com foco em educação para o consumo consciente de energia.

11.1 Eficiência Energética

Projetos de eficiência energética receberam investimentos R$ 74 milhões em 2016, beneficiaram 337 mil clientes e permitiram economizar mais de 66 GWh/ano, energia suficiente para abastecer aproximadamente 2.330 mil residências com consumo médio mensal de 200 kWh durante um ano. Os projetos de destaque são:

- **Nossa Energia** – Combate ao desperdício de energia com iniciativas em comunidades, órgãos públicos e hospitais, incluindo substituição de lâmpadas e doação de equipamentos eficientes, adequação das instalações elétricas internas, assim como palestras sobre uso racional da energia elétrica. Os números de 2016 incluem a doação de 383,8 mil lâmpadas e 24,5 mil refrigeradores, 4,3 mil aparelhos de ar-condicionados e 180,4 mil participantes em palestras educativas e interativas.
- **Conta Cidadã** – Estimula a troca de resíduos recicláveis por descontos na conta de energia. Em 2016, foram coletadas mais de 355 mil toneladas de resíduos, com a distribuição de R$ 699 mil em bônus para 44 mil clientes participantes.
- **Energia Solidária** – Incentiva a compra de equipamentos eficientes com selo A – Procel com 40% de desconto em troca de uma doação, pelo cliente, de 10% do valor do seu desconto para uma instituição social.
- **Espaço Energia** – Complexos didático-interativos, instalados em João Pessoa (PB) e em Campo Grande (MS), que apresentam a história da eletricidade e seu uso racional e eficiente e receberam 32 mil pessoas em 2016.
- **Ácqua Eficiente** – Manutenção de dois sistemas de irrigação no Mato Grosso, que envolve a substituição de motores antigos por motores de alto rendimento, instalação de inversores de frequência, substituição e ampliação das tubulações em áreas de irrigação.

11.2 Iniciativas Socioculturais

- **Usinas Culturais** – Com espaços em Nova Friburgo (RJ) e em João Pessoa (PB), promovem a cultura local por meio de atividades que envolvem literatura, música, cinema, teatro e artes plásticas. Em conjunto, as duas usinas promoveram 363 eventos e receberam quase 63 mil visitantes em 2016.
- **Primeira Leitura** – Tem por objetivo incentivar a leitura entre os jovens por meio de histórias em quadrinhos que retratam a vida e obra de personalidades paraibanas. Em 2016 foram lançadas mais seis biografias.
- **Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho** – A Energisa apoia a Fundação nos projetos Centro Cultural Humberto Mauro, Museu Energisa, Anfiteatro Ivan Muller Botelho, Memorial Humberto Mauro e Casa de Leitura Lya Maria Muller Botelho, além do Festival Gastronômico de Piacatuba e as atividades do Projeto Girarte.
- **Patrocínios** – Apoio a diversas iniciativas, entre as quais se destacam a **Orquestra Jovem de Sergipe, ExpoPrudente 2016** e **1º Festival Viva São Gonçalo de Viola Caipira**.

11.3 Educação e Geração de Renda

- **Bem da Gente** – Reconhecido pela ONU, prevê ações locais para proporcionar a inclusão produtiva, com apoio a famílias e microempresários de comunidades a expandir ou abrir um negócio.
- **Biblioteca Energisa e Balcão de Livros** – Consistem em espaços de acesso e fomento à leitura, localizados em diversas cidades da Zona da Mata mineira, em Nova Friburgo e no Estado da Paraíba, com um acervo de mais de 6,1 mil obras.

- **Junior Achievement** – Colaboradores atuam como voluntários na formação de jovens empreendedores de escolas públicas e privadas. Trata-se de uma parceria com instituição educativa sem fins lucrativos que, em oito anos, mobilizou mais de 90 voluntários da para capacitar mais de 1,8 mil empreendedores.
- **Formação de eletricistas** – Cursos realizados em parceria com o Senai desenvolvidos no Mato Grosso do Sul e em Tocantins. Em 2016, foram capacitados 239 eletricistas no MS. O Grupo também apoiou a formação de 660 pessoas da comunidade.
- **Educação para a segurança com energia elétrica** - Ações como o **Festival Pipa Legal**, para orientar crianças sobre como soltar pipa sem riscos, e Zé da Luz na Escola, em Sergipe, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com a orientação em 2016 de mais de 16 mil alunos sobre o tema. Há também campanhas anuais dirigidas para os clientes das áreas de concessão.

Esporte – Apoio a projetos como o **Gol de Placa**, que patrocina clubes de futebol profissional da Paraíba por meio de renúncia fiscal, e patrocina o Projeto **Vela Jovem**, que prepara a futura geração olímpica de velejadores brasileiros, por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte.

Doações – Por meio de incentivo fiscal, a Energisa direciona 1% do seu Imposto de Renda a iniciativas que beneficiam pessoas com deficiência, com câncer e síndrome de Down, terceira idade e conselhos municipais da Criança e do Adolescente.

11.4 Iniciativas Ambientais

Diversas iniciativas são adotadas pelas empresas do Grupo Energisa para reduzir o impacto das operações sobre o meio ambiente, destacando-se:

- **Resíduos** – Estímulo à coleta seletiva dos resíduos gerados nas Unidades de Negócio e recolhimento de lâmpadas, pilhas e baterias para descarte correto. Há reciclagem de cabos, sucatas ferrosas de medidores; coprocessamento de terra contaminada com óleo; e regeneração de óleo isolante (filtro-prensa) dos equipamentos elétricos; entre outras iniciativas.
- **Biodiversidade** – Supressão mínima de vegetação nos projetos de instalação de redes elétricas, com substituição progressiva de redes com cabos nu por redes compactas (média-tensão) e isoladas (baixa-tensão).
- **Emissões** – Revisão periódica das frotas de veículos, para assegurar menor emissão de poluentes.
- **Semana da Sustentabilidade** – Realizada em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, em junho. Em sua oitava edição, teve por foco o consumo consciente de recursos naturais, enfatizando redução de água e energia, tanto em ações internas das empresas como dirigidas às comunidades.
- **Gestão** – Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança (SGMASS).
- **Responsabilidade** – Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental.

12. EVENTOS SUBSEQUENTES

12.1 Revisão tarifária da EBO

Em 31 de janeiro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o índice de revisão tarifária periódica da EBO do 4º Ciclo de Revisão Tarifária. O efeito médio percebido pelo consumidor foi um aumento de 0,43% a partir de 4 de fevereiro de 2017. Os consumidores de baixa tensão tiveram uma redução de 1,97% nas tarifas e os consumidores de alta e média tensão, um aumento de 5,44%. O valor da Parcela B, sem ajustes, foi homologado em R$ 77,1 milhões. A Base de Remuneração Líquida foi definida em R$ 117,7 milhões.

12.2 Emissão de debêntures de infraestrutura

Em 10 de fevereiro de 2017, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Energisa S.A. a realização de uma oferta pública de 320.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R$ 320,0 milhões. Os recursos a serem captados serão destinados ao pagamento futuro e/ou ao reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas a projetos de controladas. O pedido de análise prévia da Oferta foi protocolado perante a

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima (“Anbima”), na forma da Instrução da CVM n°471, em 20/02/2017.

13. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa S.A. e suas controladas em 2016 foi de R$ 9,8 milhões, dos quais R$ 7,1 milhões pela revisão contábil das demonstrações financeiras e os restantes R$ 2,7 milhões em serviços de consultoria em aumento de capital (R$ 1,0 milhão), consultoria fiscal (R$ 0,3 milhão), programas de eficiência energética e P&D (R$ 0,3 milhão) e outros relatórios societários (R$ 1,1 milhão).

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Energisa S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1 Contexto operacional

A Energisa S/A ("Energisa" ou "Companhia"), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O principal objetivo social é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas distribuidoras de energia elétrica e demais controladas, relacionadas na nota explicativa nº 4.

Adesão ao Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA

Em 28 de julho, a Companhia confirmou a adesão ao Nível 2 de Governança da BM&FBOVESPA e o início das negociações das suas ações neste segmento diferenciado. Com esta adesão, a Energisa se posiciona entre as empresas listadas na bolsa que atuam sob as melhores práticas de governança e transparência de mercado.

A Energisa S/A detém controle societário de empresas distribuidoras, geradoras e comercializadora de energia elétrica, que possuem obrigações regulatórias conforme consta nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

As controladas distribuidoras, geradoras e comercializadora de energia elétrica, possuem obrigações regulatórias conforme constam nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica e nas autorizações concedidas às empresas de geração e comercialização, conforme segue:

Distribuição de energia elétrica:

I – fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II – realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III – organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV – atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V – implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; e

VI – submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas Energia – MME. Os Contratos de Concessão das controladas Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S/A ("EMG"), Energisa Nova Friburgo – Distribuidora de Energia S/A ("ENF"), Caiuá Distribuição de Energia S/A ("CAIUÁ"), Companhia Nacional de

Notas Explicativas

Energia Elétrica (“CNEE”), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A (“EDEVP”), Empresa Elétrica Bragantina S/A (“EEB”) e Companhia Força e Luz do Oeste (“CFLO”), vencidos em julho/2015, foram renovados pelo Poder Concedente (Ministério de Minas Energia – MME) por mais 30 anos, ou seja, até julho/2045. Em dezembro de 2015, os aditivos de prorrogação aos contratos foram assinados.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativo e passivo financeiro setorial, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentados nas notas explicativas nº 11, 12, 16, 19 e 31, respectivamente.

Renovação das Concessões:

As controladas EMG, ENF, CAIUÁ, CNEE, EDEVP, EEB e CFLO tiveram seus contratos de concessões vencidos em 07 de julho de 2015 para os quais foram assinados em dezembro de 2015 termos aditivos aos contratos de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. Os aditivos foram formalizados de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

Estes novos aditivos exigiram das distribuidoras atendimento aos seguintes critérios:

I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
III - racionalidade operacional e econômica; e
IV - modicidade tarifária

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com os novos aditivos que prorrogaram o prazo de concessão até 2045, o direito de imobilização a receber registrado pelas controladas como ativo financeiro até a assinatura dos referidos aditivos, foram transferidos para o ativo intangível, para serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens, ao novo prazo de concessão. Para data base 31 de dezembro de 2016, as controladas atingiram seus indicadores.

Os contratos das demais concessões têm vigência até janeiro/2020 (Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A – “ETO”), dezembro/2027 (Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A – “ESE”), (Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia - “EMT”) e (Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A - “EMS”), fevereiro/2030 (Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S/A - “EBO”) e janeiro/2031 (Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A - “EPB”).

Geração de energia elétrica:

A Energisa possui projetos de instalação de Parque Eólico, localizado no Estado da Bahia, uma Pequena Central de geração de energia em Nova Friburgo (RJ) e Projetos de Geração Solar.

Além desses projetos, a controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 3 Usinas Termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 3 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da controlada EMT considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação dos ativos da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

Os ativos de geração de energia representam 0,26% de todo ativo financeiro e intangível da concessão da controlada EMT.

Notas Explicativas

As obrigações previstas nas autorizações/concessões da ANEEL para exploração da geração de energia são como segue:

I – Operar Usina termelétrica;

II - Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição;

III - Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração;

IV - Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos das usinas;

V - Manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações da PCH, do projeto Eólico e Solar em perfeitas condições de funcionamento e conservação com estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e treinado de forma a assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração do ativo de geração;

VI - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas; e

VII – Solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário.

Comercialização de energia elétrica:

A comercialização de energia elétrica e serviços correlatos, a proposição de soluções integradas com objetivos de racionalizar custos são realizados através da controlada Energisa Comercializadora de Energia Ltda (“ECOM”), que também participa no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Serviços:

A Energisa, através de suas controladas Energisa Soluções S/A (“ESOL”) e Multi Energisa Serviços S/A (“MULTI”), presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques. A controlada Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (“ESER”) presta serviços Aéreos na qualidade de prospecção – modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

Histórico da aquisição de controle acionário da Rede Energia e suas subsidiárias:

Os principais eventos que sucederam à assunção do controle da Rede Energia e suas subsidiárias pela Energisa obedeceram à seguinte cronologia:

- Em 31 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL decretou a intervenção administrativa nas controladas: EMT, ETO, EMS, CFLO, CAIUÁ, EEB, EDEVP e CNEE. Nesta data, em decorrência da perda do poder de controle sobre as empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia reclassificou seus investimentos para “ativos financeiros classificados como disponíveis para venda”.

- 26 de novembro de 2012: A Rede Energia S/A (“REDE”) publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”).

- 09 de setembro de 2013: O Plano de RJ foi homologado na 2ª Vara de Falência e Recuperações para as empresas Rede, CTCE, EEVP, Denerge e QMRA, favorável à proposta apresentada pela Energisa.

- 16 de outubro de 2013: A operação objeto do Plano homologado foi aprovada pelo CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Notas Explicativas

- 17 de dezembro de 2013: A ANEEL aprovou o plano de recuperação das concessionárias de distribuição sob intervenção (“Plano ANEEL”) apresentado pela Rede que foi detalhado e atualizado pela Energisa.

- 28 de janeiro de 2014: A ANEEL anuiu à transferência do controle societário da Rede para a Energisa.
- 08 de abril de 2014: A ANEEL decretou o fim da intervenção nas concessionárias e em 11 de abril de 2014 foi divulgado fato relevante informando que naquela data foi formalizada a transferência do controle societário da Rede à Energisa. Com o fim de intervenção, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia passaram a refletir ativos e passivos das subsidiárias, distribuidoras de energia elétrica, mensurados pelo valor justo na data da transação.

Atualmente, todas as disposições dos planos de recuperação apresentados à ANEEL vêm sendo estritamente cumpridas e, no momento, aguarda-se apenas o trânsito em julgado da decisão que decretou o encerramento do processo de recuperação judicial.

Recuperação judicial de controladas: meses após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, a maior parte dos credores optaram por desistir de seus recursos, restando, no âmbito do processo principal, apenas dois agravos de instrumento interpostos pelo credor Moneda: um contra o processamento conjunto da recuperação judicial e outro contra a homologação propriamente dita do Plano de Recuperação Judicial. Ambos os recursos não foram conhecidos pelo Tribunal de Justiça, de modo que no momento aguarda-se sua apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

Já em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período de dois anos previsto no artigo 61, da Lei 11.101/2005. Contra estas decisões alguns credores apresentaram embargos de declaração, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação em decisão datada de 11/10/2016. Na sequência, o credor Banco do Nordeste do Brasil interpôs Apelação contra a decisão de encerramento. No momento, aguarda-se o processamento do recurso e o seu julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

A posição em 31 de dezembro de 2016 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial é a seguinte:

Descrição	Rede Energia	Denerge	CTCE	Total
= Saldos em 2014	**128.507**	**231.252**	**38.936**	**398.695**
(+) Atualização (1)	10.111	39.033	3.019	52.163
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	5.456	2.171	3.328	10.955
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (3)	(4.561)	(28.226)	(3.247)	(36.034)
= Saldos em 2015	**139.513**	**244.230**	**42.036**	**425.779**
(+) Atualização (1)	11.410	43.267	3.559	58.236
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	11.414	2.919	3.169	17.502
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (3)	(6.980)	(28.842)	(1.013)	(36.835)
= Saldos em 2016	**155.357**	**261.574**	**47.751**	**464.682**

(1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado da Rede, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados no resultado financeiro na demonstração do resultado.

(2) Ajustes a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pelas controladas Rede, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos – opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.

(3) Os pagamentos previstos no plano de recuperação judicial foram iniciados a partir de 11 de abril de 2014. Durante o período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, foram liquidados diretamente pela Energisa cerca R$72.869 (R$11.541 dívida da controlada Rede Energia, R$4.260 dívida da controlada indireta CTCE e R$57.068 dívida da controlada Denerge S/A).

Notas Explicativas

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as Normas Internacionais do relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2016, avaliamos a capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia e suas controladas de continuarem operando. Desta forma, as presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade dos negócios. Baseamos nossa conclusão nas expectativas em relação ao futuro, as quais são consistentes com os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais e planos estratégicos e de investimentos.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2017.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas:

a. Nota nº 7 – Clientes, consumidores e concessionárias;
b. Nota nº 7 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
c. Nota nº 15 - Créditos tributários;
d. Nota nº 26 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;
e. Nota nº 32 – Custo de energia elétrica comprada para revenda - consolidado;
f. Nota nº 37 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
g. Nota nº 38 – Benefícios a empregados.

Notas Explicativas

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB -*International Accounting Standards Board*

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

1. IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação
2. Modificações à IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas
3. IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras
4. Modificações à IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34 Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014
5. IAS 16 e IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização
6. IFRS 11 – Negócios em conjunto
7. IAS 16 – Ativo imobilizado

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue:

8. IFRS 9 (equivalente ao CPC 48) Instrumentos Financeiros (2)
9. IFRS 15 (equivalente ao CPC 47) Receitas de Contratos com clientes (2)
10. IFRS 16 – Leases (3)
11. Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Joint Venture (4)
12. Modificações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro (1)
13. Modificações à IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa (1)
14. Esclarecimento do IFRS 15 – Receitas de Contrato com Cliente (2)
15. Modificações à IFRS 2 – Pagamento com base em ações (2)
16. Modificações à IFRS 4 – Aplicação do IFRS 9 Instrumentos financeiros com o IFRS 4 Classificação dos contratos (2)
17. Modificações às IAS 40 – Transferências de propriedade para investimentos (2)
18. IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e considerações antecipadas (2)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.
(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.
(4) Em dezembro de 2015, o IASB decidiu adiar indefinidamente a data de vigência dessas alterações.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 (classificação e mensuração de ativos financeiros), que podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros, mas que nesse momento estão em avaliação pela companhia.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Caixa e equivalentes de caixa – abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Notas Explicativas

b. Instrumentos financeiros e atividades de hedge – Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados em: (i) mantidos para negociação – mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento – mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, (iii) empréstimos e recebíveis – são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) disponível para venda - são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros pela forma de apuração de seu valor justo está apresentada na nota explicativa nº 37.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalente de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados, clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, créditos com partes relacionadas, contas a receber da concessão, ativo financeiro setorial e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas, débitos com partes relacionadas, parcelamento de impostos, taxas regulamentares, passivo financeiro setorial e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia e suas controladas documentam se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 37 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

“Hedge” de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A

Notas Explicativas

contabilização do "hedge accounting" é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas cancelam a relação de "hedge", o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de "hedge". O ajuste ao valor justo do item objeto de "hedge", oriundo do risco de "hedge", é registrado no resultado a partir deste exercício.

c. Clientes, consumidores e concessionárias – englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL.

e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização.

f. Contas a receber da concessão – representa a parcela do capital investido na infraestrutura pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmada a utilização do VNR – Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. As controladas, distribuidoras de energia elétrica, possuem o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda, foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras.

As controladas, distribuidoras de energia elétrica, originalmente registraram desde o exercício de 2012 como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil, entretanto a partir dos exercícios de 2016 e 2015 revisaram suas práticas contábeis passando a classificar a remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho. Esta alteração de pratica, esta suportada basicamente no (i) retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de "WACC" (custo médio ponderado do capital); e (ii) investir em infraestrutura é a atividade do negócio de distribuição de energia elétrica, e os seus modelos estão suportados em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura. A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão.

Em dezembro de 2015 por ter sido concluído o processo de renovação da concessão, por mais 30 anos a contar de 07 de julho de 2015, as controladas EMG, ENF, EBR, EDEVEP, CAIUA, CFLO e CNEE efetuaram novos cálculos do ativo financeiro, transferindo para o intangível o saldo correspondente aos bens vinculados a concessão que serão amortizados de acordo com o novo prazo deferido pelo poder concedente.

Esses ativos foram classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 16.

g. Ativo e passivo financeiro setorial – referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber das controladas sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão das controladas estão

Notas Explicativas

atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade), as controladas passaram a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 12.

h. Investimentos - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável.

i. Combinação de negócios – As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificados como: (i) intangível (*goodwill*) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. O *goodwill* referente a entidades sob o regime de concessão e/ou autorização de exploração econômica por prazo determinado, são amortizados no prazo de exploração.

j. Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:
Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização (nota explicativa nº 18).

k. Arrendamento mercantil - os bens adquiridos por meio de contrato de arrendamento mercantil financeiro, estão reconhecidos como ativo imobilizado e intangível, sendo depreciados e amortizados pelas taxas praticadas pela Companhia e controladas, de acordo com a natureza de cada bem. Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, são reconhecidos como financiamentos no passivo circulante ou no passivo não circulante com base no valor presente das prestações a pagar. A diferença entre o valor presente e o valor das prestações é apropriada na demonstração do resultado como despesa financeira. Os arrendamentos de imóveis rurais contratados para a construção, instalação, das Usinas Eólicas, foram reconhecidos diretamente como custo do projeto a entrada em operação e a partir desta data está sendo registrados em outras despesas operacionais na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

l. Intangível – (i) contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pelas controladas na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão; (ii) direito de uso de concessão: pagos nas aquisições do controle acionário das controladas distribuidoras de energia elétrica. A amortização está sendo realizada pelo prazo de concessão das controladas, ou seja, Energisa SE em 30 anos, a partir de dezembro de 1997; Energisa PB, em 30 anos, a partir de dezembro de 2000; Energisa NF pelo período remanescente de 18 anos, a partir de julho de 1997, Energisa BO em 30 anos, a partir de janeiro de 2000; Empresas adquiridas em 11 de abril de 2014: EMT em 30 anos vencendo em 10 de dezembro de 2027, EMS em 30 anos vencendo em 04 de dezembro de 2027 e as empresas CAIUA, CNEE, EBB, CFLO e EDEVP em 30 anos com vencimento para 07 de julho de 2045 e ETO em 20 anos vencendo em 30 de janeiro de 2020; (iii) mais valia dos bens tangíveis (empresas adquiridas em 11 de abril de 2014) a amortização é realizada com base no prazo de vida útil do bem, limitado ao prazo de concessão.

m. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação.

n. Redução a valor recuperável – a Companhia e suas controladas avaliam os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.
Ativo financeiro:
Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia e suas controladas sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.
Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas, e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas

Notas Explicativas

pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

Ativo não financeiro:
A Administração da Companhia e de suas controladas, revisam o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, liquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. Ágio: teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstancias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

. Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstancias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

(i) Receitas – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia e suas controladas neste mercado;
(ii) Custos e despesas operacionais – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e de suas controladas, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
(iii) Investimentos de capital – os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia e das controladas, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia e das controladas.

Notas Explicativas

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e das controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação.

o. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

p. Derivativos – a Companhia e as controladas detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras (controladas) e de taxa de juros (Companhia e controladas). Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 37.

q. Imposto de renda e contribuição social - A despesa e receita com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Nas controladas do segmento de geração o imposto de renda e a contribuição social foram calculados pelo regime de tributação do lucro presumido.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

r. Incentivos fiscais SUDENE/SUDAM – como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, são reconhecidas no resultado e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 15).

s. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis**.**

t. Ajuste a valor presente - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações.

u. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação.

Notas Explicativas

v. **Resultado** - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As controladas, concessionárias de energia elétrica, contabilizam receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos.

w. **Benefícios a empregados** - Plano de suplementação de aposentadoria e pensão - A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD) é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e de suas controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou ainda, na redução das futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes.

x. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço.

y. **Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

z. **Ativos disponíveis para venda** – A entidade deve classificar um ativo não circulante como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável, seu valor contábil vai ser recuperado. Os ativos ou grupos de ativos devem classificar todos os ativos e passivos como mantidos para venda quando os critérios estabelecidos estiverem presentes. A Companhia deve apresentar e divulgar informação que permita que seja avaliado os efeitos financeiros das operações descontinuadas e das baixas de ativos não circulantes mantidos para venda. A Companhia reclassificou os ativos e passivos para ativos e passivos disponíveis para venda circulantes e as operações descontinuadas estão demonstradas na demonstração do resultado do exercício.

3.3 Reapresentações de exercícios anteriores

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações nas suas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado de 31 de dezembro de 2015, originalmente emitidas em 17 de março de 2016 conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”:

Notas Explicativas

(a) Realizou reclassificações na demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 01 de janeiro de 2015, transferindo da rubrica "outros resultados abrangentes" para "transações entre sócios" os valores de R$24.580 e R$14.701, respectivamente. Na demonstração de resultado de 31 de dezembro de 2015, foi reclassificado o montante de R$383.044 da rubrica "resultado da alienação dos ativos de geração" para "resultado líquido de operações descontinuadas", na controladora e no consolidado. Na demonstração do resultado abrangente foi reclassificado da rubrica "outros resultados abrangentes" para "transações entre sócios", conforme segue:

. As reclassificações efetuadas na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido "DMPL" referem-se à contabilização de valores de instrumento financeiro derivativo efetuados pelas controladas que inicialmente registraram em outros resultados abrangentes e estão sendo realocados no patrimônio líquido como transações de capital com sócios, por serem parte do processo de aquisição de participação minoritária em controlada indireta, conforme nota explicativa nº37.

. As reclassificações efetuadas na Demonstração do Resultado Abrangente "DRA" referem-se à contabilização de valores de instrumentos financeiros derivativos efetuados pelas controladas que inicialmente registraram em outros resultados abrangentes e estão sendo realocados no patrimônio líquido como transações de capital com sócios, por serem parte do processo de aquisição de participação minoritária em controlada indireta.

A seguir, o detalhamento da referida reclassificação:

Outros resultados abrangentes:

Controladora	Nota	2015	01/01/2015
JQMJ Participações S/A		3.676	2.198
BBPM Participações S/A		8.787	5.255
Denerge S/A		12.117	7.248
Total instrumento financeiro reflexo	30.8	24.580	14.701

Demonstração das mutações do patrimônio líquido:

Controladora	Nota	2015			01/01/2015		
		Divulgado	Reclassificado	Reapresentado	Divulgado	Reclassificado	Reapresentado
Outros resultados abrangentes	30.8	(104.619)	24.580	(80.039)	(91.992)	14.701	(77.291)
Outras Reservas de capital:	30.2						
Transações de capital com os sócios							
Instrumento financeiro MTM – reflexo		(43.220)	(24.580)	(67.800)	(40.827)	(14.701)	(55.528)
Total do Patrimônio Líquido		2.211.653	-	2.211.653	1.882.939	-	1.882.939

Consolidado	Nota	2015			01/01/2015		
		Divulgado	Reclassificado	Reapresentado	Divulgado	Reclassificado	Reapresentado
Outros resultados abrangentes	30.8	(104.619)	24.580	(80.039)	(91.992)	14.701	(77.291)
Outras Reservas de capital:	30.2						
Transações de capital com os sócios							
Instrumento financeiro MTM – reflexo		(43.220)	(24.580)	(67.800)	(40.827)	(14.701)	(55.528)
Total do Patrimônio Líquido		3.318.170	-	3.318.170	2.998.860	-	2.998.860

(b) Alterou as práticas contábeis - As controladas, distribuidoras de energia elétrica, revisaram suas práticas contábeis e concluíram que o ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentado sob a rubrica de "Receita financeira – Atualização do contas a receber da concessão VNR", no resultado financeiro, deveria ser reclassificado para o grupo receitas operacionais – ativo financeiro indenizável da concessão, objetivando melhor a apresentação quanto à sua posição patrimonial e seu desempenho e de sua atividade de distribuição de energia elétrica. Esta mudança de prática, de acordo com o CPC 23 tem como base:

Notas Explicativas

(i) O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de "WACC" (custo médio ponderado do capital);

(ii) Investir em infraestrutura é a atividade do negócio de distribuição de energia elétrica, e o seu modelo está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura; e

(iii) A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão.

O impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, na Companhia foi uma reclassificação de R$243.409 da receita financeira – Atualização do contas a receber da concessão VNR para receitas operacionais – ativo financeiro indenizável da concessão.

Consolidado				
Demonstração do Resultado	Nota	Divulgado 2015	Reclassificado	Reapresentado 2015
Receita operacional líquida	31	11.935.130	243.409	12.178.539
Lucro bruto		1.647.902	243.409	1.891.311
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		864.667	243.409	1.108.076
Receita financeira	34	794.303	(243.409)	550.894

Consolidado				
Demonstração do Valor Adicionado	Nota	Divulgado 2015	Reclassificado	Reapresentado 2015
Receitas de vendas de energia e serviços		17.234.160	243.409	17.477.569
Valor adicionado bruto		8.948.174	243.409	9.191.583
Valor adicionado líquido		8.248.244	243.409	8.491.653
Receita financeira	34	808.596	(243.409)	565.187

Notas Explicativas

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Energisa e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		2016	2015
Controladas diretas			
Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S/A (ESE) (2)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A (EPB) (2)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S/A (EMG) (2)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Soluções S/A (ESO) (3)	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	99,99	99,99
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	100	100
Energisa Comercializadora Ltda. (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda. (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	99,99	99,99
Energisa Geração Central Solar Coremas	Geração solar de energia	100	100
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	100
Alvorada Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	100
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Holding	99,97	-
JQMJ Participações S/A (4)	Holding	-	99,99
Controladas indiretas			
Rede Energia S.A	Holding	96,21	95,08
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	66,60	58,87
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	99,93	99,93
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	76,67	71,42
Companhia Força e Luz do Oeste	Distribuição de energia	98,30	97,70
Empresa Elétrica Bragantina S/A	Distribuição de energia	95,85	91,45
Companhia Nacional de Energia Elétrica	Distribuição de energia	98,70	98,69
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A	Distribuição de energia	100,00	100,00
CAIUÁ - Distribuição de Energia S/A	Distribuição de energia	100,00	100,00

(1) Em fase pré-operacional.

(2) Companhias Abertas.

(3) Empresa que possui 99,99% de participação no capital da Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A, constituída em novembro de 2013.

(4) Empresa incorporada pela controlada Denerge Desenvolvimento Energético S/A em novembro de 2016.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

1) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

2) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e

3) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

Notas Explicativas

5 Informações por segmento - consolidado

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.
A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de geração, distribuição, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	2016				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	11.322.921	332	440.365	47.077	11.810.695
Receitas Intersegmentos	-	-	-	189.597	189.597
Total	**11.322.921**	**332**	**440.365**	**236.674**	**12.000.292**
Receitas Financeiras	629.329	49	4.196	242.793	876.367
Despesas Financeiras	(1.089.601)	(6)	(7.405)	(551.854)	(1.648.866)
Total	**(460.272)**	**43**	**(3.209)**	**(309.061)**	**(772.499)**
Depreciação e amortização	**672.761**	**32**	**50**	**30.802**	**703.645**
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	**609.659**	**(112)**	**(861)**	**(264.606)**	**344.080**

	2015				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	11.727.926	301	393.791	56.521	12.178.539
Receitas Intersegmentos	6.773	-	-	179.446	186.219
Total	**11.734.699**	**301**	**393.791**	**235.967**	**12.364.758**
Receitas Financeiras	559.806	22	(10.767)	219.369	768.430
Despesas Financeiras	(1.335.975)	(283)	(6.175)	(715.352)	(2.057.785)
Total	**(776.169)**	**(261)**	**(16.942)**	**(495.983)**	**(1.289.355)**
Depreciação e amortização	**667.271**	**31**	**42**	**32.585**	**699.929**
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	**375.747**	**(687)**	**(12.532)**	**(543.807)**	**(181.279)**

	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	2016	2015
Ativos dos segmentos divulgáveis	**18.414.669**	**4.174**	**108.254**	**1.544.811**	**20.071.908**	**18.669.645**
Ativo circulante	5.152.736	335	99.876	1.143.209	6.396.156	6.087.101
Ativo não circulante	13.261.933	3.839	8.378	401.602	13.675.752	12.582.544
Passivos dos segmentos divulgáveis	**11.802.889**	**101**	**103.773**	**3.392.104**	**15.298.867**	**15.351.475**
Passivo circulante	4.633.928	97	66.713	359.652	5.060.390	4.883.520
Passivo não circulante	7.168.961	4	37.060	3.032.452	10.238.477	10.467.955

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

Notas Explicativas

	2016	2015
Receita		
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	12.000.292	12.364.758
Eliminação de receitas intersegmentos	(189.597)	(186.219)
Receita líquida consolidada	**11.810.695**	**12.178.539**
Depreciação e amortização		
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	703.645	699.929
Depreciação e amortização consolidada	**703.645**	**699.929**
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	876.367	768.430
Eliminação de receitas intersegmentos	(142.524)	(217.536)
Receita financeira consolidada	**733.843**	**550.894**
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(1.648.866)	(2.057.785)
Eliminação de receitas intersegmentos	142.524	217.536
Despesa financeira consolidada	**(1.506.342)**	**(1.840.249)**
Lucros (prejuízos)		
Total de lucros (prejuízos) dos segmentos divulgáveis	344.080	(181.279)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**344.080**	**(181.279)**

	2016	2015
Ativo		
Ativo total dos segmentos divulgáveis	20.071.908	18.669.645
Outros valores não alocados	(49.088)	(167.463)
Total Ativo consolidado	**20.022.820**	**18.502.182**
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	15.298.867	15.351.475
Outros valores não alocados	(49.088)	(167.463)
Total passivo consolidado	**15.249.779**	**15.184.012**

6 Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

6.1. Caixa e equivalentes de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e depósitos bancários à vista	**731**	**8.258**	**81.817**	**148.734**
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	**41.147**	**214.479**	**715.383**	**934.893**
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	3.494	159.941	474.400	149.478
Compromissada [1]	37.653	54.538	240.983	785.415
Total de caixa e equivalentes de caixa [2]	**41.878**	**222.737**	**797.200**	**1.083.627**

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB'S), Operações Compromissadas e Debêntures. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2016 equivale a 100,70% do CDI (99,01% do CDI em 2015).

(1) Operações compromissadas em debêntures – São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, e são remuneradas de 40,0% até 102,5% do CDI.

(2) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

Notas Explicativas

6.2. Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio de resultado)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	**797.525**	**51.581**	**1.894.108**	**808.394**
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	41.272	4.892	129.573	64.286
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) (1)	-	-	6.264	1.253
Compromissada (2)	46	-	644	23.139
Debêntures (3)	298.142	-	298.142	-
Fundos de Investimentos (4)	149.642	47	273.849	102.210
Fundos de Investimentos Exclusivos (5)	**208.015**	**46.642**	**994.610**	**576.899**
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	20.045	-	68.420	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1.077	-	8.397	88.250
Debêntures	21.202	-	165.270	162.012
Compromissadas	1.347	-	10.496	19.705
DPGE	-	7.731	-	17.996
Títulos públicos	15.127	38.911	32.685	90.578
Fundo de Crédito	4.063	-	31.670	-
Fundo de Renda Fixa	27.931	-	217.727	198.358
Letra financeira (LFT)	8.513	-	66.363	-
Letra financeira (LF)	108.373	-	390.956	-
Títulos CCBs (6)	78.781	-	78.781	-
(-) Provisão para perdas com os títulos CCBs (6)	(78.781)	-	(78.781)	-
Nota Promissória	337	-	2.626	-
Nota Promissória (7)	100.408	-	100.408	-
Outros instrumentos	-	-	314	264
Fundos de Investimentos em direitos creditórios (8)	-	-	90.304	40.343
2) Mantidas até o vencimento	**-**	**-**	**9.648**	**7.736**
Fundos de Investimentos em direitos creditórios (8)	-	-	9.648	7.736
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (9)	**797.525**	**51.581**	**1.903.756**	**816.130**
Circulante	797.525	51.581	1.765.232	719.058
Não Circulante	-	-	138.524	97.072

(1) Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - São aplicações referentes aos recursos vinculados as garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica do passivo circulante e não circulante sendo remuneradas de 99,0% a 101,0% do CDI.

(2) Operações compromissadas em debêntures- São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas de 50% a 99,0% do CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

(3) Debêntures (partes relacionadas) - São títulos de créditos privados de 33.540 debêntures de emissão da controlada indireta EMT que podem ser negociados no mercado secundário, possuem liquidez imediata e são remuneradas pelo CDI + 2,28% a.a., com vencimento em 15/05/2021.

(4) Fundos de investimentos – Inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 67,83% a 182,30% do CDI.

(5) Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Fundos de Crédito, Títulos, LFT, LFS, LF, são remuneradas de 101,72% até 113,95% do CDI.

(6) Títulos CCBs - a Companhia detém títulos mobiliários emitidos ou por cujo o pagamento é responsável empresa não ligada que requereu recuperação judicial. Os créditos montam de R$78.781. Como ainda não foi homologada a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, e de forma conservadora, foi constituída provisão de desvalorização dos Créditos, tendo contabilizado o valor de R$78.781, em outras despesas financeiras, no resultado do exercício de 2016.

(7) Nota Promissória de 1ª série e 2ª série (partes relacionadas) – emitidas pela controlada Energisa Tocantins com vencimentos em 21/12/2018 e 21/12/2019, possuem liquidez imediata e são remuneradas pelo CDI + 1,85% a.a. e 1,95% a.a., respectivamente.

(8) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados IV Energisa centro oeste – FIDC com vencimento em 01/10/2034 e Fundos de investimentos em direitos creditórios – FIDC Energisa 2008 com vencimento em 01/12/2020, respectivamente.

(9) Inclui, R$14.888 (R$4.938 em 2015) na controladora e R$216.924 (R$235.343 em 2015) no consolidado referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas,

Notas Explicativas

debêntures, CDB´s, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de dezembro de 2016 equivale a 108,83% do CDI (99,01% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

Uso de estimativas: O controle das aplicações financeiras do Grupo Energisa é regido por Política de Gestão de Riscos Decorrentes do Mercado Financeiro que busca mitigar o risco de contraparte, ou seja, o risco associado à possibilidade da entidade não honrar seus compromissos de pagamentos. Esta política determina as modalidades de aplicação elegíveis ao aporte de recursos, bem como os ratings mínimos exigidos para cada uma delas. Da mesma forma dita limites de concentração nas entidades recebedoras dos recursos (bancos em empresas) em função de seu porte, rating e patrimônio. Política de Gestão de Riscos Decorrentes do Mercado Financeiro é pública e está disponível no site da Energisa.

7 Clientes, consumidores e concessionárias

	Controladora		Consolidado								
			Saldos a vencer		Saldos vencidos				Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa (7)	Total	
	2016	2015	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias		2016	2015
Valores correntes: (1)											
Residencial	-	-	240.591	164	260.779	23.805	3.629	4.309	(31.743)	501.534	515.394
Industrial	-	-	117.907	4	26.907	2.671	3.958	29.870	(29.870)	151.447	192.000
Comercial	-	-	189.593	46	66.831	8.054	8.837	15.318	(24.155)	264.524	280.708
Rural	-	-	57.620	27	34.228	5.097	778	1.337	(1.337)	97.750	105.800
Poder público	-	-	61.350	5	21.509	2.490	2.008	7.628	(7.628)	87.362	94.248
Iluminação pública	-	-	24.655	-	8.787	640	509	6.112	(6.112)	34.591	36.431
Serviço público	-	-	35.132	-	12.462	3.536	4.663	83.059	(83.059)	55.793	56.359
Fornecimento não faturado	-	-	449.980	-	-	-	-	-	-	449.980	487.828
Arrecadação Processo Classificação	-	-	45.124	-	-	-	-	-	-	45.124	27.700
Valores renegociados:											
Residencial	-	-	12.866	42.220	8.034	3.711	4.663	28.849	(47.766)	52.577	42.559
Industrial	-	-	7.663	10.694	2.768	1.949	1.617	12.974	(19.297)	18.368	20.019
Comercial	-	-	7.676	47.244	3.153	1.273	2.094	11.382	(19.543)	53.279	46.368
Rural	-	-	2.584	5.047	1.098	432	542	2.217	(4.920)	7.000	8.323
Poder público (2)	-	-	11.491	153.804	4.175	1.659	1.809	19.568	(39.444)	153.062	91.920
Iluminação pública	-	-	1.607	11.619	464	62	88	279	(1.130)	12.989	15.792
Serviço público	-	-	1.493	8.149	218	106	164	1.023	(2.237)	8.916	13.326
(-) Ajuste valor Presente (3)	-	-	(2.182)	(81.987)	-	-	-	-	-	(84.169)	(42.720)
Subtotal-clientes	-	-	1.265.150	197.036	451.413	55.485	35.359	223.925	(318.241)	1.910.127	1.992.055
Suprimento Energia - Moeda Nacional (4)	-	-	118.633	-	5.044	7.252	10.532	48.901	(636)	189.726	111.166
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	3.933	-	-	-	-	-	-	3.933	3.681
Serviços Especializados	5.989	5.808	7.482	655	3.847	2.010	1.793	2.464	(2.464)	15.787	24.304
Redução do uso do sistema de distribuição (5)	-	-	12.201	-	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Outros (6)	-	-	24.979	2.045	7.376	12.782	18.607	49.477	(22.727)	92.540	51.103
Total	**5.989**	**5.808**	**1.432.378**	**199.736**	**467.680**	**77.529**	**66.291**	**324.767**	**(344.068)**	**2.224.314**	**2.194.510**
Circulante	5.989	5.808								1.990.788	2.054.044
Não Circulante	-	-								233.526	140.466

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos. Inclui principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço.

(2) Inclui a renegociação realizada em 03 de agosto de 2016 em que a controlada indireta EMT assinou com a Prefeitura Municipal de Cuiabá e com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica no montante R$86.592, liquido de juros, correção monetária e multas, que será recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor incidirá juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão

Notas Explicativas

(abril/2042). A controlada reverteu no terceiro trimestre de 2016 toda provisão anteriormente constituída do mesmo montante, entretanto constituiu ajuste a valor presente sobre a divida no montante de R$41.820, contabilizado na demonstração de resultado do exercício na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI (13,63%) a.a.

(3) Ajuste a valor presente: refere-se ao valor de ajuste calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 13,63% a.a. (14,14% a.a. em 31 de dezembro de 2015). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações. Abaixo demonstramos do fluxo de caixa e sua temporalidade:

Vencimentos	Ajutes valor presente
2017	6.695
2018	10.796
2019	8.225
2020	8.360
2021 em diante	50.093
Total	**84.169**

(4) Inclui energia vendida na Câmara de aComercializção de Energia Elétrica – CCEE.

O saldo da conta de suprimento energia – moeda nacional no consolidado, em 31 de dezembro de 2016, inclui os valores referentes à comercialização de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no no montante de R$132.469 (R$77.168 em 2015). Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante, no montante de R$108.102 (R$286.452 em 2015), decorre da aquisição de energia elétrica e dos encargos de serviços de sistema conforme demonstração a seguir:

	Consolidado	
	2016	2015
Saldos a vencer	74.986	40.113
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 [(a)]	34.287	34.287
Créditos vencidos [(b)]	23.196	2.768
Sub-total créditos CCEE	**132.469**	**77.168**
(-) Aquisição de energia na CCEE	(83.650)	(104.294)
(-) Encargos de serviços do sistema	(24.452)	(182.158)
Total créditos CCEE	**24.367**	**(209.284)**

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

(a) Os valores da energia de curto prazo, que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento movidos por determinadas empresas do setor, tendo em vista diferentes interpretações das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. As controladas ESE, EMG e ENF não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(b) Créditos vencidos:

AES SUL – R$13.921
As controladas EMG, ESE, EPB, EBO e ENF, ajuizaram ações de cobrança contra os credores que não liquidaram a aquisição de energia na CCEE e no MAE, desde 2002 para os quais constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Em 12 de outubro de 2016 transitou em julgado a decisão em ação monitória movida pela controlada EMG (que representava as demais controladas) contra a AES SUL, que depositou em juízo o valor da condenação, e motivou o reconhecimento do ativo a receber devidamente atualizado, bem como da reversão de parte da provisão. A expectativa de recebimento dos recursos é até o final de março de 2017.

Em 31 de dezembro de 2016, foi contabilizado na rubrica de outras receitas financeiras, no consolidado, atualização monetária do contas a receber de R$11.455 e reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa de R$2.004.

Notas Explicativas

CCEE – R$23.196
Em 31 de dezembro de 2016, as controladas EBO, ETO, EEB e EDEVP , possui valores a receber junto a CCEE referente ao período de dezembro de 2015 a dezembro de 2016, devidamente atualizados monetariamente, cujo repasse ainda não foi realizado pela CCEE. A expectativa de recebimento é até o final do primeiro semestre de 2017.

Uso de estimativas: os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

(5) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL n° 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido a controlada EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da controlada referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R$12.201 (R$12.201 em 2015), suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo consolidado.

(6) As controladas EMT, ETO, EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R$59.130 (R$11.646 em 2015), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante no consolidado. Inclui, também, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.

(7) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias e se baseiam nas instruções da ANEEL assim resumidas:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber do consumidor, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Contratos renegociados – (i) parcelas vencidas – são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas – são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Para as classes Serviço Público, Poder Público e Iluminação Pública: as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, CFLO, EEB, EDEVP, CNEE e CAIUÁ avaliam individualmente os casos de créditos em cobrança judicial com sentença com transitado em julgado favoravelmente ou que possua título de precatório, considerando que, nesses casos a realização do crédito é líquida e certa. Para todos os demais créditos de clientes públicos vencidos há mais de 360 dias é reconhecida a perda estimada no valor recuperável.

Segue movimentação ocorrida no exercício:

Movimentação das provisões	2016	2015
Saldo inicial - circulante -2015 e 2014	**464.581**	**443.270**
Provisões (reversões) constituídas no exercício – Despesas operacionais (*)	25.353	126.924
Reversão de provisão constituída no exercício-Outras despesas financeiras	(35.524)	-
Baixa de contas de energia elétrica – incobráveis	(101.259)	(105.613)
Saldo final - circulante -2016 e 2015	**353.151**	**464.581**
Alocação:		
Clientes, consumidores e concessionárias	344.068	412.956
Títulos de créditos a receber	3.900	50.530
Outros créditos	5.183	1.095

(*) As reversões de provisões ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, basicamente refere-se a liquidação de processos de recebimentos de faturas de energia junto a Prefeitura Municipal de Cuiabá, da renegociação da divida da Companhia de Saneamento da Capital (Sanecap), dos títulos precatórios e do final da ação decisão em ação monitória movida contra AES SUL por conta da energia elétrica vendida na CCEE em 2002, que segue:

a) A controlada indireta EMT reverteu no exercício toda provisão anteriormente constituída de R$86.592 referente a renegociação efetuada com a Companhia de Saneamento da Capital de Cuiabá (SANECAP).

Da mesma forma em 17 de junho de 2016 por ter assinado a petição na Central de Conciliação de Precatórios, do precatório requisitório nº 13.699/2004, resultou em acordo entre a controlada indireta EMT e o Município de Cuiabá/MT, A controlada indireta possuía provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R$35.524, que foi revertida para a rubrica de outras despesas financeiras por corresponder aos valores de multas, juros e correção monetária.

b) A controlada indireta EMT também renegociou outros débitos de fornecimento de energia elétrica de Iluminação Pública e de outros órgãos Municipais no montante de R$10.021 já contemplando a redução de juros, multas e 95% de correção monetária, tendo sido recebido totalmente em 2016.

Notas Explicativas

c) As controladas EMG, ESE, EPB, EBO e ENF reverteram provisão de R$2.004 em face do transitado em julgado da decisão em ação monitória movida contra AES SUL.

8 Títulos de créditos a receber - consolidado

	Consolidado	
	2016	2015
Títulos de créditos a receber [b]	31.155	29.204
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá [a]	25.320	50.258
Ajuste a valor presente [b]	(24.610)	(22.632)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.900)	(50.530)
	27.965	**6.300**
Circulante	9.661	4.676
Não circulante	18.304	1.624

(a) Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública – Cuiabá) da controlada indireta EMT, ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. Em 17 de junho de 2016, foi assinada a petição na Central de Conciliação de Precatórios, do precatório requisitório nº 13.699/2004, resultou em acordo entre a controlada indireta EMT e o Município de Cuiabá/MT, pelo qual foi fixado crédito a ser pago, de forma parcelada, no valor original do precatório requisitório de R$28.320, que será recebido em 66 parcelas fixas de R$500, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês, e a última parcela, de nº 67, no valor de R$183. Os recebimentos das parcelas iniciado em 10 de agosto de 2016 e as demais com vencimento em 25 de cada mês, foram todas efetivadas. A controlada indireta EMT possuía provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R$35.524, que foi revertida para a rubrica de outras despesas financeiras por corresponder aos valores de multas, juros e correção monetária.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi constituído na controlada indireta EMT, ajuste a valor presente no valor de R$1.977 utilizando-se a taxa média anual do CDI de 13,63% ao ano, registrado em outras despesas financeiras.

(b) As controladas EDEVP, CAIUÁ, EEB, CNEE e CFLO adquiriram, em 2003, créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Referidos créditos estão sob discussão judicial, em ação judicial movida pela detentora do crédito contra a União Federal. As controladas ingressaram nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1a Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional – PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, as controladas desistiram da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R$21.400 (R$21.400 em 2015).

Em 2016, os vencimentos dos títulos de créditos são:

Títulos vencidos	Consolidado (*)
Vencidos	5.152
2017	5.921
2018	6.747
2019	4.954
2020	7.989
2020 em diante	1.102
Total	**31.865**

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

Notas Explicativas

9 Dividendos a receber

Segue demonstrativo de dividendos a receber das controladas:

Dividendos a receber	Controladora	
	2016	2015
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	1.852	3
Rede Energia S/A	11.295	3.862
BBPM Participações S/A	-	9.978
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	13.947	17.845
JQMJ Participações S/A	-	4.117
Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A	1.043	5.926
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A	2.208	3.589
Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A	-	763
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	862	216
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	1.086	1.214
Alvorada Direitos Creditórios S/A	-	3
Dinâmica Direitos Creditórios S/A	-	25
Energisa Geração Usina Maurício S/A	-	141
Total - Ativo Circulante	**32.293**	**47.682**

10 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS [(a)]	-	-	200.017	198.943
Imposto de renda retido fonte - IRRF [(b)]	11.541	10.755	29.801	42.751
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ [(c)]	38.665	7.261	291.072	168.292
Contribuição social sobre o lucro - CSSL [(c)]	3.549	949	57.788	44.905
Contribuições ao PIS e a COFINS [(d)]	320	228	107.007	99.369
Outros	1	-	33.574	13.490
	54.076	**19.193**	**719.259**	**567.750**
Circulante	32.477	19.193	485.838	390.192
Não circulante	21.599	-	233.421	177.558

(a) Corresponde basicamente aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível das controladas, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores. Além disso, R$19.924 refere-se a carta de créditos adquiridos junto ao Estado de Mato Grosso pela controlada indireta EMT. Essa carta de crédito foi apresentada como garantia na habilitação para usufruir dos benefícios fiscais instituidos pela Lei 9.165/2009, cuja prestação de contas ocorreu em 07 de novembro de 2014 e aguarda homologação da SEFAZ-MT.

(b) Imposto de renda originado principalmente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras, juros sobre contratos de mútuo e serviços prestados a terceiros. Os saldos são compensados com as antecipações mensais de IRPJ, sendo o valor excedente não utilizado dentro do próprio exercício incorporado ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário.

(c) Na controladora corresponde a retenções sobre o rendimento de aplicações financeiras e contratos de mútuo. Nas controladas se refere a saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados em anos calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

(d) Corresponde ao pagamento a maior de PIS/COFINS efetuado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, relativo ao custo de aquisição de energia comprada para revenda, encargos de conexão, serviços e demais custos relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica das controladas e inclui 24 parcelas remanescentes de créditos constituídos até 31 de dezembro de 2014 sobre máquinas, equipamentos, materiais e de prestação de serviços incorporados ao ativo intangível e imobilizado, recuperáveis em 1/48 avos, conforme legislação vigente a época da constituição do saldo. A partir do exercício de 2015, em razão de alteração da legislação, os créditos passaram a ser constituídos sobre a cota de depreciação/amortização dos bens e equipamentos utilizados na atividade operacional.

Notas Explicativas

11 Revisão e reajuste tarifário periódico e outros assuntos regulatórios - consolidado

11.1 Reajustes tarifários:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
CAIUÁ	Resolução 1.888, de 05/05/2015	1,85%	10/05/2015
CFLO	Resolução 1.907, de 23/06/2015	16,54%	29/06/2015
CNEE	Resolução 1.889, de 05/05/2015	-3,62%	10/05/2015
EBO	Resolução 2.019, de 02/02/2016	6,91%	04/02/2016
EDEVP	Resolução 1.886, de 05/05/2015	-0,09%	10/05/2015
EEB	Resolução 1.887, de 05/05/2015	-0,23%	10/05/2015
EMG	Resolução 1.895, de 16/06/2015	3,06%	18/06/2015
EMS	Resolução 2.054 de 05/04/2016	7,19%	08/04/2016
EMT	Resolução 2.055, de 05/04/2016	8,60%	08/04/2016
ENF	Resolução 1.894, de 16/06/2015	14,07%	18/06/2015
EPB	Resolução 2.126, de 23/08/2016	5,13%	28/08/2016
ESE	Resolução 2.062, de 19/04/2016	5,24%	22/04/2016
ETO	Resolução 1.919, de 30/06/2015	5,88%	04/07/2015

11.2 Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. As controladas que compõem o Grupo Energisa tiveram os seguintes efeitos médios:

Efeito médio da RTE por distribuidora:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EMG	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,89%	02/03/2015
ENF	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,05%	02/03/2015
EPB	Resolução 1.858, de 27/02/2015	3,82%	02/03/2015
EBO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	0,61% (*)	02/03/2015
ESE	Resolução 1.858, de 27/02/2015	8,00%	02/03/2015
EMT	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,80%	02/03/2015
ETO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	4,46%	02/03/2015
EMS	Resolução 1.858, de 27/02/2015	27,86%	02/03/2015
CNEE	Resolução 1.858, de 27/02/2015	35,21%	02/03/2015
CAIUÁ	Resolução 1.858, de 27/02/2015	32,36%	02/03/2015
EDEVP	Resolução 1.858, de 27/02/2015	29,40%	02/03/2015
EEB	Resolução 1.858, de 27/02/2015	38,49%	02/03/2015
CFLO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	31,88%	02/03/2015

(*) *valor retificado homologado pela Resolução Homologatória nº 1.870 de 07/04/2015.*

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

Notas Explicativas

11.3 Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia passaram a ter a incidência do mecanismo denominado Sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras. Além de garantir a cobertura dos custos variáveis de energia às distribuidoras, o mecanismo tem um papel fundamental de sinalizar à população os custos reais de geração de energia elétrica proporcionando que esta possa promover alterações de hábitos voltados à realização de um consumo consciente de energia.

Mensalmente, por meio de um Despacho, a ANEEL divulga a cor da Bandeira Tarifária que será vigente no mês civil seguinte. Para tanto, utiliza-se de informações fornecidas pelo Operador Nacional do Sistema – ONS de previsões de geração de energia elétrica no país relativas aos custos de geração de energia por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Cabe à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE realizar a gestão da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Dessa forma, as bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia no SIN.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre quaisquer acréscimos;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R$1,50, a partir de março foi de R$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 uma nova alteração da regulamentação definiu um adicional de R$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R$3,00, a partir de março do mesmo ano o índico foi alterado para R$5,50 e em setembro de 2015 alterado para R$4,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016, nova alteração na regulamentação definiu a abertura da bandeira vermelha em dois patamares: patamar 1 com um índice de R$3,00 e patamar 2 com um índice de R$4,50 aplicáveis a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As alterações da regulamentação de bandeiras tarifárias observadas no segundo semestre de 2015 e início de 2016 foram promovidas pela ANEEL para garantir que o mecanismo regulatório estivesse efetivamente alinhado com as necessidades de coberturas de custos de geração de energia do país. Ao longo da aplicação desse mecanismo foi possível observar que por um período ocorreu insuficiência de recursos (conta centralizadora deficitária), enquanto em outro período se observou sobra de recursos (superávit da conta centralizadora).

Importante destacar que desde abril de 2016 a Bandeira Tarifária Verde está vigente o que, conforme citado, não implica em acréscimos de custos às faturas de energia dos consumidores. Apenas no mês de novembro de 2016 a bandeira tarifária amarela esteve vigente.

11.4 Revisão tarifária:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EBO, EPB e ETO, e (ii) a cada cinco anos na ESE, EMT, EMS, EMG, ENF, CAIUÁ, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Notas Explicativas

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
CAIUÁ	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
CFLO	Resolução 2.095, de 21/06/2016	-16,48%	29/06/2016
CNEE	Resolução 2.073, de 03/05/2016	-0,37%	10/05/2016
EBO	Resolução 1.483, de 29/01/2013	6,18%	04/02/2013
EDEVP	Resolução 2.072, de 03/05/2016	1,69%	10/05/2016
EEB	Resolução 2.074, de 03/05/2016	1,84%	10/05/2016
EMG	Resolução 2.092, de 21/06/2016	2,16%	22/06/2016
EMS	Resolução 1.505, de 05/04/2013	-3,17%	08/04/2013
EMT	Resolução 1.506, de 05/04/2013	0,95%	08/04/2013
ENF	Resolução 2.091, de 21/06/2016	8,86%	22/06/2016
EPB	Resolução 1.592, de 27/08/2013	-3,02%	28/08/2013
ESE	Resolução 1.513, de 16/04/2013	4,08%	22/04/2013
ETO	Resolução 2.105, de 28/06/2016	12,81%	04/07/2016

11.5 Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Em razão de regra disposta no Decreto n° 5.163/04, independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidoras de energia elétrica, por atividade que não lhe remunera (a aquisição de energia).

Para afastar os prejuízos decorrentes da aquisição de energia que lhe foi imposta, mitigando a sua sobrecontratação, ao longo de 2016 e ainda em 2017, o grupo Energisa envidou e vem envidando seus melhores esforços e utilizando-se de todos os mecanismos disponíveis, tais como a participação nos MCSDs Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores. Mesmo assim, considerando que um dos últimos mecanismos ainda não foi realizado (o MCSD Ex-Post), as distribuidoras do grupo Energisa, em conjunto, estimam ter encerrado o ano de 2016 com 111,0% de nível de contratação, sendo que o excedente, acima dos 100%, é liquidado pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) ao longo do ano.

Por isso, o Grupo Energisa, baseando-se tanto em parecer técnico de reconhecido escritório de advocacia e em manifestações da ABRADEE, quanto em interações com a Aneel, recorreu à para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica

O Poder Concedente, inclusive indicando a sua convergência com o entendimento do grupo Energisa, alguns meses após a realização do leilão A-1 e após iniciadas as discussões com relação ao equívoco na sua realização, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto n° 8.828/16, alterando a obrigação aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, forma mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, e a devolução da energia a eles correspondente, também já foi manifestado entendimento no sentindo que não há porque fazer distinção entre estes e os consumidores potencialmente livres apenas em decorrência da fonte de energia do fornecedor escolhido. Resta apenas a definição sobre a aplicação da permissão de redução dos contratos (CCEAR) por migração de consumidor especial para o ambiente livre e a consideração das sobras relativas a essa migração como involuntárias.

Como até a data de publicação da presente Demonstração Financeira de 2016, as discussões acerca do tema encontravam-se em curso, conservadoramente, optou-se pela contabilização das despesas incorridas com as sobras de energia até que decisão definitiva seja proferida pela ANEEL.

Notas Explicativas

Os valores de perdas incorridos até 31 de dezembro de 2016, não repassável para as tarifas dos consumidores, foram de R$45.036 reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no consolidado.

12 Ativo e Passivo Financeiro Setorial – consolidado

A conta Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela "A" – CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Desde o exercício de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das controladas de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros itens financeiros o que permitiu a contabilização dos saldos da CVA de forma prospectiva de acordo com o OCPC 08.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

As controladas contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativo financeiro setorial	Saldo em 2015	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	708.143	189.542	(647.806)	26.392	60.923	337.194	203.181	134.013	271.692	65.502
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	4.441	26.433	(19.394)	1.482	(260)	12.702	11.627	1.075	12.385	317
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	55.184	25.154	(48.688)	1.673	(1.415)	31.908	10.351	21.557	24.954	6.954
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	5.013	3.083	(4.280)	227	51	4.094	1.755	2.339	3.378	716
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	16.662	-	(18.644)	(1)	10.825	8.842	8.842	-	8.842	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	215.334	35.716	(220.465)	24.407	37.709	92.701	85.099	7.602	89.253	3.448
Conta Consumo de Combustível - CCC	2.125	-	(2.125)	-	-	-	-	-	-	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iv)	24.686	73.756	(29.735)	5.634	(2.266)	72.075	18.636	53.439	56.129	15.946
Sobrecontratação de energia (ii)	-	67.591	(1.403)	10.126	9.828	86.142	1.381	84.761	55.366	30.776
CUSD	1.412	171	(1.282)	186	137	624	354	270	531	93
Exposição de submercados	7.508	524	(7.030)	172	(678)	496	75	421	296	200
Garantias (v)	-	1.080	(1.154)	678	4.271	4.875	1.598	3.277	3.824	1.051
Saldo a Compensar (vi)	-	1.496	(1.408)	2.197	-	2.285	789	1.496	2.143	142
Outros itens financeiros (vii)	22.397	(11.122)	(13.044)	(2.972)	41.704	36.963	8.378	28.585	9.978	26.985
Total Ativo	**1.062.905**	**413.424**	**(1.016.458)**	**70.201**	**160.829**	**690.901**	**352.066**	**338.835**	**538.771**	**152.130**

Notas Explicativas

Passivo financeiro setorial	Saldo em 2015	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	3.616	18.935	1.250	7.241	62.451	93.493	266	93.227	66.986	26.507
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	777	71	(610)	89	(260)	67	-	67	61	6
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	422	3.487	(634)	143	(1.415)	2.003	3	2.000	1.386	617
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	-	(48)	-	(3)	51	-	-	-	-	-
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	157.192	249.069	(178.948)	13.535	10.825	251.673	52.225	199.448	186.999	64.674
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	54.302	2.929	7.072	37.709	102.012	-	102.012	78.371	23.641
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iv)	9.036	11.569	(12.016)	513	(2.267)	6.835	5.708	1.127	6.447	388
Sobrecontratação de energia (ii)	424.704	(118.176)	(218.549)	13.119	9.829	110.927	81.756	29.171	99.865	11.062
Devoluções Tarifárias (*)	806	17.746	-	625	805	19.982	-	19.982	1	19.981
CUSD	984	520	(789)	(11)	(93)	611	263	348	470	141
Exposição de submercados	116	109.115	(15.554)	8.032	(1.500)	100.209	20.760	79.449	75.588	24.621
Garantias (v)	-	(121)	6	(7)	122	-	-	-	-	-
Saldo a Compensar (vi)	-	-	(22.432)	-	58.055	35.623	27.850	7.773	35.623	-
Outros itens financeiros (vii)	40.190	262.574	(235.435)	26.058	(13.483)	79.904	85.950	(6.046)	79.904	-
Total Passivo	**637.843**	**609.043**	**(680.782)**	**76.406**	**160.829**	**803.339**	**274.781**	**528.558**	**631.701**	**171.638**
Saldo líquido	**425.062**	**(195.619)**	**(335.676)**	**(6.205)**	**-**	**(112.438)**	**77.285**	**(189.723)**	**(92.930)**	**(19.508)**

(*) O valor de R$17.746 (R$806 em 2015) refere-se a adição do período de receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, reconhecido pelas controladas indiretas CAIUÁ, EEB, CNEE, EDEVP, ELO e ETO e pela controladas diretas EMG, ENF e EBO conforme Despacho ANEEL nº245/2016, que determinou que para operacionalizar os efeitos contábeis em consonância com o PRORET, a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária os novos valores decorrentes de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo deverão ser apropriados em Passivos Financeiros Setoriais– Devoluções Tarifárias sendo atualizados mensalmente de acordo com o índice de correção monetária estabelecido no PRORET (IPCA) e somente começará a ser amortizado quando da homologação no 5º CRTP (Ciclo de Revisão Tarifária Periódica).

(i) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A – CVA**

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(ii) **Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia**

As distribuidoras devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado.
Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos cinco por cento em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

(iii) **Encargo de Serviço do Sistema – ESS**

Representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços encilares, prestados pelos usuários**.**

(iv) **Neutralidade**

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

(v) **Garantias Financeiras**

Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.

Notas Explicativas

(vi) **Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior**

Conforme previsto no § 4° do artigo 3° da Portaria Interministerial MME/MF n° 25/2002, verifica-se se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

(vii) **Outros itens financeiros**

Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc.

13 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Eletrobras subvenção baixa Renda Baixa renda [1]	-	-	41.255	42.458
Ordens de serviço em curso – PEE e P&D	-	-	131.516	115.957
Ordens de serviço em curso – outros	-	-	27.970	29.930
Ordens de desativação em curso	-	-	7.870	16.942
Ordens de dispêndio a reembolsar – ODR	-	-	651	2.643
Adiantamentos a fornecedores e empregados	709	1.376	24.157	23.633
Subvenção CDE – desconto tarifário [2]	-	-	113.769	200.054
Banco Daycoval [3]	-	-	176.791	176.791
Provisão para perdas Banco Daycoval [3]	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA - em 'Recuperação Judicial" [4]	-	-	66.144	63.655
(-) Ajuste a valor presente - CELPA [4]	-	-	(22.626)	(24.471)
Sub-rogação da CCC [5]	-	-	24.617	39.677
Aquisição de combustível p/ conta CCC	-	-	42.537	26.826
Padrão de baixa renda	-	-	3.105	3.589
Plano de Universalização	-	-	2.089	3.343
Adiantamento fundo de pensão	-	-	8.704	8.704
Créditos a receber Banco Pine	-	-	1.663	2.017
Despesas pagas antecipadamente	7.541	9.206	28.549	25.884
Contas a receber de venda das empresas de geração [6]	62.020	113.500	62.020	113.500
Créditos a receber de terceiros [7]	-	-	26.420	22.849
Ressarcimento de geradores	-	-	1.175	11.133
Créditos a receber Estado de Tocantins [8]	-	-	109.682	98.781
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber [8]	-	-	(20.328)	-
Adiantamentos – Inergus [9]	-	-	12.589	-
Créditos a receber da Eletrobrás – LPT [10]	-	-	26.546	-
Outros [*]	1.530	3.872	41.243	27.593
Total	**71.800**	**127.954**	**761.317**	**854.697**
Circulante	71.800	127.935	601.885	672.705
Não circulante	-	19	159.432	181.992

[*] Inclui, no consolidado, o montante de R$5.183 (R$1.095 em 2015) referente a provisão para créditos de liquidação duvidosa e em 2016, R$12.589 de recursos antecipados pela controlada Energisa Sergipe ao Instituto Energipe de Seguridade Social (“INERGUS”) para assegurar a liquidez e o fluxo financeiro do Plano de Benefício Definido (BD). Os valores transferidos ao Plano BD têm caráter de adiantamento por conta de cobertura de parte do déficit técnico, e que será objeto de Contrato de Confissão de Dívida, a ser celebrado entre a controlada ESE e o INERGUS.

(1) Baixa renda – consolidado

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica “outros créditos” no ativo circulante consolidado. A Administração das controladas não espera apurar perdas na realização dos saldos.

Notas Explicativas

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste (*)	Total
Saldos consolidados em 2015	**2.550**	**258**	**5.331**	**11.082**	**1.278**	**9.246**	**4.342**	**4.793**	**3.578**	**42.458**
Subvenção baixa renda	16.189	1.668	35.400	70.795	8.837	35.972	28.641	30.762	17.646	245.910
Ressarcimento Eletrobrás	(14.640)	(1.634)	(34.429)	(74.476)	(8.567)	(38.279)	(27.608)	(30.211)	(17.269)	(247.113)
Saldos consolidados em 2016	**4.099**	**292**	**6.302**	**7.401**	**1.548**	**6.939**	**5.375**	**5.344**	**3.955**	**41.255**

(*) Inclui as controladas, CFLO, CNEE, EEB, CAIUÁ e EDEVP.

(2) Subvenção CDE – desconto tarifário – consolidado

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

As controladas EMG, ENF, CNEE, CAIUÁ, EDEVP, EEB, CFLO e EMS desde 02 de setembro de 2015 possuem ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e baixa renda, com os valores a pagar de CDE com a Eletrobrás. Desta forma, até dezembro de 2016, foram compensados R$222.257 referente à subvenção CDE e R$62.154 referente subvenção baixa renda. No exercício de 2016, os saldos correspondem à subvenção incorrida nos meses de novembro e dezembro de 2016, cujo ressarcimento a Administração das controladas espera receber no primeiro trimestre de 2017.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	EMG	EPB	ESE	ENF	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste (*)	Total
Saldos consolidados em 2015	**5.779**	**18.308**	**3.334**	**110**	**928**	**108.938**	**22.731**	**31.251**	**8.675**	**200.054**
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	**52.045**	**58.631**	**39.025**	**1.675**	**4.384**	**217.365**	**45.566**	**99.063**	**69.715**	**587.469**
Ressarcimento pela Eletrobras	**(48.407)**	**(61.857)**	**(38.123)**	**(1.699)**	**(5.119)**	**(277.674)**	**(59.462)**	**(115.484)**	**(65.929)**	**(673.754)**
Saldos consolidados em 2016	**9.417**	**15.082**	**4.236**	**86**	**193**	**48.629**	**8.835**	**14.830**	**12.461**	**113.769**

(*) Inclui as controladas, CFLO, CNEE, EEB, CAIUÁ e EDEVP.

(3) Banco Daycoval

Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S/A para a conta corrente da acionista Rede Energia S/A – "em Recuperação Judicial", em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta holding, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas indiretas EMT, CAIUÁ e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

Ocorre que o Plano para a recuperação e correção das falhas e transgressões que motivaram a intervenção na EMT, CAIUÁ e EMS foi aditado após a aprovação pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia S/A – "em Recuperação Judicial". Em 17 de dezembro de 2013, a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA para a realização de uma Antecipação para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor equivalente ao saque efetuado pelo Banco Daycoval S/A.

Dessa forma, a restituição da aplicação financeira das controladas indiretas EMT, CAIUÁ e EMS passaram depender tão somente da demanda judicial movida pelas controladas, caracterizando um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da entidade. Por este fato, a Administração das controladas decidiu provisionar a perda dos valores enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

(4) Créditos a receber CELPA

Crédito que as controladas EMT, EMS, CAIUÁ, ETO, CNEE, CFLO, EDEVP e Rede Serviços tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA – em "Recuperação Judicial", oriundo de transações entre partes relacionadas. Os créditos intra-grupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensarem, que passará a responder perante às Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante será pago em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. A controlada indireta mantém ajuste a valor presente dos créditos a receber no valor de R$9.229 (R$24.471 em 2015).

(5) Sub-rogação da CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a

Notas Explicativas

modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

- Sistema de Transmissão Juruena, com projeto e subsídio aprovado no montante de R$40.310, acrescido de ajuste de R$3.549, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.371 de 20 de maio de 2008. Foi recebido em 2011 o montante de R$6.558, R$10.649 em 2012, R$6.765 em 2013, R$8.069 em 2014, R$3.234 em 2015 e R$8.584 em 2016, acrescido de atualização pelo IGPM de R$3.263 totalizando R$47.122.

- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foram recebidos R$1.215 em 2014, R$3.111 em 2015 e R$3.311em de 2016, totalizando R$7.637. O saldo remanescente é de R$24.617.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

A controlada EMT tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						2016	2015
Sistema de Transmissão Juruena	em serviço	52.135	43.859	47.122	3.263	-	11.749
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	45.166	32.254	7.637	-	24.617	27.928
Total		**97.301**	**76.113**	**54.759**	**3.263**	**24.617**	**39.677**
Circulante (Principal)						**2.204**	**13.158**
Circulante (Variação IGP-M)						-	1.292
Total do Circulante						**2.204**	**14.450**
Não Circulante (Principal)						**22.413**	**23.354**
Não Circulante (Variação IGP-M)						-	1.873
Total do Não circulante						**22.413**	**25.227**

(6) Contas a receber de venda das empresas de geração

A Energisa possui o montante a receber de R$113.500 pela venda de seus ativos de geração de energia elétrica, referente a valor adicional de ajustes de preços sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme consta nos contratos de compra e venda firmados com a compradora.

O recebimento desse valor faz parte de um processo arbitral iniciado pela Companhia contra a compradora.

A Companhia estimou a controvérsia em R$51.480, valor que foi registrado pela Energisa como redutor aos resultados descontinuados em sua demonstração de resultado do exercício.

(7) Créditos receber de terceiros

Refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

(8) Créditos a receber do Estado de Tocantins

Refere-se a valores que a controlada indireta ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

	2016	2015
Saldo – inicial – não circulante – 2015 e 2014	**98.781**	106.**328**
Amortização realizado no exercício	(2.326)	(7.078)
Atualização monetária – IGPM	13.227	(469)
Saldo- final – não circulante - 2016 e 2015	**109.682**	**98.781**

Programa Reluz Tocantins:

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ foi instituído em 2000 pela Eletrobrás, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semafórica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados

Notas Explicativas

em incluir seus projetos no Programa RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobras, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobras é de até 75% do valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocantinenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para eficientização energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

Em 24 de junho de 2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a controlada indireta ETO, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/3/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R$82.423 do Governo do Estado junto à ETO e a execução, por parte da Companhia, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

i. Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;

ii. Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da ETO e de titularidade do Governo do Estado;
iii. Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;

iv. O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

A controlada indireta ETO executou todas as obras e serviços necessários ao Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobras, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11 de setembro de 2013 e encaminhou ao Governo do Estado todas as notificações de evento de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobras.

Em 09 de julho de 2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da ETO, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, atualização monetária com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso, isso perfaz um montante em 31 de dezembro de 2016 de R$84.848 (R$76.977 em 2015), considerando-se o abatimento do saldo devedor dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010, 2011, 2014 e 2015, bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações.

Conforme previsto no contrato do Programa Reluz Tocantins, a controlada indireta ETO reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a ETO, a qualquer tempo, poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29/09/2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos e, em decisão liminar, os valores foram depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à controlada indireta ETO nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da controlada indireta ETO, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos.

O convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE – 003/2012-DFC, de 29 de fevereiro de 2012. O valor a receber atualizado é de R$24.834 (R$21.804 em 2015). Até o encerramento destas demonstrações financeiras, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

Em 01 de julho de 2016, o Governo do Estado do Tocantins, através do Ofício nº 909/2016/SEFAZ/GASEC, confirmou o saldo devedor com a controlada indireta ETO no montante de R$103.185, na data base de 31 de março de 2016, referente ao convênio 028/2008 – linha de transmissão ligando Xambioá a Tocantinópolis e o Programa Reluz. Esse Ofício ainda confirma que as partes estão em tratativas para encontrar uma forma de parcelar e liquidar o referido saldo devedor, sendo que o valor final será objeto de confirmação quando da finalização dos trabalhos do Comitê de Análise dos Contratos Ativos firmados entre o acionista Estado do Tocantins e o Grupo Energisa, criado através do Decreto do Governador do Estado nº 5.436, de 25 de maio de 2016. Em 21 de novembro de 2016 o Governo do Estado publicou o Decreto nº 5.541 elegendo novamente o comitê. Diante desses novos fatos e da perspectiva de conclusão das negociações devido à criação do referido Comitê, a administração reavaliou a expectativa de realização dos créditos da controlada indireta ETO com o acionista Estado do Tocantins e estimou uma provisão no montante de R$20.328 para ajuste a valor de realização de créditos a receber, registrado em outras despesas financeiras na demonstração de resultado do exercício.

(9) Adiantamento – Inergus

Em 2016, a controlada Energisa Sergipe antecipou recursos da ordem de R$12.589 ao Instituto Energipe de Seguridade Social ("INERGUS") para assegurar a liquidez e o fluxo financeiro do Plano de Benefício Definido (BD). Os valores transferidos ao Plano BD têm caráter de adiantamento por conta de cobertura de parte do déficit técnico, e que será objeto de Contrato de Confissão de Dívida, a ser celebrado entre a controlada ESE e o INERGUS.

(10) Créditos a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás (LPT)

A controlada indireta Energisa TO reconheceu no exercício créditos a receber no montante R$26.546, referente às liberações finais da 4ª e 5ª Tranche da subvenção econômica do Programa Luz Para Todos prevista no Contrato Nº ECFS-343/2013 firmado em 19/12/2013 com Eletrobrás, em face da finalização do processo de prestação de contas, cujos recursos são provenientes da Conta de

Notas Explicativas

Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa, tendo como contra partida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica.

14 Transações com partes relacionadas

A Companhia é a holding do Grupo Energisa, que detém o controle acionário das empresas citadas na nota explicativa nº 4, sendo controlada diretamente pela Gipar S/A (30,94% do capital votante).

A Gipar S/A é controlada pela Nova Gipar (100% do capital votante), que por sua vez é controlada pela Itacatu S/A (63,28% do capital votante) e pela Multisetor S/A (27,82% do capital votante). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital votante).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (77,64% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladora	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Clientes, consumidores e concessionárias	5.943	-	5.760	-
Mútuos (1):				
. Energisa Soluções S/A (1)	18.459	-	17.299	-
. Rede Energia S/A – Em recuperação judicial (1)	-	140.266	-	161.259
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A – Em recuperação judicial (1)	2.291	-	1.174	-
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (2)	-	36.428	-	2.475
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A- RJ – Em recuperação judicial (3)	100.372	-	88.421	-
. QMRA Participações (créditos opção "C" – RJ) – Em recuperação judicial (3)	22.243	-	20.008	-
. BBPM Participações S/A (6)	-	-	1.627	-
. QMRA Participações – Em recuperação judicial (1)	-	72.702	-	64.839
. Rede Energia S/A - RJ – Em recuperação judicial (3) e (4)	563.225	-	583.133	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A (2)	-	20.212	4.983	-
. Multi Energisa Serviços S/A (1)	700	-	621	-
. Rede Energia S/A - RJ – Em recuperação judicial - efeito EDP	3.656	-	-	-
. JQMJ Participações S/A (1) e (6)	-	-	145	-
Total – não circulante	**710.946**	**269.608**	**717.411**	**228.573**
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (5):				
. Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A	-	-	35.600	-
. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	25	-	963	-
. Parque Eólico Sobradinho S/A	875	-	2.506	-
. Energisa Geração Usina Maurício S/A	44	-	965	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	13	-	22	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	13	-	23	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	13	-	23	-
. Energisa Geração Central Eólica Muquim S/A	13	-	22	-
. Energisa Geração Energia S/A	16	-	20	-
. Energisa Nova Friburgo – Distribuidora de Energia S/A	-	-	8.600	-
. Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S.A	180	-	10.948	-
. Rede Energia S/A	-	-	-	8.000
. Energisa Soluções S/A	3.000	-	38.000	-
	4.192	**-**	**97.692**	**8.000**
Total	**721.081**	**269.608**	**820.863**	**236.573**

Notas Explicativas

Condições contratos:

Controladas	Taxa	Vencimento
. Energisa Soluções S/A (1)	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/01/2019
. Rede Energia S/A – Em recuperação judicial (1)	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/06/2018
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A – Em recuperação judicial (1)	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	12/09/2018
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (2)	Sem incidência de juros	30/06/2018
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (créditos opção "C" – RJ) – Em recuperação judicial (3)	1% a.a*	11/04/2036
. QMRA Participações (créditos opção "C" – RJ) – Em recuperação judicial (3)	1% a.a*	13/02/2036
. QMRA Participações – Em recuperação judicial (1)	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/06/2018
. Rede Energia S/A (créditos opção "C" – RJ) – Em recuperação judicial (3 e 4)	1% a.a*	11/10/2036
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A (2)	Sem incidência de juros	06/05/2017
. Multi Energisa Serviços S/A (1)	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	03/08/2017

* Taxa efetiva 15,19%

(1) Os mútuos possuem prazo de 24 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas é remunerado pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 1,1236 a.a (CDI + 1,1079 a.a em 31 de dezembro de 2015), e inclui o Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças firmado pela Energisa em 30 de setembro de 2016 com as controladas Rede Energia e Rede Power, como segue:

.Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças em 30 de setembro de 2016 com as controladas Rede Energia e Rede Power nos montantes de R$15.782 e R$8.857, respectivamente, foi devido a transação das controladas Rede Energia e Rede Power em 18 de junho de 2008 com a EDP – Energias do Brasil S.A., celebrou instrumento particular de compromisso e permuta de ações e outras avenças tendo por objeto a permuta, sem torna, de ações de emissão da Energisa Mato Grosso do Sul, detidas pela EDP, por (i) ações ordinárias de emissão da Lajeado e ações preferenciais de emissão da Investco, detidas pela Rede Energia; e (ii) ações ordinárias Lajeado e ações ordinárias de emissão da Tocantins, detidas pela Rede Power. Nos termos e condições do Instrumento de permuta a EDP responsabilizou-se perante a Rede Energia e Rede Power, por determinada contingências passivas da Energia Mato Groso do Sul. Em decorrência da obrigação de indenizar a EDP por força do instrumento particular de Cessão firmado entre a Energisa, Rede Energia e Rede Power, liquidou em 30 de setembro de 2016 o débito total de R$24.639 diretamente com a Energisa que por sua vez passa a ser devedora junto devedora junto a Rede Energisa e esta por sua vez com a controlada Rede Power. Os respectivos valores foram reconhecidos pelas controladas na demonstração do resultado do exercício no consolidado em outras receitas operacionais.

Em 30 de setembro de 2016, a Energisa S.A. adquiriu créditos da Companhia Lajeado Energia, referentes a recuperação Judicial da Rede Energia S.A. – Em recuperação judicial valor justo no montante de R$2.418, esses créditos foram registrados como mútuo entre as Companhias. Os créditos serão atualizados de acordo com as regras já definidas na recuperação judicial.

(2) Contratos de abertura de crédito com prazo de 24 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, sendo cobrado da creditada somente os custos com o IOF (imposto sobre operações financeiras) ou outro encargo, que durante a vigência do contrato venha a incidir sobre operações financeiras.

(3) Aquisição de créditos cedidos para recuperação judicial.

(4) Os créditos a receber da Rede Energia S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto fica mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento.

(5) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na rubrica investimentos.

(6) Empresas incorporadas pela controlada Denerge Desenvolvimento Energético S/A em novembro de 2016.

Notas Explicativas

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas		Serviços administrativos-prestados (1)	Comissão aval (2) / Atualização mútuos e rendimento de títulos(Receita (Despesa) financeira)	Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A		13.154	5.051	1.017
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A		26.726	9.355	2.112
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A		16.236	9.368	1.283
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A		7.131	587	564
. Energisa Soluções S/A		1.925	3.360	501
. Energisa Nova Friburgo – Distribuidora de Energia S/A		5.842	1.196	462
. Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A (3)		2.517	48.580	-
. Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A (3)		694	408	-
. Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S.A		-	-	-
. QMRA Participações S/A – Em recuperação judicial		-	(6.960)	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia – Em recuperação judicial		-	12.225	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A		-	100	-
. Alvorada Direitos Creditórios S/A		9	-	4
. Multi Energisa Serviços S/A		-	89	-
. Gipar S/A		-	(12.916)	-
. Rede Energia S/A – Em recuperação judicial		-	51.624	-
	2016	74.234	122.067	5.943
	2015	64.084	98.291	5.760

(1) Refere-se a serviços administrativos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL.

(2) Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos com cobrança de 0,12% a.m. pela Gipar S/A.

(3) O valor de R$48.580 e R$408 referem-se aos rendimentos das aplicações financeiras das 33.540 debentures de emissão da controlada EMT e notas promissórias de 1ª e 2ª série emitidas pela controlada ETO – vide nota explicativa nº 6.2.

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Fiscal foram de R$877 (R$ 674 em 2015) e da Diretoria foi de R$280 (R$ 191 em 2015) na controladora e R$ 9.150 (R$ 7.116 em 2015) e R$29.775 (R$ 21.881 em 2015) no consolidado.

Além da remuneração, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R$34 (R$ 51 em 2015) na controladora e R$3.307 (R$ 1.992 em 2015) no consolidado. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R$96 (R$ 119 em 2015) na controladora e R$4.516 (R$ 3.839 em 2015) no consolidado.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente relativas ao mês de dezembro de 2016 foram de R$18 e R$1 na controladora e R$156 e R$2 no consolidado (R$16 e R$1 na controladora e R$135 e R$2 no consolidado em 2015), respectivamente. A remuneração média mensal no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R$7 na controladora e R$39 no consolidado (R$5 na controladora e R$30 no consolidado em 2015).

Na AGO/AGE de 27 de abril de 2016, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2016 no montante de R$3.225 (R$3.000 para o exercício de 2015), na controladora e R$64.969 (R$64.627) no consolidado.

Notas Explicativas

15 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como as diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 (IAS 12) e apresentado conforme normas do CPC 26 (IAS 1).

Com base nos estudos técnicos, a Administração elaborou a projeção de resultados tributáveis, demonstrando a capacidade de realização dos créditos tributários nos exercícios futuros, conforme requerido pelo CPC 32. A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo				
Prejuízos fiscais	1.746	-	370.937	347.173
Base negativa da contribuição social	629	-	146.704	137.588
Diferenças temporárias	-	-	756.349	289.897
Total - ativo não circulante	**2.375**	**-**	**1.273.990**	**774.658**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	955	5.313	1.395.539	1.158.172
Contribuição Social	344	1.912	502.393	416.942
Total - passivo não circulante	**1.299**	**7.225**	**1.897.932**	**1.575.114**
Total ativo (passivo) não circulante	**1.076**	**(7.225)**	**(623.942)**	**(800.456)**

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	Controladora			
	2016		2015	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	6.984	1.746	-	-
Base negativa da contribuição social	6.984	629	-	-
Marcação a mercados - derivativos	-	-	(19.703)	(6.699)
Outras adições temporárias	-	-	2.702	919
Marcação a mercado da dívida	(441)	(150)	497	169
Custo a apropriar da dívida	(3.379)	(1.149)	(4.156)	(1.413)
Ajustes a valor presente	-	-	(591)	(201)
Total	**10.148**	**1.076**	**(21.251)**	**(7.225)**
Total - Ativo Não Circulante	**13.968**	**2.375**	**-**	**-**
Total - Passivo Não Circulante	**(3.820)**	**(1.299)**	**(21.251)**	**(7.225)**

Notas Explicativas

	Consolidado			
	2016		2015	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	1.483.748	370.937	1.388.694	347.173
Base negativa da contribuição social	1.630.045	146.704	1.528.754	137.588
Provisão para crédito de liquidação duvidosa – (PCLD e Daycoval)	550.270	187.092	641.372	218.066
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	503.015	171.025	572.629	194.694
Créditos fiscais - ágio (1)	315.936	107.418	341.211	116.012
Provisão ajuste atuarial	322.942	109.800	218.540	74.304
Outras provisões (PEE, P&D, Honorários e Outras)	275.079	93.527	193.099	65.654
Variações cambiais passivas	-	-	451.570	153.534
Marcação a mercado da dívida	25.574	8.695	(14.241)	(4.842)
Ativos (Passivos) financeiros setoriais (CVA´s)	123.826	42.101	(390.520)	(132.777)
Outras adições temporárias	107.915	36.691	176.521	60.018
Ajustes a valor presente	(2.684.339)	(912.675)	(2.898.264)	(985.409)
Intangível - mais valia	(1.897.268)	(645.071)	(1.942.736)	(660.530)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR - contas a receber da concessão e atualizações	(457.060)	(155.400)	(340.686)	(115.833)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(209.479)	(71.223)	(239.430)	(81.406)
Deságio sobre investimento EMS	(188.407)	(64.058)	(188.407)	(64.058)
Marcação a mercados - derivativos	(134.040)	(45.574)	(310.855)	(105.692)
Outras exclusões temporárias	(11.562)	(3.931)	(49.858)	(16.952)
Total	**(243.805)**	**(623.942)**	**(862.607)**	**(800.456)**
Total - Ativo Não Circulante	**5.338.350**	**1.273.990**	**2.977.675**	**774.658**
Total - Passivo Não Circulante	**(5.582.155)**	**(1.897.932)**	**(4.632.687)**	**(1.575.114)**

(1) Os créditos fiscais - ágio no montante de R$107.418 (R$116.012 em 2015) estão sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: EBO (16 anos) e EPB (17 anos) pelo método linear.

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Exercícios	Consolidado	Consolidado
2017	2.375	140.945
2018	-	107.320
2019	-	117.710
2020	-	105.194
2021	-	102.009
2022 a 2026	-	704.812
Total	**2.375**	**1.273.990**

Notas Explicativas

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	2016	2015
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	193.926	(19.865)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(65.935)	6.754
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Equivalência patrimonial	117.308	108.876
Efeitos de Prejuízos Fiscais de Períodos Anteriores Constituídos no Exercício	2.375	-
Créditos tributários – IR e CS não constituído no exercício	(41.477)	(143.250)
Imposto de renda e contribuição social	**12.271**	**(27.620)**
Alíquota efetiva		

	Consolidado	
	2016	2015
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	344.080	(181.279)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(116.987)	61.635
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Redução do imposto de renda e adicionais (1)	59.941	77.192
Efeitos dos Prejuízos Fiscais não utilizados (2)	(80.955)	(166.484)
Efeitos de Prejuízos Fiscais de Períodos Anteriores Constituídos no Exercício (3)	39.995	69.900
Outros	1.192	14.696
Imposto de renda e contribuição social	**(96.814)**	**56.939**
Alíquota efetiva	28,14%	(31,41%)

(1) As controladas ESE, EPB, EBO, ETO e EMT possuem redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação do Ministério da Integração Social os novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. O deferimento de seus pedidos junto à Receita Federal do Brasil ocorreu através dos seguintes atos: ESE - Despacho Decisório nº 126 – DRF/ASJU de 04/03/2013, EPB - Despacho Decisório nº 128 – DRF/JPA de 23/05/2013, EBO – Despacho Decisório nº 206 – DRF/JPA de 19/12/2012.

As controladas ETO e EMT localizadas na área da SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais pelo Ministério da Integração Social em dezembro/2014, reduzindo o Imposto de Renda e adicionais em 75% do valor calculados sobre o lucro da exploração para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023. O deferimento dos pedidos junto a Receita Federal ocorreu como segue: EMT- Ato Declaratório Executivo nº 17 – DRF/CBA, de 02 de fevereiro de 2015 e Laudo Constitutivo SUDAM nº 114/2014e ETO - Ato Declaratório Executivo nº 3 de 18 de março de 2015 e Laudo Constitutivo SUDAM nº 113/2014.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montam a R$59.941 (R$77.192 em 2015), sendo: R$4.620 (R$8.001 em 2015) na EBO, R$10.538 (R$12.081 em 2015) na ETO e R$44.783 na EMT. Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” e serão destinados à reserva de incentivo fiscais nas controladas. As controladas EPB e ESE não apuraram base de cálculo do Lucro da Exploração no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 tendo apresentado no exercício de 2015 R$39.535 e R$17.575, respectivamente.

(2) Em 31 de dezembro de 2016, existem créditos de prejuízos fiscais não registrados no montante de R$91.594 na controladora. A Companhia vem buscando alternativas que viabilizem a utilização futura desses créditos, dentre elas a criação de um centro de serviço compartilhado que poderá gerar lucros tributáveis a partir de 2021.

(3) A Energisa S/A constituiu no exercício créditos tributários de R$2.375 e a controlada Rede Energia R$32.132 de prejuízos fiscais apurados nos últimos exercícios sociais, de acordo com as normas previstas no CPC, totalizando R$34.507.
A Administração da Companhia e de suas controladas objetivando quitar débitos tributários, decidiram aderir ao programa oficializado com a edição da Medida Provisória nº 766 de 05 de janeiro de 2017 regulamentada pela Instrução Normativa nº 1.687 de 01/02/2017 da Receita Federal do Brasil, que instituiu o Programa de Regularização Fiscal, permitindo às empresas quitarem débitos de natureza tributária ou não tributária, possibilitando às pessoas jurídicas que aderirem ao programa, liquidação de até 80% (oitenta porcento) dos débitos fiscais, com a utilização de prejuízos fiscais e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Liquido – CSLL, próprios e de

Notas Explicativas

empresas controladora e controladas de forma direta ou indireta o que permitiu a Companhia e a controlada Rede Energia o reconhecimento dos créditos em face de provável realização no exercício de 2017.

Ao mesmo tempo a controlada indireta CAIUÁ, reconheceu parte dos créditos fiscais de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro da ordem de R$5.488 (R$64.666 em 2015) e controlada Energisa Minas Gerais R$5.234 em 2015 em face das projeções futuras de seus resultados demonstrarem a capacidade de realização dos créditos o que foi permitido pela conclusão em dezembro de 2015, do processo de renovação de seu contrato de concessão, com a assinatura do quinto aditivo contratual (vide nota explicativa nº 1), o que permitiu a controlada CAIUÀ a manter suas atividades de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos. Com a renovação da concessão, a controlada passou a se enquadrar nas regras estabelecidas na legislação e de acordo com as projeções de resultados, parte dos créditos tributários escriturados em seus registros fiscais, serão recuperados nos próximos exercícios.

Uso de estimativas: os créditos tributários são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e bases negativas e em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Se o reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

16 Contas a receber da concessão - consolidado

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que vem determinar a utilização do VNR – Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar controladas, distribuidoras de energia elétrica, pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

Desde 31 de dezembro de 2012 as controladas EMG, ENF, ESE, EPB, EBO, EDEVP, EMT, CAIUÁ, ETO, EEB, CNEE, CFLO e EMS passaram a reconhecer o VNR – Valor Novo de Reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõem a concessão, com aplicação da variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as controladas EMG, ENF, ESE, EPB, EBO, EDEVP, EMT, CAIUÁ, ETO, EEB, CNEE, CFLO e EMS passaram a reconhecer a remuneração do contas a receber da concessão – VNR em receitas operacionais no consolidado por mudança de prática contábil, como ativo financeiro indenizável da concessão nos montantes R$125.095 (R$243.409 em 2015) e inclui R$21.487 referente a parcela do processo do 4º ciclo tarifário por que passaram as controladas EMG, ENF, CNEE, EEB, CAIUÁ, EDEVP, CFLO e ETO.

No exercício de 2015, estão incluídos os impactos do recálculo do valor do VNR a valor justo com aplicação da variação do novo índice de atualização (IPCA).

O saldo de contas a receber da concessão está classificado como disponível para venda no ativo não circulante, no consolidado.

Notas Explicativas

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

	Saldo 2015	Adições (2)	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (1)	Saldo 2016
EMG	9.091	76	(487)	3.395	12.075
EPB	349.759	57.844	97	17.300	425.000
ESE	274.526	57.562	417	13.278	345.783
ENF	3.555	23	(37)	(495)	3.046
EBO	40.871	5.695	(13)	1.396	47.949
EMT	1.074.263	209.729	(4.028)	47.676	1.327.640
ETO	635.021	61.476	(21.933)	29.453	704.017
EMS	438.954	134.512	(192)	12.528	585.801
Sul e Sudeste (**)	32.670	256	(4)	564	33.487
	2.858.710	**527.173**	**(26.180)**	**125.095**	**3.484.798**

(1) Os ativos estão a valor justo com aplicação da variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizada pelo regulador nos processos de reajustes tarifários. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

(2) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

(**) Inclui as controladas, CFLO, CNEE, EEB, CAIUÁ e EDEVP.

	Saldo 2014	Adições	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (1)	Transferência para intangível (2)	Saldo 2015
EMG	329.497	14.701	(1.279)	20.078	(353.906)	9.091
EPB	276.224	53.975	(2.093)	21.653	-	349.759
ESE	228.574	30.440	(1.265)	16.777	-	274.526
ENF	93.026	4.600	(339)	6.296	(100.028)	3.555
EBO	31.644	7.060	(218)	2.385	-	40.871
EMT	878.868	118.221	(3.844)	81.018	-	1.074.263
ETO	428.596	186.934	(15.278)	34.769	-	635.021
EMS	318.859	96.807	(1.574)	24.862	-	438.954
Sul Sudeste (**)	438.766	84.840	(10.839)	35.571	(515.668)	32.670
TOTAL Geral	**3.024.054**	**597.578**	**(36.729)**	**243.409**	**(969.602)**	**2.858.710**

(**) Inclui as controladas, CFLO, CNEE, EEB, CAIUÁ e EDEVP.

(1) Os ativos estão a valor justo com aplicação da variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizada pelo regulador nos processos de reajustes tarifários. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

(2) Em dezembro de 2015, foram concluídos os processos de renovação das concessões das controladas EMG, ENF, CAIUÁ, CNEE, EDEVP, EEB e CFLO, tendo sido publicada Portarias por meio da qual o Ministério das Minas e Energia - MME deferiu os pedidos de prorrogação do Contrato de Concessão convocando os representantes legais da Distribuidora para a assinatura dos Termos Aditivos ao contrato de concessão. Após assinaturas do Termo Aditivo aos Contratos de Concessão, foram publicados, no Diário Oficial do dia 18 de dezembro de 2015, os Extratos dos Termos Aditivos que oficializaram a prorrogação da concessão das Distribuidoras até o dia 07 de julho de 2045.

As controladas de acordo com os novos prazos de exploração das concessões ora renovadas efetuaram novos cálculos de seus ativos considerando os novos prazos tendo reclassificado o montante de R$969.602 do contas a receber da concessão para o intangível em serviço no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

17 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Participação em controladas	4.016.090	3.182.208	-	-
Outros	9.979	10.051	23.648	28.635
Total	**4.026.069**	**3.192.259**	**23.648**	**28.635**

Participação em controladas:

2016									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								**292.240**	**1.727.766**
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	833.151	565.366	267.785	4.389	4.389	267.785
Energisa Sergipe (SE)	100	196	382.900	1.503.667	1.190.320	313.347	109.361	109.361	313.347
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	526.991	2.059.943	1.314.341	745.602	163.864	163.864	745.602
Energisa Borborema (EBO)	100	293	73.540	261.188	145.617	115.571	16.935	16.935	115.571
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	215.234	132.677	82.557	(3.304)	(3.304)	82.557
Energisa Mato Grosso (EMT) (1)	8,94	19.025	1.469.786	6.203.188	3.932.576	2.270.612	106.719	995	202.904
Geração								**(793)**	**4.075**
Parque Eólico Sobradinho	100	6.702	6.702	2.828	27	2.801	(116)	(116)	2.801
Energisa Geração Usina Maurício	100	1.577	1.577	1.020	73	947	79	(586)	948
Energisa Geração Solar Coremas	100	964	964	320	-	320	(24)	(24)	321
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	32	23	1	-	1	(13)	(13)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	33	24	1	-	1	(13)	(13)	1
Energisa Geração de Energia S.A	100	22	22	1	-	1	(15)	(15)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	32	23	1	-	1	(13)	(13)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	32	23	1	-	1	(13)	(13)	1
Comercialização								**(598)**	**4.481**
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	108.254	103.773	4.481	(597)	(598)	4.481
Prestação de Serviços								**316**	**84.461**
Energisa Soluções	100	77.000	77.000	139.370	64.069	75.301	(1.311)	(1.311)	75.301
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.313	6.313	6.051	158	5.893	(599)	(599)	5.893
Energisa Planejamento	100	1.685	1.685	4.752	1.485	3.267	2.226	2.226	3.267
Holdings e demais companhias								**68.403**	**2.004.194**
Alvorada Direitos Creditórios S.A	100	400	251	139	1	138	(38)	(38)	137
Dinâmica Direitos Creditórios	100	7.570	7.570	2.068	308	1.760	564	564	1.760
BBPM Participações (3)	-	-	-	-	-	-	12.488	8.347	-
Denerge S/A	99,97	531.035.291	1.316.157	1.692.165	550.519	1.141.646	43.157	27.787	1.141.347
JQMJ Participações (3)	-	-	-	-	-	-	3.801	2.606	-
Rede Energia S/A (2)	29,49	606.867	2.777.404	4.337.644	1.418.469	2.919.175	139.776	29.137	860.950
Ágio pago na aquisição de controladas								**(14.545)**	**191.113**
Total								**345.023**	**4.016.090**

(1) Ações EMT – Foram adquiridas pela Companhia, no exercício corrente, o total de 16.982.241 ações, sendo 3.380.906 ordinárias e 13.601.335 preferenciais do capital social da controlada indireta Energisa Mato Grosso, tendo apurado ganho na transação de R$42.361.

(2) Ações Rede Energia - em 30 de setembro de 2016, a Companhia adquiriu junto a EDP – Energias do Brasil S.A., 6.602.113 ações preferenciais do capital social da Rede Energia S/A, pagando o valor de R$10.267, tendo apurado ágio da transação de R$1.621, contabilizado diretamente na rubrica de transações entre sócios no Patrimônio Líquido.

(3) Empresas incorporadas pela Denerge S/A em novembro de 2016.

Notas Explicativas

2015									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								**159.936**	**1.444.011**
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	514	107.828	764.341	566.157	198.184	24.951	24.951	198.184
Energisa Sergipe (SE)	100	196	382.898	1.492.951	1.167.518	325.433	(22.044)	(22.044)	325.434
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	487.457	2.156.430	1.461.623	694.807	106.964	106.964	694.805
Energisa Borborema (EBO)	100	293	65.539	290.066	157.956	132.110	44.053	44.053	132.111
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	16	39.743	201.130	129.734	71.396	5.815	5.815	71.396
Energisa Mato Grosso (EMT) (1)	1,2	2.044	1.118.910	5.509.375	3.669.276	1.840.099	17.531	197	22.081
Geração								**2.307**	**3.771**
Parque Eólico Sobradinho	100	4.102	4.102	2.180	226	1.954	(460)	(460)	1.953
Energisa Geração Usina Maurício	100	612	612	1.636	146	1.490	(103)	(103)	1.489
Energisa Geração Solar Coremas	100	1	1	323	-	323	(69)	(69)	324
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	10	1	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	10	1	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração de Energia S.A	100	10	1	1	-	1	(21)	(20)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	10	1	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	10	1	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Rio Grande	100	133.179	177.422	260.964	115.410	145.554	(674)	2.060	-
SPE Cristina S/A	100	21.100	24.612	28.524	7.178	21.346	(337)	139	-
Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin	100	61.448	61.448	106.585	42.105	64.480	183	830	-
Energisa Geração Vista Alegre	100	1	1	21	-	21	(11)	(22)	-
Comercialização								**862**	**5.765**
Energisa Comercializadora	100	1	1	75.627	69.861	5.766	862	862	5.765
Prestação de Serviços								**(10.706)**	**84.725**
Energisa Soluções	100	39.000	39.000	123.140	47.716	75.424	(10.515)	(10.515)	75.421
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	1.000	1.000	6.589	276	6.313	(1.932)	(1.932)	6.313
Energisa Planejamento	100	1.685	1.685	4.783	1.792	2.991	1.741	1.741	2.991
Holdings e demais companhias								**181.248**	**1.438.278**
Energisa Bioeletricidade S/A	100	151.597	1	402.847	-	402.847	(12.766)	(10.954)	-
Energisa Geração Centrais Eólicas RN	100	167.468	63.500	207.237	6	207.231	11.594	18.638	-
Alvorada Direitos Creditórios S.A	100	200	251	192	16	176	(92)	(51)	175
Dinâmica Direitos Creditórios	100	7.570	7.570	2.027	831	1.196	731	594	1.196
BBPM Participações	89,61	177.818	553.324	473.775	21.336	452.439	52.624	45.902	405.430
Denerge S/A	49,28	251.966.233	1.275.420	1.589.412	545.613	1.043.799	157.464	75.868	514.292
JQMJ Participações	99,99	71.302	200.364	166.130	4.478	161.652	18.795	18.259	161.636
Rede Energia S/A	15,02	257.656	2.245.787	3.761.689	1.395.245	2.366.444	224.026	32.992	355.549
Ágio pago na aquisição de controladas								**(19.665)**	**205.658**
Saldos reclassificados para ativos disponíveis para venda								**6.241**	**-**
Total								**320.223**	**3.182.208**

(1) Em 2015, foram adquiridas pela Companhia o total de 217.654 ações, sendo 140.509 ordinárias e 77.145 preferenciais.

Notas Explicativas

Movimentação dos investimentos:

Controladas	Saldo em 2015	Aquisição/ Adiant. futuro aumento de capital	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Transações de capital (2)	Incorporação	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2016
Distribuição	**1.444.011**	**239.886**	**42.361**	**-**	**-**	**(241.319)**	**(49.411)**	**292.240**	**1.727.766**
Energisa Minas Gerais (EMG)	198.184	84.999	-	-	-	(18.820)	(967)	4.389	267.785
Energisa Sergipe (SE)	325.434	-	-	-	-	(75.509)	(45.939)	109.361	313.347
Energisa Paraíba (EPB)	694.805	-	-	-	-	(111.390)	(1.675)	163.864	745.602
Energisa Borborema (EBO)	132.111	-	-	-	-	(33.475)	-	16.935	115.571
Energisa Nova Friburgo (ENF)	71.396	15.000	-	-	-	(276)	(259)	(3.304)	82.557
Energisa Mato Grosso (EMT)	22.081	139.887	42.361	-	-	(1.849)	(571)	801	202.710
Geração	**3.771**	**1.102**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(5)**	**(793)**	**4.075**
Parque Eólico Sobradinho	1.953	969	-	-	-	-	(5)	(116)	2.801
Energisa Geração Usina Maurício	1.489	45	-	-	-	-	-	(586)	948
Energisa Geração Solar Coremas	324	21	-	-	-	-	-	(24)	321
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	13	-	-	-	-	-	(13)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	13	-	-	-	-	-	(13)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	13	-	-	-	-	-	(13)	1
Energisa Geração de Energia S/A	1	15	-	-	-	-	-	(15)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	13	-	-	-	-	-	(13)	1
Comercialização	**5.765**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(646)**	**(40)**	**(598)**	**4.481**
Energisa Comercializadora	5.765	-	-	-	-	(646)	(40)	(598)	4.481
Prestação de Serviços	**84.725**	**3.179**	**-**	**-**	**-**	**(1.863)**	**(1.896)**	**316**	**84.461**
Energisa Soluções	75.421	3.000	-	-	-	-	(1.809)	(1.311)	75.301
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	6.313	179	-	-	-	-	-	(599)	5.893
Energisa Planejamento	2.991	-	-	-	-	(1.863)	(87)	2.226	3.267
Holdings e demais companhias	**1.438.278**	**541.478**	**(1.041)**	**(10.074)**	**-**	**(26.703)**	**(6.147)**	**68.403**	**2.004.194**
Alvorada Direitos Creditórios S.A	175	-	-	-	-	-	-	(38)	137
Dinâmica Direitos Creditórios	1.196	-	-	-	-	-	-	564	1.760
BBPM Participações (3)	405.430	-	1.582	(7.525)	(411.315)	3.531	(50)	8.347	-
Denerge S/A	514.292	-	36.412	598	574.592	(8.118)	(4.216)	27.787	1.141.347
JQMJ Participações (3)	161.636	-	661	(3.147)	(163.277)	1.542	(21)	2.606	-
Rede Energia S/A	355.549	541.478	(39.696)	-	-	(23.658)	(1.860)	29.137	860.950
Ágio pago na aquisição de controladas	**205.658**							**(14.545)**	**191.113**
Total	**3.182.208**	**785.645**	**41.320**	**(10.074)**	**-**	**(270.533)**	**(57.499)**	**345.023**	**4.016.090**

(1) Ganho/perda em transações com aquisições de ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Energisa S/A, adquiriu ações de acionistas não controladores das empresas: EMT e Rede Energia, resultando em ganho de capital no valor de R$41.320 (R$2.393 em 2015) contabilizado em contrapartida ao patrimônio líquido.

(2) Inclui parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 37.

(3) Empresas incorporadas pela Denerge S/A em novembro de 2016.

Notas Explicativas

Controladas	Saldo em 2014	Aquisição	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Subscrição, AFAC	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2015
Distribuição	**1.309.212**	**1.620**	**10.218**	**97.996**	**(129.548)**	**(5.423)**	**159.936**	**1.444.011**
Energisa Minas Gerais (EMG)	91.253	-	-	89.396	(7.322)	(94)	24.951	198.184
Energisa Sergipe (SE)	385.873	-	-	-	(39.800)	1.405	(22.044)	325.434
Energisa Paraíba (EPB)	671.474	-	-	-	(76.972)	(6.661)	106.964	694.805
Energisa Borborema (EBO)	91.950	-	-	-	(3.892)	-	44.053	132.111
Energisa Nova Friburgo (ENF)	58.460	-	-	8.600	(1.381)	(98)	5.815	71.396
Energisa Mato Grosso (EMT)	10.202	1.620	10.218	-	(181)	25	197	22.081
Geração	**1.763**	**-**	**-**	**2.967**	**(141)**	**4**	**2.307**	**3.771**
Parque Eólico Sobradinho	562	-	-	1.847	-	4	(460)	1.953
Energisa Geração Usina Maurício	768	-	-	965	(141)	-	(103)	1.489
Energisa Geração Solar Coremas	307	-	-	86	-	-	(69)	324
Energisa Geração Vista Alegre	22	-	-	-	-	-	(1)	-
Energisa Geração Santa Candida	100	-	-	-	-	-	1	-
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	-	-	12	-	-	(12)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	-	-	12	-	-	(12)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	-	-	12	-	-	(12)	1
Energisa Geração de Energia S/A	-	-	-	21	-	-	(20)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	-	-	12	-	-	(12)	1
Energisa Geração Rio Grande	-	-	-	-	-	-	2.060	-
SPE Cristina S/A	-	-	-	-	-	-	139	-
Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin	-	-	-	-	-	-	830	-
Energisa Geração Vista Alegre	-	-	-	-	-	-	(22)	-
Comercialização	**4.991**	**-**	**-**	**-**	**(215)**	**127**	**862**	**5.765**
Energisa Comercializadora	4.991	-	-	-	(215)	127	862	5.765
Prestação de Serviços	**48.775**	**-**	**-**	**48.948**	**(1.215)**	**1.626**	**(10.706)**	**84.725**
Energisa Soluções	46.325	-	-	38.000	-	1.611	(10.515)	75.421
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	-	-	-	10.948	-	-	(1.932)	6.313
Energisa Planejamento	2.450	-	-	-	(1.215)	15	1.741	2.991
Holdings e demais companhias	**1.338.440**	**(6.707)**	**(12.611)**	**(9.752)**	**(35.695)**	**(8.961)**	**181.248**	**1.438.278**
Energisa Bioeletricidade S/A	-	-	-	-	-	-	(10.954)	-
Energisa Geração Centrais Eólicas RN	-	-	-	-	-	-	18.638	-
Alvorada Direitos Creditórios S.A	137	91		-	(2)	-	(51)	175
Dinâmica Direitos Creditórios	9.983	370	-	(9.752)	-	1	594	1.196
BBPM Participações	371.127	373	1.228	-	(9.945)	(3.255)	45.902	405.430
Denerge S/A	475.821	114	(15.222)	-	(17.800)	(4.489)	75.868	514.292
JQMJ Participações	148.193	161	489	-	(4.103)	(1.363)	18.259	161.636
Rede Energia S/A	333.179	(7.816)	894	-	(3.845)	145	32.992	355.549
Ágio pago na aquisição de controladas	**220.811**	**4.512**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(19.665)**	**205.658**
Saldos reclassificados para ativos disponíveis para venda	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**6.241**	**-**
Total	**2.923.992**	**(575)**	**(2.393)**	**140.159**	**(166.814)**	**(12.627)**	**320.223**	**3.182.208**

(1) Ganho/perda em transações com compra de ações. No exercício de 2015, a Energisa S/A, adquiriu ações de acionistas não controladores das empresas: EMT, Rede Energia, JQMJ, BBPM resultando em perda de capital o valor de R$2.393 e aumento do percentual de participação. O valor de perda da Denerge, refere-se a transações de ações em tesouraria, que impactou à Energisa através de equivalência patrimonial reflexa.

Amortização dos bens intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado nas rubricas de amortização e depreciação e imposto de renda e contribuição social: Sobre o lucro, são originados, conforme segue.

				Total	
	EMT	ETO	EMS	2016	2015
Amortização no exercício	(63.867)	(63.634)	(71.409)	(198.910)	(252.088)
IR e CSSL	21.715	21.636	24.279	67.630	85.709
Amortização Líquida	**(42.152)**	**(41.998)**	**(47.130)**	**(131.280)**	**(166.379)**

Notas Explicativas

No exercício de 2015 incluía as amortizações dos valores das controladas indiretas EVP, ECI, EEB, CNE e CFLO, finalizada em junho de 2015 no montante de R$53.178.

A Companhia detém participações indiretas nas empresas distribuidoras de energia elétrica e serviços, controlada diretamente pela Rede Energia S/A, conforme segue:

2016					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Distribuição de Energia Elétrica					
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	92,19	345.497	243.824	101.673	3.841
Companhia Nacional de Energia Elétrica	94,93	215.149	134.351	80.799	10.596
Companhia Força e Luz do Oeste	94,55	90.578	71.547	19.031	2.517
Energisa Tocantins	73,75	2.102.605	1.166.579	936.026	2.728
Energisa Mato Grosso	55,47	6.203.188	3.934.750	2.268.438	104.545
Energisa Mato Grosso do Sul	96,12	3.435.120	2.082.696	1.352.424	59.990
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	96,18	558.420	364.771	193.649	995
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	96,18	320.886	179.418	141.468	14.333
Multi Energisa Serviços S/A	96,19	41.644	33.232	8.412	2.729
QMRA Participações S.A.	96,18	74.156	48.005	26.151	5.074
Rede Power do Brasil S.A.	96,18	523.051	50.568	472.483	28.115
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	96,19	121.721	288.354	(166.633)	1.112

2015					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Distribuição de Energia Elétrica					
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	86,92	357.912	305.834	52.078	(1.154)
Companhia Nacional de Energia Elétrica	93,8	245.331	156.872	88.459	20.529
Companhia Força e Luz do Oeste	92,86	94.201	72.735	21.466	2.087
Energisa Tocantins	67,88	1.973.277	1.180.738	792.539	28.200
Energisa Mato Grosso	54,82	5.509.375	3.669.276	1.840.099	17.531
Energisa Mato Grosso do Sul	94,99	3.451.721	2.088.233	1.363.488	61.046
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	95,05	563.749	400.765	162.984	93.629
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	95,05	338.004	197.699	140.305	24.644
Multi Energisa Serviços S/A	95,06	46.488	32.894	13.594	10.179
QMRA Participações S.A.	95,05	67.097	46.019	21.077	1.280
Rede Power do Brasil S.A.	95,05	507.212	50.493	456.719	20.257
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	95,06	108.060	272.740	(164.680)	16.652

Notas Explicativas

18 Imobilizado

	Controladora					
	Saldo em 2015	Adição	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 2016
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	16	-	-	-	-	16
Edificações e benfeitorias	4.300	-	991	-	-	5.291
Máquinas e equipamentos	7.793	-	1.187	(3)	-	8.977
Veículos	8.451	-	104	(105)	-	8.450
Móveis e utensílios	13.741	-	25	(2)	-	13.764
Total do imobilizado em serviço	**34.301**	**-**	**2.307**	**(110)**	**-**	**36.498**
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(2.184)	-	-	-	(149)	(2.333)
Máquinas e equipamentos	(3.149)	-	-	1	(875)	(4.023)
Veículos	(7.891)	-	-	73	(112)	(7.930)
Móveis e utensílios	(11.944)	-	-	3	(444)	(12.385)
Total Depreciação acumulada	**(25.168)**	**-**	**-**	**77**	**(1.580)**	**(26.671)**
Subtotal Imobilizado	**9.133**	**-**	**-**	**(33)**	**(1.580)**	**9.827**
Imobilizado em curso	235	10.577	**(2.307)**	-	-	**8.505**
Total do Imobilizado	**9.368**	**10.577**	**-**	**(33)**	**(1.580)**	**18.332**

	Controladora					
	Saldo em 2014	Adição	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 2015
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	16	-	-	-	-	16
Edificações e benfeitorias	4.249	-	51	-	-	4.300
Máquinas e equipamentos	6.500	-	1.293	-	-	7.793
Veículos	8.478	-	54	(81)	-	8.451
Móveis e utensílios	13.509	-	235	(3)	-	13.741
Total do imobilizado em serviço	**32.752**	**-**	**1.633**	**(84)**	**-**	**34.301**
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(2.034)	-	-	-	(150)	(2.184)
Máquinas e equipamentos	(2.389)	-	-	-	(760)	(3.149)
Veículos	(7.820)	-	-	35	(106)	(7.891)
Móveis e utensílios	(11.448)	-	-	3	(499)	(11.944)
Total Depreciação acumulada	**(23.691)**	**-**	**-**	**38**	**(1.515)**	**(25.168)**
Subtotal Imobilizado	**9.061**	**-**	**1.633**	**(46)**	**(1.515)**	**9.133**
Imobilizado em curso	37	1.831	(1.633)	-	-	235
Total do Imobilizado	**9.098**	**1.831**	**-**	**(46)**	**(1.515)**	**9.368**

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO					
	Saldo 2015	Adição	Transferências	Baixas (*)	Depreciação	Saldo 2016
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Software	23	-	-	-	-	23
Terrenos	1.092	44	312	-	-	1.448
Reservatório, Barragens e Adutoras	2.191	-	-	-	-	2.191
Edificações e benfeitorias	15.689	296	991	-	-	16.976
Máquinas e equipamentos	104.632	35.713	10.455	(694)	-	150.106
Veículos	46.986	38.530	2.174	(1.210)	-	86.480
Móveis e utensílios	45.602	7.812	2.327	(22)	-	55.719
Total do Imobilizado em Serviço	**216.215**	**82.395**	**16.259**	**(1.926)**	**-**	**312.943**
Depreciação acumulada:						
Software	(18)	-	-	-	(2)	(20)
Reservatório, Barragens e Adutoras	(805)	(1)	-	-	(6)	(812)
Edificações e benfeitorias	(5.320)	(221)	-	-	(454)	(5.995)
Máquinas e equipamentos	(45.569)	(22.402)	-	112	(12.238)	(80.097)
Veículos	(20.991)	(29.835)	-	799	(10.864)	(60.891)
Móveis e utensílios	(31.256)	(4.581)	-	3	(2.178)	(38.012)
Total Depreciação acumulada	(103.959)	(57.040)	-	914	(25.742)	(185.826)
Subtotal Imobilizado	**112.256**	**25.355**	**16.259**	**(1.012)**	**(25.742)**	**127.117**
Imobilizado em curso	2.522	29.033	(16.259)	-	-	**15.296**
Total do Imobilizado	**114.778**	**54.388**	**-**	**(1.012)**	**(25.742)**	**142.413**

(*) Inclui ativos reclassificados do intangível para o imobilizado no montante de R$25.355, referente a máquinas e equipamentos, veículos e móveis e utensilhos.

	Consolidado					
	Saldo 2014	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo 2015
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Software	17	-	6	-	-	23
Terrenos	1.098	-	(6)	-	-	1.092
Reservatório, Barragens e Adutoras	2.191	-	-	-	-	2.191
Edificações e benfeitorias	13.253	-	2.556	(120)	-	15.689
Máquinas e equipamentos	76.115	427	28.626	(536)	-	104.632
Veículos	33.841	-	13.723	(578)	-	46.986
Móveis e utensílios	43.551	-	2.058	(7)	-	45.602
Total do Imobilizado em Serviço	**170.066**	**427**	**46.963**	**(1.241)**	**-**	**216.215**
Depreciação acumulada:						
Software	(274)	-	258	-	(2)	(18)
Reservatório, Barragens e Adutoras	(1.053)	-	253	-	(5)	(805)
Edificações e benfeitorias	(5.023)	-	81	34	(412)	(5.320)
Máquinas e equipamentos	(39.423)	-	2.124	31	(8.301)	(45.569)
Veículos	(17.151)	-	(44)	350	(4.146)	(20.991)
Móveis e utensílios	(26.635)	-	(2.672)	7	(1.956)	(31.256)
Total Depreciação acumulada	(89.559)	-	-	422	(14.822)	(103.959)
Subtotal Imobilizado	**80.507**	**427**	**46.963**	**(819)**	**(14.822)**	**112.256**
Imobilizado em curso	**4.701**	**46.378**	**(46.963)**	**(1.594)**	**-**	**2.522**
Total do Imobilizado	**85.208**	**46.805**	**-**	**(2.413)**	**(14.822)**	**114.778**

Notas Explicativas

Taxas de depreciação praticadas pela controladora e no consolidado são revisadas anualmente, é como segue:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	2016	2015
Edificações e benfeitorias	3,33%	3,56%
Máquinas e equipamentos	14,12%	13,23%
Veículos	14,29%	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%	6,25%

19 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contrato de concessão/ Softwares	9.599	7.801	7.022.821	6.939.969
Direito de concessão	-	-	443.524	481.013
Total	**9.599**	**7.801**	**7.466.345**	**7.420.982**

19.1 Intangível - controladora

	Controladora				
	Saldo em 2015	Adições	Transferências	Amortização	Saldo em 2016
Em Serviço					
Custo dos softwares	13.174	-	3.842	-	17.016
Amortização Acumulada	(5.373)	-	-	(2.044)	(7.417)
Subtotal	**7.801**	**-**	**3.842**	**(2.044)**	**9.599**
Em Curso	-	3.842	(3.842)	-	-
Total Geral	**7.801**	**3.842**	**-**	**(2.044)**	**9.599**

	Controladora				
	Saldo em 2014	Adição	Transferência	Amortização	Saldo em 2015
Em Serviço					
Custo dos softwares	8.731	-	4.443	-	13.174
Amortização Acumulada	(4.014)	-	-	(1.359)	(5.373)
Subtotal	**4.717**	**-**	**4.443**	**(1.359)**	**7.801**
Em Curso	-	4.443	(4.443)	-	-
Total Geral	**4.717**	**4.443**	**-**	**(1.359)**	**7.801**

A taxa de amortização de softwares é 20,00% ao ano.

Notas Explicativas

19.2 Intangível - Consolidado

	CONSOLIDADO					
	Saldo 2015	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 2016
Intangível em Serviço						
Custo	14.094.153	-	771.786	(214.741)	-	14.651.198
Amortização Acumulada	(6.093.406)	-	(101.939)	166.006	(837.970)	(6.867.309)
Subtotal	8.000.747	-	669.847	(48.735)	(837.970)	7.783.889
Em Curso	987.039	1.613.994	(669.847)	(764.655)	-	1.166.531
Total	**8.987.786**	**1.613.994**	**-**	**(813.390)**	**(837.970)**	**8.950.420**
(-) Obrigações Vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	2.677.250	11.139	131.227	-	-	2.819.616
Amortização Acumulada	(963.275)	-	(92.929)	-	(163.622)	(1.219.826)
Subtotal	1.713.975	11.139	38.298	-	(163.622)	1.599.790
Em Curso	333.842	269.748	(38.298)	(237.482)	-	327.811
Total Obrigações Vinculadas à concessão	**2.047.817**	**280.887**	**-**	**(237.482)**	**(163.622)**	**1.927.600**
Total Geral	**6.939.969**	**1.333.106**	**-**	**(575.908)**	**(674.348)**	**7.022.820**

(*) Das baixas no montante de R$575.908, R$527.173 foi transferido para o contas a receber da concessão, R$25.355 trata-se de transferência para o imobilizado e R$23.380 referem-se a baixas realizadas no exercício, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação – ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

	Consolidado						
	Saldo 2014	Adição	Adição - Ativo contas a receber da concessão (*)	Transferências	Baixas (**)	Amortização	Saldo 2015
Intangível em Serviço							
Custo	12.094.707	37.941	1.377.073	727.449	(143.017)	-	14.094.153
Amortização Acumulada	(5.339.255)	(27.374)	-	-	88.274	(815.051)	(6.093.406)
Subtotal	6.755.452	10.567	1.377.073	727.449	(54.743)	(815.051)	8.000.747
Em Curso	927.160	1.489.520	-	(727.449)	(702.192)	-	987.039
Total	**7.682.612**	**1.500.087**	**1.377.073**	**-**	**(756.935)**	**(815.051)**	**8.987.786**
(-) Obrigações Vinculadas à concessão							
Em Serviço							
Custo	2.101.290	88.788	407.471	85.000	(5.299)	-	2.677.250
Amortização Acumulada	(795.889)	(27.284)	-	-	-	(140.102)	(963.275)
Subtotal	1.305.401	61.504	407.471	85.000	(5.299)	(140.102)	1.713.975
Em Curso	380.743	173.077	-	(85.000)	(134.978)	-	333.842
Total Obrigações Vinculadas à concessão	**1.686.144**	**234.581**	**407.471**	**-**	**(140.277)**	**(140.102)**	**2.047.817**
Total Geral	**5.996.468**	**1.265.506**	**969.602**	**-**	**(616.658)**	**(674.949)**	**6.939.969**

(*) Adição – ativo contas a receber da concessão – referem-se aos valores do contas a receber da concessão transferidos para o intangível R$1.377.073 e de obrigações vinculadas à concessão – R$407.471, em face da renovação do contrato de concessão, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

(**) Das baixas no montante de R$616.658, R$597.578 foi transferido para o contas a receber da concessão, (R$30.364) refere-se a contratos de participação financeira do consumidor que foram cancelados na EMT, (R$5.299) refere-se a devolução do Programa de Eletrificação Rural do Estado de Tocantins – Ofício nº 685/2015 SFF/Aneel na ETO e R$54.743 referem-se a baixas operacionais realizadas no exercício, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação – ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

19.3 Intangível - Contrato de Concessão - consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa

Notas Explicativas

autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, revogada pela Resolução 691/2015 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. As taxas médias ponderadas de amortização das controladas é como segue:

Empresas	2016	2015
EMG	4,40%	4,38%
ESE	4,24%	4,22%
EPB	4,47%	4,40%
EBO	4,34%	4,23%
ENF	4,27%	4,35%
EDEVP	4,39%	4,36%
EMT	4,16%	4,42%
CAIUÁ	4,37%	4,29%
ETO	3,95%	3,90%
EEB	4,36%	4,12%
CNEE	4,51%	4,19%
CFLO	4,54%	4,50%
EMS	4,34%	4,34%

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2016	2015
Contribuições do consumidor [1]	2.476.338	2.297.027
Participação da União – recursos CDE [2]	1.442.287	1.425.152
Participação do Governo do Estado [2]	333.388	317.208
Reserva para reversão [3]	1.721	1.721
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	233.791	167.127
(-) Amortização acumulada	(1.219.826)	(963.275)
Total	**3.267.699**	**3.244.960**
Alocação:		
Contas a receber da concessão	1.340.098	1.197.143
Infraestrutura – Intangível em serviço	1.599.790	1.713.975
Infraestrutura - Intangível em curso	151.160	201.842
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	176.651	132.000
Total	**3.267.699**	**3.244.960**

- As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- As subvenções da União – recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

As controladas passaram a amortizar as obrigações especiais em: ESE (abril/2008), EMG (junho/2008), ENF (junho/2008), EBO (fevereiro/2009), EPB (agosto de 2009), CNEE (Maio/2008), EDEVP (Maio/2008), CAIUÁ (Maio/2008), CFLO (Junho/2008), ETO (Julho/2008), EMT (Abril/2008), EMS (Abril/2008). A partir da segunda revisão tarifária periódica as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais. As novas adições, ocorridas a partir de 01 de janeiro de 2015, passaram a ser amortizadas de acordo com a data de aquisição, até estar totalmente amortizado.

Notas Explicativas

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, sejam contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. As controladas passaram pelo 3º ciclo de revisão tarifária, sendo EMG e ENF em setembro de 2012, EBO em fevereiro de 2013, ESE em abril de 2013 e EPB em agosto de 2013, CNEE, EDEVP, CAIUÁ em Maio/2012, CFLO em Junho/2012, ETO em julho/2012, EMT e EMS em Abril/2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

A partir do 4º ciclo de revisão tarifária os novos valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente serão apropriados em passivos financeiros setoriais – devolução tarifárias, e serão atualizados mensalmente com aplicação da variação do IPCA e amortizado a partir do inicio do 5º ciclo tarifário.

A ABRADEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

19.4 Direito de concessão - consolidado

	Consolidado	
	2016	2015
Reconhecido por controladas [1]	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora [2]	298.589	298.589
Aquisição participação [3]	67.358	67.358
Amortização acumulada	(460.435)	(422.946)
Subtotal	**443.524**	**481.013**

A movimentação é como segue**:**

	Consolidado	
	2016	2015
Saldo inicial	**481.013**	**515.866**
Aquisição participação	-	4.512
Amortização no exercício	(37.489)	(39.365)
Saldo final	**443.524**	**481.013**

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica (dezembro de 2027), tomando-se por base as curvas de lucratividade projetadas até 31 de dezembro de 2015. A partir de 01 de janeiro de 2016, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ágio pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo a amortizar pela controlada é de R$252.412 (R$275.355 em 2015).

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas EBO, ESE e EPB, no montante de R$124.105 (R$144.933 em 2015), os quais foram amortizados pelo prazo de concessão de acordo com curvas de lucratividade projetadas para as controladas até 31 de dezembro de 2015. A partir de 01 de janeiro de 2016, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ativo da concessão pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A Companhia adquiriu a empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho – BA, detentora de projetos eólicos, pelo montante de R$7.022 (R$7.022 em 2015). Os valores pagos na aquisição do parque eólico estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da

Notas Explicativas

entrada em operação comercial.

(3) Aquisição de participação

Em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias monta em R$165.552 foi reconhecido na rubrica "investimentos" na controladora e no "intangível" no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio R$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R$96.345, totalizando o montante de R$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S/A, foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R$6.361. Além da amortização de R$13.653 em 2015.

Em 14 de maio de 2015, a Companhia adquiriu o controle acionário da controlada Dinâmica Direitos Creditórios apurando um ágio de R$4.512.

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social
2017	32.232	7.802
2018 e 2019	69.722	15.603
2020 e 2021	69.722	15.603
2022 e 2023	69.722	15.603
2024 e 2025	69.722	15.603
2026 e 2027	69.722	15.603
2028 em diante	62.682	-
Total	**443.524**	**85.817**

Notas Explicativas

20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Suprimento:				
Furnas	-	-	136	136
Ampla – CUSD	-	-	2.196	1.987
CCEE	-	-	83.650	104.294
Contratos Bilaterais (1)	-	-	1.055.799	1.000.869
Uso de rede básica (1)	-	-	17.317	13.809
Conexão à rede (1)	-	-	2.774	2.040
Encargo de serviços do sistema (1)	-	-	24.452	182.158
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	-	-	12.085	14.590
Materiais, serviços e outros (2)	2.370	1.703	178.941	211.004
Total	**2.370**	**1.703**	**1.377.350**	**1.530.887**
Circulante	2.370	1.703	1.170.254	1.204.877
Não Circulante	-	-	207.096	326.010

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. Inclui R$326.228 (R$351.140 em 2015), dos quais R$195.078 (R$312.125 em 2015) encontra-se contabilizado no passivo não circulante, de débitos com Eletrobrás devidos pelas controladas EMT e EEB, referente ao repasse Itaipu, cujo parcelamento dos débitos em atraso foi consolidado em 60 parcelas. Os juros remuneratórios incidentes sobre o principal serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela taxa de 115% do CDI. Em 2016 foram pagos parcelamentos de débitos com fornecedores de energia no montante de R$77.836 (R$141.170 em 2015) e reconhecido R$52.924 (R$64.678 em 2015) de atualização financeira.

(2) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, bem como os encargos e demais componentes a eles relacionados, são como se segue:

Empréstimos, Financiamentos e encargos de dívidas	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Empréstimos e Financiamentos – moeda nacional	-	-	3.299.096	2.828.298
Empréstimos e financiamentos – moeda estrangeira	162.955	418.801	2.021.416	2.607.638
Encargos de dívidas – moeda nacional	-	-	37.637	25.051
Encargos de dívidas – moeda estrangeira	568	4.113	20.194	17.970
(-) custos a amortizar	-	-	(9.806)	(4.276)
(-) Marcação a mercado de dívidas	(630)	497	25.573	(14.241)
Total	162.893	423.411	5.394.110	5.460.440
Circulante	81.730	325.791	1.317.902	1.238.390
Não Circulante	81.163	97.620	4.076.208	4.222.050

Notas Explicativas

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total 2016	Total 2015	Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias (1)
Energisa S/A							
Resolução 4131 - Citibank [1]	163.523	294.139	Libor + 1,64% a.a.	abr/18	Anual	-14,23%	-
Resolução 4131 - Santander [1]	-	128.775	Libor + 3,41% a.a.	jun/16	Final	-12,46%	-
Marcação à Mercado de Dívida [2]	(630)	497	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	162.893	423.411					
Total Energisa S/A	162.893	423.411					
Energisa Sergipe							
FIDIC Grupo Energisa III	15.178	15.175	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	14,70%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	8.285	10.305	5,00% a.a. (Pré)	ago/26	Mensal	5,00%	A
Subtransmissão - Eletrobrás	-	452	5,00% a.a. (Pré)	mar/16	Mensal	5,00%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) – BNB [4]	1.708	4.358	8,30% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	8,30%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) – BNB [4]	1.228	3.460	TJLP + 4,00% a.a.	jun/17	Mensal	11,50%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) – BNB [4]	9.019	12.297	8,40% a.a. (Pré)	ago/19	Mensal	8,40%	F + E
Repasse BNDES I - ABC	13.788	19.033	TJLP + 2,20% a 4,10% a.a.	mai/19	Mensal	9,70% a 11,60%	A
Repasse BNDES II – ABC	1.520	2.132	TJLP + 8,10% a 9,10% a.a.	fev/23	Mensal	15,60% a 16,60%	A
Repasse BNDES – Citibank [3]	17.924	15.250	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Itaú [3]	4.792	4.078	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES – Bradesco [3]	3.652	3.107	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES – Citibank [3]	13.862	11.154	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Repasse BNDES – Itaú [3]	3.707	2.982	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Repasse BNDES – Bradesco [3]	2.824	2.272	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Repasse BNDES FINEM – Itaú [1]	10.702	13.817	TJLP + 2,90% a 3,90% a.a.	mar/20	Mensal	10,40% a 11,40%	A
FINAME - Itaú BBA	16.403	18.902	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	fev/24	Mensal	2,50% a 8,70%	A
Nota Promissória – ABC	-	50.060	CDI + 2,00% a.a.	jun/16	Final	16,00%	A
Empréstimo CEF	1.028	-	6,0% a.a	dez/26	Mensal	6,00%	F
Parcelamento INERGUS	13.485	-	5,5% a.a	dez/39	Mensal	12,05%	F
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(724)	(528)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	138.381	188.306					
Resolução 4131 - Itaú BBA	186.385	197.530	3,49% a 4,53 a.a. (Pré)	abr/18	Anual	-12,89%	A
Resolução 4131 - Citibank [1]	273.940	283.410	Libor + 1,77% a 2,16% a.a.	mai/19	Final	-14,10% a -13,96%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML [1]	40.772	-	Libor + 1,75% a.a.	dez/19	Final	-14,12% a -13,96%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(500)	-					
Marcação à Mercado de Dívida [2]	4.002	(3.916)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	504.599	477.024					
Total Energisa Sergipe	642.980	665.330					
Energisa Paraíba							
FIDIC Grupo Energisa III	61.722	61.712	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	14,70%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	-	6.625	5,00% a.a. (Pré)	mar/22	Mensal	5,00%	F
Subtransmissão - Eletrobrás	-	1.552	5,00% a.a. (Pré)	mar/16	Mensal	5,00%	F
Devolução LPT - Eletrobrás	-	28.809	SELIC	mar/16	Mensal	14,02%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) – BNB [4]	5.100	14.282	7,80% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	7,80%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) – BNB [4]	29.271	40.706	TJLP + 4,00% a.a.	jun/17	Mensal	11,50%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) – BNB [4]	1.215	3.644	8,10% a.a. (Pré)	jun/19	Mensal	8,10%	F + E
Repasse BNDES FINEM – Itaú [1]	21.118	27.320	TJLP + 3,50% a 8,90% a.a.	dez/23	Mensal	11,00% a 16,40%	A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total 2016	Total 2015	Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias (1)
Repasse BNDES – BNB	17.716	25.256	TJLP + 3,40% a 4,40% a.a.	jan/19	Mensal	10,90% a 11,90%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	33.075	28.682	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	8.952	7.763	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	6.831	5.924	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	26.574	20.309	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	7.192	5.497	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	5.488	4.194	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
FINAME - Itaú	30.429	35.282	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	ago/23	Mensal	2,50% a 10,00%	A
Parcelamento FUNASA	4.540	4.889	IPCA	dez/29	Mensal	6,29%	-
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.507)	(1.164)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	257.716	321.282					
Resolução 4131 - Itaú BBA	198.130	237.036	3,49% a.a. (Pré)	abr/18	Anual	-13,05%	A
Resolução 4131 -Citibank (1)	160.347	258.875	Libor + 2,16% a.a.	mai/19	Anual	-13,97%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	102.467	39.307	Libor + 2,25% a 2,5% a.a.	set/19	Final	-13,62% a -13,77%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	6.558	(4.818)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	467.502	530.400					
Total Energisa Paraíba	725.218	851.682					
Energisa Minas Gerais							
FIDIC Grupo Energisa III	15.178	15.175	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	14,70%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	5.102	7.694	5,00% a.a. (Pré)	dez/19	Mensal	5,00%	F
Subtransmissão - Eletrobrás	356	637	5,00% a.a. (Pré)	fev/18	Mensal	5,00%	F
Repasse BNDES I - HSBC	-	220	TJLP + 4,30% a.a.	mai/16	Mensal	11,80%	A
Repasse BNDES II - HSBC	-	195	UMBND + 4,30% a.a. (*)	mai/16	Mensal	4,37%	A
Repasse BNDES III - HSBC	-	134	TJLP + 3,90% a.a.	mai/16	Mensal	11,40%	A
Repasse BNDES I - Itaú BBA	1.881	2.311	TJLP + 4,75% a.a.	jan/21	Mensal	12,25%	A
Repasse BNDES II - Itaú BBA	926	1.377	UMBND + 3,75% a.a. (*)	jan/21	Mensal	3,82%	A
Repasse BNDES III - Itaú BBA	784	964	TJLP + 5,95% a.a.	jan/21	Mensal	13,45%	A
Repasse BNDES IV - Itaú BBA	1.221	1.520	5,50% a.a. (Pré)	jan/21	Mensal	5,50%	A
Repasse BNDES V - Itaú (3)	17.049	14.756	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES VI - Itaú (3)	12.559	9.618	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Repasse BNDES PER - Itaú BBA	-	186	5,50% a.a. (Pré)	mar/16	Mensal	5,50%	A
FINAME - Itaú BBA	13.112	15.140	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	abr/24	Mensal	2,50% a 10,00%	A
FINAME – CEF	2.657	3.194	8,70% a.a. (Pré)	jan/22	Mensal	8,70%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA (1)	18.870	23.134	TJLP + 2,25% a 4,15% a.a.	dez/23	Mensal	9,75% a 11,65%	A
CCB – Safra (1)	6.577	66.507	CDI +3,00% a.a.	jan/17	Final	17,00%	A
CCB – BBM	-	15.766	CDI + 2,50% a.a.	ago/16	Final	16,50%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(398)	(119)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	95.874	178.409					
Resolução 4131 - Itaú BBA	30.493	-	4,8535% a.a. (Pré)	jul/18	Final	-11,02%	A
Resolução 4131 I - Citibank (1)	53.615	64.237	Libor + 1,36%a.a.	set/17	Final	-14,51%	A
Resolução 4131 II - Citibank (1)	103.238	56.114	Libor + 1,77% a.a.	mai/19	Final	-14,10%	A
Resolução 4131 I – ABC	-	12.698	3,28% a.a. (Pré)	jul/16	Final	-13,26%	A
Resolução 4131 II – ABC	46.330	51.520	5,43% a.a. (Pré)	set/17	Final	-11,11%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	3.997	(2.374)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	237.673	182.195					
Total Energisa Minas Gerais	333.547	360.604					
Energisa Nova Friburgo							
FIDIC Grupo Energisa III	4.050	4.047	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	14,70%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	309	569	5,00% a.a. (Pré)	mai/19	Mensal	5,00%	-
Repasse BNDES I - HSBC	-	49	TJLP + 4,30% a.a.	abr/16	Mensal	11,80%	A
Repasse BNDES II - HSBC	-	45	UMBND + 4,30% a.a.	abr/16	Mensal	4,37%	A
Repasse BNDES III - HSBC	-	16	TJLP + 3,90% a.a.	abr/16	Mensal	11,40%	A
Repasse BNDES I - Itaú	745	919	TJLP + 4,75% a.a.	dez/20	Mensal	12,25%	A
Repasse BNDES II - Itaú	373	556	UMBND + 3,75% a.a.	dez/20	Mensal	3,82%	A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total 2016	Total 2015	Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias (1)
Repasse BNDES III - Itaú	311	383	TJLP + 5,95% a.a.	dez/20	Mensal	13,45%	A
Repasse BNDES IV - Itaú	502	628	5,50% a.a. (Pré)	dez/20	Mensal	5,50%	A
Repasse BNDES V - Itaú	2.649	3.259	TJLP + 8,10% a.a.	abr/21	Mensal	15,60%	A
Repasse BNDES VI - Itaú	1.137	1.399	SELIC + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	17,12%	A
Repasse BNDES VII - Itaú (3)	3.976	3.512	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES VIII - Itaú (3)	2.910	2.184	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Repasse BNDES PER – Itaú	-	186	5,50% a.a. (Pré)	mar/16	Mensal	5,50%	A
FINAME - Itaú	1.348	1.546	2,50% a 5,50% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	2,50% a 5,50%	A
BNDES Automático I - Itaú	2.145	3.531	TJLP + 4,65% a.a.	jun/18	Mensal	12,15%	A
BNDES Automático II - Itaú	876	1.728	UMBND + 3,65% a.a.	jun/18	Mensal	3,72%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(93)	(31)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	21.238	24.526					
Resolução 4131 - Itaú BBA III	25.422	31.078	4,29% a.a. (Pré)	fev/18	Final	-12,25%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	26.889	32.216	1,36% a.a. (Pré)	set/17	Final	-15,18%	A
Santander	10.318	-	3,69% a.a. (Pré)	fev/18	Final	-12,85%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	653	(1.260)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	63.282	62.034					
Total Energisa Nova Friburgo	84.520	86.560					
Energisa Borborema							
FIDIC Grupo Energisa III	5.059	5.058	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	14,70%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	-	53	5,00% a.a. (Pré)	nov/16	Mensal	5,00%	F
Repasse BNDES I - BNB	2.887	3.458	UMBND + 3,90% a.a.	mar/23	Mensal	3,97%	A
Repasse BNDES II - BNB	8.179	8.074	TJLP + 3,90% a.a.	mar/23	Mensal	11,40%	A
Repasse BNDES – Bradesco (3)	2.566	2.141	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	2.240	1.870	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	2.166	1.702	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	1.891	1.484	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) – BNB (4)	1.145	3.383	7,50% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	7,50%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB (4)	3.393	4.848	7,50% a.a. (Pré)	ago/19	Mensal	7,50%	F + E
FINAME - Itaú BBA	2.809	3.234	4,50% a 5,50% a.a. (Pré)	fev/21	Mensal	4,50% a 5,50%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA (1)	8.034	9.505	TJLP + 3,81% a 8,10% a.a.	abr/21	Mensal	11,31% a 15,60%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(140)	(112)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	40.229	44.698					
Resolução 4131 - Itaú BBA	20.329	-	4,8535% a.a. (Pré)	jul/18	Final	-11,69%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML	-	15.692	Libor + 2,45% a.a.	fev/16	Final	-13,42%	A
Resolução 4131 – Santander	-	11.823	2,59% a.a. (Pré)	mar/16	Final	-13,95%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	951	36					
Total em Moeda Estrangeira	21.280	27.551					
Total Energisa Borborema	61.509	72.249					
Energisa Mato Grosso							
FIDIC Grupo Energisa IV	354.119	354.197	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	9,01%	F
FIDIC I I Grupo Energisa	486.289	-	CDI + 0,70% a.a.	mai/31	Mensal	14,70%	F
CCB - JP Morgan	-	21.085	CDI + 2,00% a.a.	mai/17	Mensal	16,00%	F
CCB – Santander (1)	26.953	32.335	CDI + 2,28% a.a.	jun/17	Mensal	16,28%	F + A
CCB - Bank of China	-	30.027	CDI + 2,5%	nov/16	Final	16,50%	A
FINAME – Safra	-	28	TJLP + 3,90 a 6,50% a.a.	abr/16	Mensal	11,40% a 14,00%	-
Luz para Todos I - Eletrobrás	119.033	160.391	6,00 a 8,00% a.a. (Pré)	ago/22	Trimestral	6,00% a 8,00%	-
Luz para Todos II - Eletrobrás	136.176	144.191	SELIC	nov/19	Mensal	14,02%	-
Repasse BNDES - Bradesco (3)	63.982	62.855	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	59.004	57.964	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	56.797	49.710	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	52.379	45.843	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total 2016	Total 2015	Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias (1)
(-)Custo de captação incorrido na contratação	(3.024)	-					
Total em Moeda Nacional	1.351.708	958.626					
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	4.944	20.143	Libor + 1,50% a.a.	mai/17	Mensal	-14,37%	D
Leasing - Cessna Finance	33.622	46.744	6,75% a.a. (Pré)	set/20	Trimestral	-9,79%	C
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(1)	(298)					
Total em Moeda Estrangeira	38.565	66.589					
Total Energisa Mato Grosso	1.390.273	1.025.215					
Energisa Mato Grosso do Sul							
FIDIC Grupo Energisa IV	292.084	292.156	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	9,01%	F
FIDIC I I Grupo Energisa	221.896	-	CDI + 0,70% a.a.	mai/31	Mensal	14,70%	F
FINAME I – Safra	-	20	8,00% a.a. (Pré)	mar/16	Mensal	8,00%	B
FINAME II – Safra	-	5	TJLP + 5,70% a.a.	mar/16	Mensal	13,20%	B
Repasse BNDES – Bradesco (3)	32.771	29.976	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES – Itaú (3)	29.178	26.445	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES – Bradesco (3)	26.736	23.400	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Repasse BNDES – Itaú (3)	23.586	20.643	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Luz para Todos - Eletrobrás	29.055	40.469	6,00 a 8,00% a.a. (Pré)	mai/22	Trimestral	6,00% a 8,00%	-
(-)Custo de captação incorrido na contratação	(1.373)	(624)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	653.933	432.490					
Resolução 4131-Bank of America ML I(1)	102.673	123.016	2,00% a.a. (Pré)	jun/17	Final	-14,54%	A
Resolução 4131-Bank of America ML II	-	36.186	1,90% a.a. (Pré)	set/16	Final	-14,64%	A
Resolução 4131-Bank of America ML III	-	29.788	3,52% a.a. (Pré)	ago/16	Final	-13,02%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	6	(3.659)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	102.679	185.331					
Total Energisa Mato Grosso do Sul	756.612	617.821					
Energisa Tocantins							
Luz para Todos I - Eletrobrás	23.622	38.236	6,0% a 6,5%% a.a.	abr/22	Mensal	6,00% a 6,50%	F
Luz para Todos II - Eletrobrás	63.600	67.341	SELIC	nov/19	Mensal	14,02%	-
CCB – Santander (1)	69.911	83.870	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	16,28%	F
Repasse BNDES - Bradesco (3)	54.851	53.850	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	24.093	23.654	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	42.544	37.233	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	18.688	16.354	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Nota Promissória Itaú (1)	100.408	-	CDI + 1,85% a 1,95% a.a.	dez/19	Final	15,85% a 15,95%	
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(2.037)	(1.680)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	395.680	318.858					
Resolução 4131 - Itaú (1)	213.866	256.180	4,04% a.a. (Pré)	abr/20	Mensal	-12,50%	F
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	-	51.384	1,48% a.a. (Pré)	dez/16	Final	-15,06%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	4.880	40	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	218.746	307.604					
Total Energisa Tocantins	614.426	626.462					
Caiuá Distribuidora de Energia							
Luz para Todos - Eletrobrás	-	248	6,0% a.a. (Pré)	set/16	Mensal	6,00%	F
CCB – Santander (1)	7.160	8.589	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	16,28%	F + A
Repasse BNDES I - Itaú (3)	15.800	14.126	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	9.731	8.517	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Total em Moeda Nacional	32.691	31.480					
Resolução 4131 - Itaú BBA	84.698	101.456	3,40% a.a. (Pré)	nov/17	Mensal	-13,14%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	42.033	50.364	1,85% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	-14,69%	A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total 2016	Total 2015	Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias (1)
Marcação à Mercado de Dívida [2]	1.329	(1.720)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	128.060	150.100					
Total Caiuá Distribuidora de Energia	160.751	181.580					
Cia Nacional de Energia Elétrica							
Luz para Todos - Eletrobrás	-	53	6,0% a.a. (Pré)	set/16	Mensal	6,00%	F
Repasse BNDES I - Itaú [3]	8.558	4.116	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES II - Itaú [3]	4.702	7.551	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Total em Moeda Nacional	13.260	11.720					
Resolução 4131 – ABC	-	12.699	3,28% a.a. (Pré)	jul/16	Final	-13,26%	F
Marcação à Mercado de Dívida [2]	-	65	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	-	12.764					
Total Cia Nacional de Energia	13.260	24.484					
Cia Força e Luz Oeste							
Luz para Todos – Eletrobrás	64	125	6,0% a.a. (Pré)	jul/18	Mensal	6,00%	F
Repasse BNDES I - Itaú [3]	2.141	2.103	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES II - Itaú [3]	1.754	1.535	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Total em Moeda Nacional	3.959	3.763					
Resolução 4131 - Itaú BBA	25.422	31.078	3,83% a.a. (Pré)	fev/18	Final	-12,71%	A
Marcação à Mercado de Dívida [2]	753	101					
Total em Moeda Estrangeira	26.175	31.179					
Total Cia Força e Luz Oeste	30.134	34.942					
Empresa Vale Paranapanema							
Luz para Todos – Eletrobrás	-	209	6,0% a.a. (Pré)	set/16	Mensal	6,00%	F
Repasse BNDES I - Itaú [3]	8.453	4.436	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES II - Itaú [3]	5.068	7.821	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Total em Moeda Nacional	13.521	12.466					
Resolução 4131 – ABC	-	25.396	3,28% a.a. (Pré)	abr/17	Final	-13,26%	A
Marcação à Mercado de Dívida [2]	-	130					
Total em Moeda Estrangeira	-	25.526					
Total Vale Paranapanema	13.521	37.992					
Empresa Elétrica Bragantina							
Luz para Todos - diversos - Eletrobrás	1.661	2.390	6,0% a.a. (Pré)	jul/22	Mensal	6,00%	F
Repasse BNDES I - Itaú [3]	9.195	5.706	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES II - Itaú [3]	6.520	9.031	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Total em Moeda Nacional	17.376	17.127					
Resolução 4131 – Itaú	13.031	15.609	3,40% a.a. (Pré)	nov/17	Mensal	-13,14%	A
Resolução 4131 – Santander	-	59.305	4,74% a.a. (Pré)	dez/16	Final	-11,80%	A
Resolução 4131 – ABC	46.263	51.810	4,96% a.a. (Pré)	ago/17	Final	-11,58%	A
Marcação à Mercado de Dívida [2]	1.505	2.935	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	60.799	129.659					
Total Empresa Elétrica Bragantina	78.175	146.786					
Energisa Soluções							
FINEP	2.257	3.489	8,00% a.a. (Pré)	out/18	Mensal	8,00%	D
FINAME - Itaú BBA	3.035	3.461	2,50 a 6,00% a.a. (Pré)	fev/24	Mensal	2,50% a 6,00%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(10)	(18)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	5.282	6.932					
Total Energisa Soluções	5.282	6.932					
Energisa Soluções Construções							
FINAME - Itaú BBA	3.903	4.444	6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	6,00%	A
Total em Moeda Nacional	3.903	4.444					
Total Energisa Soluções	3.903	4.444					

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total 2016	Total 2015	Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias (1)
Construções							
Energisa Comercializadora							
CCB I e II - BBM	-	32.246	CDI + 2,50% a.a.	jul/16	Final	16,50%	-
Total em Moeda Nacional	-	32.246					
ITAU BBA - 4131 ECOM Nº AGE923670	33.360	-	4,85% a.a. (Pré)	jul/18	Final	-11,69%	-
Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.570	-					
Total em Moeda Estrangeira	34.930	-					
Total Energisa Comercializadora	34.930	32.246					
Rede Energia S.A.							
Credores "RJ" - Bicbanco	4.577	4.276	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	15,19%	F
Credores "RJ" - BNB	10.091	9.428	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	15,19%	F
Total em Moeda Nacional	14.668	13.704					
Total Rede Energia S.A.	14.668	13.704					
Denerge							
FI-FGTS (Reestruturado)	263.987	244.231	TR + 4,00% a.a.	nov/35	Final	15,19%	-
Total em Moeda Nacional	263.987	244.231					
Total Denerge	263.987	244.231					
Cia Téc.de Comercialização de Energia							
Credores "RJ" - BMG	3.521	3.765	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	15,19%	-
Total em Moeda Nacional	3.521	3.765					
Total Cia Téc.de Comerc.de Energia	3.521	3.765					
Em Moeda Nacional	3.326.927	2.849.073					
Em Moeda Estrangeira	2.067.183	2.611.367					
Energisa Consolidada	5.394.110	5.460.440					

A=Aval Energisa S/A, B=Alienação Fiduciária, C=Depósito Caução, D=Fiança, E=Fundo Reserva, F=Recebíveis

(1) O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 37 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.

(2) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 37).

(3) A Companhia firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A – BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S/A, Banco Bradesco S/A, Banco BTG Pactual S/A e Banco Citibank S/A, visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM já enquadrado para as treze subsidiárias de distribuição de energia elétrica controladas pela Companhia, no montante aproximado de R$1.250.000, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e as controladas e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Companhia de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debentures de 7ª emissão (nota explicativa Nº 22).

Notas Explicativas

Até 31 de dezembro de 2016 foram liberados R$689.223, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos conforme demonstrado abaixo:

Empresas	Valores
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	216.161
Energisa Mato Grosso Sul Distribuidora Energisa S/A	104.875
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	131.004
Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A	82.903
Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S/A	43.940
Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S/A	27.914
CAIUÁ Distribuição de Energia S/A	24.024
Empresa Elétrica Bragantina S/A	14.724
Empresa de Distribuição de Energia Vale do Paranapanema S/A	12.726
Companhia Nacional de Energia Elétrica S/A	12.516
Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S/A	8.320
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	6.481
Companhia Força e Luz do Oeste	3635
Total	**689.223**

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão das controladas, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Além disto, estes contratos possuem obrigações contratuais não financeiras, como envio periódico de informações, cumprimento regular de normas trabalhistas, manutenção de licenças necessárias à operação, bem como de seguros, entre outras, que são avaliadas pelo banco quanto ao fiel atendimento. O descumprimento desses níveis e obrigações pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 37 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2016, os índices foram cumpridos.

(4) Considera bônus de adimplemento de 25% e 15% sobre juros para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

(5) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R$216.924 (R$235.343 em 2015), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo consolidado.

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 37 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2016	2015
US$ x R$	-16,54%	47,01%
TJLP	7,50%	7,00%
SELIC	14,02%	13,32%
CDI	14,00%	13,24%
IPCA	6,29%	10,67%
IGP-M	7,19%	10,54%
LIBOR	0,67%	0,29%
UMBNB	0,07%	0,06%
TR	2,01%	1,80%

Notas Explicativas

Em 2016, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
2018	81.163	1.281.056
2019	-	713.551
2020	-	267.854
2021	-	214.380
Após 2021	-	1.599.367
Total	**81.163**	**4.076.208**

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldos em 2015 e 2014	**423.411**	**579.408**	**5.460.440**	**4.117.034**
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	270.000	460.000	1.773.025	2.582.181
Custos Apropriados	-	-	(5.780)	-
Encargos de dívidas – juros, variação monetária e cambial	(41.695)	256.714	45.119	1.253.479
Marcação Mercado da Dívida	(1.127)	497	39.816	(14.241)
Pagamento de principal	(470.883)	(838.585)	(1.517.169)	(2.330.668)
Pagamento de juros	(16.813)	(34.623)	(401.341)	(147.345)
Saldos em 2016 e 2015	**162.893**	**423.411**	**5.394.110**	**5.460.440**
Circulante	81.730	325.791	1.317.902	1.238.390
Não circulante	81.163	97.620	4.076.208	4.222.050

Notas Explicativas

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Empresas	Contratos	2018	2019	2020 em diante	Total
ESE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	25	25	48	**98**
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	15	-	-	**15**
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	13	-	-	**13**
	Banco ABC Repasse BNDES	18	18	8	**44**
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	56	56	37	**149**
	Banco Itaú BBA - BNDES	82	82	241	**405**
	Banco BAML	250	250	-	**500**
		459	**431**	**334**	**1.224**
EPB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	102	102	54	**258**
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	55	-	-	**55**
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	16	-	-	**16**
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	97	97	193	**387**
	Banco Itaú BBA - BNDES	161	161	469	**791**
		431	**360**	**716**	**1.507**
EMG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	24	24	47	**95**
	Banco Itaú BBA - BNDES	62	62	179	**303**
		86	**86**	**226**	**398**
ENF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	6	6	13	**25**
	Banco Itaú BBA - BNDES	14	14	40	**68**
		20	**20**	**53**	**93**
EBO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	8	8	15	**31**
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	9	-	-	**9**
	Banco Itaú BBA - BNDES	19	19	62	**100**
		36	**27**	**77**	**140**
ESOL	Finep	6	4	-	**10**
		6	**4**	**-**	**10**
ETO	Banco Santander	150	150	76	**376**
	Banco Itaú BBA - BNDES	341	341	979	**1.661**
		491	**491**	**1.055**	**2.037**
EMT	Banco Itaú BBA - BNDES	615	615	1.794	**3.024**
		615	**615**	**1.794**	**3.024**
EMS	Banco Itaú BBA - BNDES	270	270	833	**1.373**
		270	**270**	**833**	**1.373**
	TOTAL	**2.414**	**2.304**	**5.088**	**9.806**

22 Debêntures (não conversíveis em ações)

O saldo das debêntures e demais componentes a elas relacionadas, são como se segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Debentures – moeda nacional	1.538.294	1.522.526	2.275.826	2.527.853
(-) custos de captação incorridos na captação	(4.827)	(5.938)	(8.213)	(11.276)
Total	**1.533.467**	**1.516.588**	**2.267.613**	**2.516.577**
Circulante	110.780	178.783	274.588	315.749
Não Circulante	1.422.687	1.337.805	1.993.025	2.200.828

Notas Explicativas

Operações	Total 2016	Total 2015	Emissão	Nº de Titulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização/ parcelas	Taxa efetiva de juros
ENERGISA S/A								
5ª Emissão/1ª Série	58.078	116.259	15/07/12	12.857 / 12.857	CDI + 2,3348% a.a	jul / 17	Anual, após jul.2016	16,33%
5ª Emissão/2ª Série	343.159	344.042	15/07/12	27.143 / 27.143	IPCA+10,7011% a.a	jul / 19	Anual, após jul.2018	16,99%
7ª Emissão/1ª Série	189.020	176.580	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 20	Final	15,04%
7ª Emissão/2ª Série	189.020	176.580	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 21	Final	15,04%
7ª Emissão/3ª Série	189.020	176.580	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 22	Final	15,04%
7ª Emissão/4ª Série	189.999	177.495	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 20	Final	16,79%
7ª Emissão/5ª Série	189.999	177.495	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 21	Final	16,79%
7ª Emissão/6ª Série	189.999	177.495	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 22	Final	16,79%
(-) custos de captação	(4.827)	(5.938)						
Total ENERGISA S A	**1.533.467**	**1.516.588**						
ENERGISA SERGIPE								
3ª Emissão	36.904	49.238	30/10/13	60 / 60	115,5% do CDI	out / 19	Anual	16,17%
Total ENERGISA SERGIPE	**36.904**	**49.238**						
REDE ENERGIA								
4ª Emissão	43.914	41.034	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	jul /36	Final	15,19%
Total REDE ENERGIA	**43.914**	**41.034**						
ETO								
1ª Emissão	-	50.680						
(-) custos de captação	-	(256)						
Total ETO	**-**	**50.424**						
EMS								
7ª Emissão	353.240	405.442	31/05/14	40.000 / 40.000	CDI+2,28% a.a	mai / 21	Semestral	16,28%
(-) custos de captação	(1.601)	(2.389)						
Total EMS	**351.639**	**403.053**						
EMT								
5ª Emissão	303.474	458.933	15/05/14	45.000 / 45.000	CDI+2,28% a.a	mai / 21	Mensal, após jun.2016	16,28%
(-) custos de captação	(1.785)	(2.693)						
Total EMT	**301.689**	**456.240**						
TOTAL	**2.275.826**	**2.527.853**						
(-) custos de captação	**(8.213)**	**(11.276)**						
Total em moeda nacional	**2.267.613**	**2.516.577**						
CONSOLIDADO	**2.267.613**	**2.516.577**						

- Os recursos decorrentes da 7ª emissão da Energisa fazem parte de um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A – BNDESPAR destinados ao reforço da estrutura de capital da empresa para viabilizar a modernização e expansão de suas controladas operacionais de distribuição de energia elétrica, sobretudo as controladas adquiridas da Rede Energia S/A.

  Em acréscimo também foi contratado sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S/A, Banco Bradesco S/A, Banco BTG Pactual S/A e Banco Citibank S/A, visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM (nota explicativa nº 21).

  O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Companhia de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debêntures, dentre outros.

  As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 37 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.

  As debentures estão garantidas por aval da controladora Gipar S/A

Notas Explicativas

- Os debenturistas da 5ª emissão da Energisa, em correspondência de 23/05/2016 estabeleceram novos indicadores com aplicação a partir de 30 de junho de 2016. Em 31 de dezembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.
- Os debenturistas da 5ª emissão de debêntures da EMT e os debenturistas da 7ª emissão de debêntures da EMS em correspondências de 29/06/2016 suspenderam a aplicação dos indicadores financeiros durante o período de 30 de junho de 2016 a 30 de junho de 2017 e, estabeleceram novos indicadores para os trimestres subsequentes. Em 31 de dezembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.
- As debêntures de 4ª emissão da controlada Rede Energia com o Banco do Nordeste do Brasil S/A foram repactuadas na Recuperação Judicial – (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R$291.408 de ajuste a valor presente.

Em 2016, as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2018	162.668	324.081
2019	162.706	324.119
2020	365.428	514.841
2021	365.791	428.047
Após 2021	366.094	401.937
Total	**1.422.687**	**1.993.025**

Os custos de captações das debêntures a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

2016					2016							
	Controladora					Controladora			EMS	ETO	EMT	
	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	7ª Emissão	Consolidado		5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	7ª Emissão	7ª Emissão	1ª Emissão	5ª Emissão	Consolidado
Exercício 2017	157	91	975	1.223	Exercício 2017	157	91	975	642	-	714	2.579
Exercício 2018	-	91	975	1.066	Exercício 2018	-	91	975	642	-	714	2.422
2019 em diante	-	53	2.485	2.538	2019 em diante	-	53	2.485	317	-	357	3.212
	157	**235**	**4.435**	**4.827**		**157**	**235**	**4.435**	**1.601**	**-**	**1.785**	**8.213**

2015					2015							
	Controladora					Controladora			EMS	ETO	EMT	
	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	7ª Emissão	Consolidado		5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	7ª Emissão	7ª Emissão	1ª Emissão	5ª Emissão	Consolidado
Exercício 2015	269	91	935	1.295	Exercício 2015	269	91	935	788	126	908	3.117
Exercício 2016	157	78	-	235	Exercício 2016	157	78	-	362	52	404	1.053
Após 2016	-	158	4.250	4.408	Após 2016	-	158	4.250	1.239	78	1.381	7.106
	426	**327**	**5.185**	**5.938**		**426**	**327**	**5.185**	**2.389**	**256**	**2.693**	**11.276**

Notas Explicativas

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldos em 2015 e 2014	**1.516.588**	**2.124.116**	**2.516.577**	**3.173.478**
Novas debêntures obtidas	-	1.042.579	-	1.042.579
Compra Deb. Tesouraria 5ª Emissão 2ª Série	(30.851)	-	(39.106)	-
Venda Deb.Tesouraria 5ª Emissão 2ª Série	4.814	-	4.814	-
Custos Apropriados	(217)	-	(217)	-
Encargos de dívidas – juros, variação monetária e cambial	244.672	231.620	376.318	390.169
Pagamento de principal	(51.898)	(1.501.071)	(150.964)	(1.653.887)
Recompra de debêntures	-	(38.811)	(150.000)	(73.457)
Pagamento de juros	(149.641)	(341.845)	(289.809)	(362.305)
Saldos em 2016 e 2015	**1.533.467**	**1.516.588**	**2.267.613**	**2.516.577**
Circulante	110.780	178.783	274.588	315.749
Não circulante	1.422.687	1.337.805	1.993.025	2.200.828

Recompra de debêntures - Controladora:

. Em 29 de dezembro de 2015, a Companhia efetuou o resgate de 2.036 debêntures da 5ª emissão (1ª série) e 1.737 debêntures da 5ª emissão (2ª série) com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R$38.811.

. Em 19 de abril de 2016 controladora efetuou uma compra de 362 debêntures para tesouraria de sua 5ª emissão 2ª série no valor de R$ 5.076.

. Em 31 de maio de 2016 controladora efetuou uma compra de 1.413 debêntures para tesouraria de sua 5ª emissão 2ª série no valor de R$ 20.447.

. Em 30 de junho de 2016 controladora efetuou uma compra de 362 debêntures para tesouraria de sua 5ª emissão 2ª série no valor de R$ 5.328.

Recompra de debêntures - Controladas:

. Em 04 de janeiro de 2016 e em 23 de março de 2016 controlada indireta Energisa Mato Grosso efetuou o resgate e cancelamento de 10.000 debêntures de sua 5ª emissão 2ª série com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R$100.000 de principal e de R$3.800 de juros, totalizando R$103.800.

. Em 08 de setembro de 2016 controlada indireta Energisa Mato Grosso efetuou uma recompra de 860 debêntures para tesouraria de sua 5ª emissão 2ª série no valor de R$ 8.255.

. Em 07 de maio de 2015, controlada indireta Energisa Mato Grosso resgatou e cancelou a totalidade das debentures de sua 2ª emissão no montante de R$34.646.

. Em 04 de janeiro de 2016 a controlada indireta Energisa Tocantins efetuou o resgate de 5.000 debêntures de sua 1ª emissão com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R$50.000.

Notas Explicativas

23 Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (a)	-	-	334.662	329.690
Encargos Sociais	624	462	20.870	22.356
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (b)	-	-	121.990	83.911
Contribuição Social s/ o Lucro - CSSL (b)	-	-	44.318	34.290
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.389	1.149	113.204	126.677
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	269	1.465	812	2.169
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.266	1.007	6.097	6.569
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta - CPRB	-	-	240	767
Outros	243	308	39.741	12.217
Total	**3.791**	**4.391**	**681.934**	**618.646**
Circulante	3.791	4.391	426.431	480.206
Não Circulante	-	-	255.503	138.440

(a) ICMS – as controladas CAIUÁ, CNEE, EEB e EDEVP, possuem liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda", com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, ETO, EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R$59.130 (R$11.646 em 2015), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 7).

(b) IRPJ e CSSL - as controladas EMG, ENF, EPB, EBO e ESE, possuem liminar suspendendo a cobrança de IRPJ e CSLL incidentes sobre juros e acréscimos moratórios cobrados nas notas fiscais/contas de energia elétrica.

Todos os valores citados nos itens (a) e (b) encontram-se demonstrados no passivo não circulante.

24 Encargos setoriais - consolidado

	2016	2015
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	121.890	172.625
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	3.582	4.873
Ministério de Minas e Energia - MME	1.777	2.485
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	132.438	118.704
Programa de Eficiência Energética - PEE	230.256	226.396
Total	**489.943**	**525.083**
Circulante	**314.144**	**372.295**
Não-circulante	**175.799**	**152.788**

O contrato de concessão das controladas estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº 12.212 de 21 de janeiro de 2010.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Notas Explicativas

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

25 Parcelamento de impostos - Consolidado

As controladas possuem parcelamentos de impostos junto as secretarias estaduais e federais, que inclui os respectivos benefícios e reduções, distribuídos da forma a seguir. Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices adotados por cada UF:

Descrição	EMT	EEVP	REDE SUL*	2016	2015
PIS	-	-	-	-	9
COFINS	-	1.697	354	2.051	1.199
ICMS	496	-	82.199	82.695	93.939
TOTAL	**496**	**1.697**	**82.553**	**84.746**	**95.147**
Circulante	284	353	13.202	13.839	17.116
Não Circulante	212	1.344	69.351	70.907	78.031

* Incluem as empresas CAIUÁ, CNEE, EDEVP, EEB, CFLO.

As Controladas CAIUÁ, CNEE, EDEVP, EEB, CFLO possuem parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo e Paraná (ELO) no montante R$ 82.199 (R$91.042 em 2015) sendo: R$ 26.483 (R$29.171 em 2015) na CAIUÁ, R$ 15.322 (R$ 16.877 em 2015) na CNEE, R$ 19.732 (R$21.735 em 2015) na EDEVP, R$ 19.686 (R$21.616 em 2015) na EEB, R$ 976 (R$1.643 em 2015) na CFLO.

Posição em 2016 e 2015:

	Valor original	Multa	Juros	2016	2015
PIS	-	-	-	-	9
COFINS	714	134	1.203	2.051	1.199
ICMS	47.718	5.338	29.639	82.695	93.939
TOTAL	**48.432**	**5.472**	**30.842**	**84.746**	**95.147**
Circulante	7.909	894	5.036	13.839	17.116
Não Circulante	40.523	4.578	25.806	70.907	78.031

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados suas liquidações:

	2016	2015
2017	-	16.149
2018	15.997	13.958
2019	14.583	12.723
2020	13.643	11.744
Após	26.684	23.457
Total	**70.907**	**78.031**

26 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

Controladora	Trabalhistas	Cíveis	2016	2015
Saldos iniciais - não circulante - 2015 e 2014	669	5	674	436
Constituição de provisões	1.009	17	1.026	355
Reversões de provisões	(407)	(10)	(417)	(158)
Atualização monetária	48	1	49	41
Saldos finais - não circulante - 2016 e 2015	**1.319**	**13**	**1.332**	**674**
Depósitos e cauções vinculados (*)			(68)	(41)

Notas Explicativas

(*) As controladas diretas e indiretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R$96 (R$48 em 2015). Desse total, R$28 (R$7 em 2015) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2016	2015
Saldos iniciais - não circulante - 2015 e 2014	209.669	322.138	40.822	572.629	629.114
Constituição de provisões	63.714	100.317	1.089	165.120	223.439
Reversões de provisões	(31.588)	(102.329)	(28.474)	(162.391)	(225.181)
Pagamentos efetuados	(38.100)	(69.513)	(6)	(107.619)	(98.911)
Atualização monetária	13.576	18.667	4.363	36.606	44.168
Saldos finais - não circulante - 2016 e 2015	**217.271**	**269.280**	**17.794**	**504.345**	**572.629**
Depósitos e cauções vinculados (*)				(143.139)	(101.015)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R$208.223 (R$194.710 em 2015). Desse total, R$65.084 (R$93.695 em 2015) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Perdas prováveis - consolidado

- **Trabalhistas**

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações;

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram constituídas cerca de R$63.714 de aumento de provisões trabalhistas, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões sobre o recebimento de horas extras, adicional periculosidade, sobreavisos. Entretanto as controladas realizaram pagamentos da ordem de R$38.100, e por consequência reverteram provisões de R$31.588. Os arquivamentos dos processos estão basicamente relacionados às ações de empregados que discutiam o recebimento de horas extras e de sobreaviso, bem como de ações relacionadas a indenizações de danos morais e materiais, decorrentes de acidentes de trabalho, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente à Companhia e controladas, encerradas por acordo de pagamento.

- **Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) Acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Existem ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

As provisões cíveis no exercício foram incrementadas em mais R$100.317, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões sucitadas por consumidores, sobre os valores que compõe as faturas das notas fiscais/conta de energia elétrica e suspensão de fornecimento, bem como danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétricas, entretanto as controladas realizaram pagamentos da ordem de R$69.513, e por consequência reverteram provisões de R$102.329. Os arquivamentos dos processos está basicamente relacionado as ações envolvendo questionamento dos valores nas faturas, danos decorrentes de variações na tensão elétrica e danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétrica, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente e encerradas por acordo de pagamento.

Notas Explicativas

- **Fiscais**

Referem-se a discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foram estimados como provável para as controladas diretas e indiretas.

A Companhia e suas controladas estão sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Principais processos:

Controlada - ETO
. Processo nº 5003614-42.2012.827.2729 **- c**obrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa, no montante envolvido de R$4.544 (R$3.979 em 2015).

. Processo nº 2010.002.0904-8 **-** cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R$3.380 (R$2.960 em 2015).

Perdas possíveis - Consolidado

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R$4.431.780 (R$3.263.613 em 2015) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

- **Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R$167.247 (R$137.622 em 2015), no consolidado, referem-se aos seguintes objetos: discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

Principais processos:

Controladas EMG
.Indenização promovida pelo Ministério Público requerendo Danos Morais e Materiais coletivo, com valor envolvido de R$1.290;

.Indenização envolvendo questão de responsabilidade Subsidiária com pedido de Indenização Danos Morais e Materiais coletivo, com valor envolvido de R$657.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R$1.814.298 (R$1.682.137 em 2015) no consolidado, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica –

Notas Explicativas

DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que se encontram em processo de defesa administrativa.

Principais processos:

Controladora:

Em 25 de abril de 2016, a Companhia e sua controlada Energisa Soluções (requeridas) foram comunicadas sobre o requerimento de instauração de arbitragem, em curso perante o Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil Canadá, formulado pela São João Energética (requerente).

O pedido formulado pelo requerente tem por base a suposta violação do contrato de compra e venda de ações e/ou quotas, assinado em 19 de novembro de 2014, mediante o qual as requeridas pactuaram a venda à requerente de três fundos de investimentos, contratualmente denominados FIP Eólicas, FIP Biomassa e FIP PCH. Por meio de alienação desses fundos, as requeridas, indiretamente, venderam à requerente as quotas ou ações de determinadas sociedades, pertencentes aos aludidos fundos de investimento.

Tendo em vista que o procedimento arbitral ainda se encontra em sua fase inicial, sendo ainda necessária a produção de provas pelas partes para fundamentar as suas alegações, os consultores jurídicos entendem que as chances de perda dessa causa são “possíveis”.

As requerentes atribuíram à controvérsia o valor estimado de R$51.141.

Controladas:

EMG
. Ação cível coletiva, no montante de R$14.593 (R$14.079 em 2015), por meio da qual a Associação Brasileira de Consumidores contesta valores recebidos pelas Distribuidoras por conta de reajustes supostamente concedidos a maior. O impacto no caso de perda do processo é eventual recalculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia da controlada da EMG.

. Ação cível coletiva, no montante de R$8.755 (R$8.447 em 2015), por meio da qual a Associação de Defesa de interesses coletivos contesta valores recebidos pelas Distribuidoras por conta de reajustes supostamente concedidos a maior. O impacto no caso de perda do processo é eventual recalculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia da controlada da EMG.

ENF

.Ação Civil Pública com valor envolvido de R$1.848, referente a questões de relacionadas a cobrança e repasse de COSIP; e
.Ação Ordinária envolvendo obrigação de fazer, com valor envolvido de R$2.730, relacionada a transferência de ações.

ESE
. Ação cível coletiva, no montante de R$8.760 (R$8.948 em 2015), por meio da qual a Associação de Defesa de interesses coletivos contesta valores recebidos pelas Distribuidoras por conta de reajustes supostamente concedidos a maior. O impacto no caso de perda do processo é eventual recalculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia da controlada da ESE.

. Ação cível, no montante de R$15.495, em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado, além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

EMS
. Ação cível coletiva, no montante de R$159.077 (R$148.132 em 2015), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recalculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

Notas Explicativas

. Ação cível pública, no montante de R$79.026 (R$73.589 em 2015), por meio da qual o Ministério Público Estadual, requer que a controlada EMS seja impedida, em caso de furto de energia, de cobrar o débito retroativo apurado e interromper o fornecimento de energia, bem como a ser condenada a devolver em dobro os valores cobrados com base no procedimento combatido.

. Ação cível pública, no montante de R$59.583 (R$55.484 em 2015), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

EMT
. Ação de indenização, no montante de R$65.994 (R$61.454 em 2015), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização, no montante de R$37.398 (R$34.825 em 2015), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

Rede Energia
. Ação de execução por quantia certa, com montante envolvido de R$158.843 (R$145.106 em 2015), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pela Centrais Elétricas do Pará – CELPA. Na hipótese da Companhia vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial.

. Ação civil pública, com pedido de antecipação de tutela, ajuizada pelo Ministério Publico Federal, no montante envolvido de R$159.990 (R$145.892 em 2015), por meio da qual pretende anular a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 3.731, de 30/12/2012, que autorizou a CELPA a destinar para investimentos na área de concessão os recursos decorrentes das compensações devidas a seus consumidores por transgressões aos limites dos indicadores de qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica, no período de 29/02/2012 a 07/08/2015.

. Ação na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de SP, o processo de recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira das sociedades envolvidas. Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período de dois anos previsto no artigo 61, da Lei 11.101/2005. Contra estas decisões alguns credores apresentaram embargos de declaração, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação em decisão datada de 11/10/2016. Atualmente está em curso prazo para os credores apresentarem Apelação contra a decisão de encerramento.

CAIUÀ
. Ação de Indenização onde se discute questões relacionadas a Verbas Contratuais, com valor pedido de R$ 19.989, proposta em abril de 2016.

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R$2.450.235 (R$1.443.854 em 2015), no consolidado, referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia a locados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com transito em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

Notas Explicativas

Principais processos:

Controladora:

- Auto de infração objetivando a cobrança de IOF no período de 2003 a 2005, sobre adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC em favor da controlada Energisa SE, no montante envolvido de R$53.048.

Controladas:

EMG
.Processo com valor envolvido de R$20.932, onde se discute: (i) recolhimento do ICMS em razão do encerramento do diferimento do pagamento do imposto, haja vista que parte da energia elétrica adquirida no mercado interno ocorreu ao abrigo do diferimento e foi objeto de saídas isentas ou não tributadas, contrariando as normas tributarias vigentes; e (ii) emissão de notas fiscais pata fins de recolhimento do imposto diferido, conforme estabelecido no artigo 15, 1º, inciso I da Parte Geral do RICMS/2002 e no Artigo 49-A do Anexo IX do RICMS/2002.

.Processo no montante R$19.127, referente aos créditos de ICMS nas aquisições de equipamentos para o ativo imobilizado e intangível;

ENF
. Auto de Infração com valor envolvido de R$8.944, referente a cobrança de ICMS, em virtude da não submissão à tributação de parcela da receita relativa à subvenção de tarifa de energia elétrica, recebida à título de complementação da tarifa aplicada aos consumidores subclasse residencial baixa renda.

.Auto de Infração com valor envolvido de R$2.135 referente à cobrança de ICMS sobre operações anteriores à distribuição de energia elétrica, na hipótese de perdas comerciais.

. Processo de execução fiscal com valor envolvido de R$2.767, referente à exigência de créditos tributários de IRPJ,CSLL,PIS/COFINS e CSLL.

. Ação Civil Coletiva, no montante de R$8.722, referente a recalculo das tarifas de energia elétrica, de forma que a Parcela B não absorva os ganhos de escala supostamente decorrentes do aumento da demanda. O impacto no caso de perda do processo é eventual recalculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia da controlada da ENF.

ETO
. Processo nº 5003614-42.2012.827.2729 **- c**obrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa, no montante envolvido de R$145.446 (R$127.351 em 2015).

. Processo nº 5008221-35.2011.827.2729 **- c**obrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R$68.002 (R$59.541 em 2015).

ESE
. Auto de infração com montante envolvido de R$157.135 (R$139.002 em 2015), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da controlada ESE, bem como o suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

EPB
. Auto de infração com montante envolvido de R$100.764 (R$89.136 em 2015), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da controlada EPB, bem como o suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

. Processo administrativo com montante envolvido de R$42.161 (R$37.295 em 2015), pelo qual a Receita Federal autuou de forma reflexa o lançamento suplementar de IRPJ dos fatos geradores de 2001 e 2002 e anos calendários de 2005 e 2006, cobrando glosas de deduções de despesas, variações monetárias passivas, adições não computadas na apuração do lucro real e compensações não autorizadas.

Notas Explicativas

EMS
. Auto de infração com montante envolvido de R$60.506 (R$53.031 em 2015), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

EMT
. Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com montante envolvido de R$61.128 (R$53.031 em 2015), com cobrança de ICMS relativo ao período de janeiro de 2010 a janeiro de 2012, sob o fundamento de que a Companhia supostamente teria se apropriado indevidamente de crédito fiscal relativo ao diferencial de alíquota pelas aquisições de bens destinados ao ativo permanente.

.Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, no montante de R$78.052, com exigencia de valores relativos à devolução de ICMS incidentes sobre a demanda medida no período de janeiro a dezembro de 2009 por falta de inclusão da base de cálculo de ICMS das contribuições de PIS e COFINS.

. Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com montante envolvido de R$91.524, relativos à devolução indevida de ICMS incidente sobre a demanda medida do período de janeiro de 2010 a dezembro de 2013.

. Processo envolvendo ICMS sobre a demanda de energia, de compensação de débitos fiscais, com investimentos realizados pela Companhia no sistema elétrico, no âmbito dos Decretos Estaduais n°s 1.171/2012 e 2.042/2013 (Lei da Copa).

Os processos referentes a incidência do ICMS sobre a demanda de energia, que deixou de ser arrecadado em virtude de decisões judiciais determinando a suspensão da exação, anteriormente obtidas por consumidores, a controlada indireta EMT vem mantendo discussões com a Secretaria da Fazenda do Mato Grosso, após a cassação das referidas decisões judiciais e restabelecimento da exação, de modo a compor a forma mais eficaz de, atuando como agente intermediário entre o Estado e os consumidores derrotados no questionamento judicial, propiciar meios de o Estado obter a arrecadação do tributo. As discussões envolvem consumidores industriais e comerciais organizados por seus respectivos órgãos de classe, que representam os principais devedores do ICMS sobre demanda, para construção de proposta conjunta a ser levada ao Estado, que permita o recolhimento do tributo em plano de parcelamento específico, preferencialmente mediante adesão direta pelos consumidores. Em 31 de dezembro de 2016, o processo de ICMS sobre demanda montava em R$622.848 (R$396.880 em 2015), para o qual a controlada não constituiu provisão baseada na avaliação de seus consultores jurídicos.

. Destaca-se, a autuação fiscal da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso, no montante de R$230.237, invalidando transferência de créditos adquiridos pela Companhia, na apuração do ICMS devido mensalmente. Alega-se: (i) suposto recolhimento a menor do ICMS, por apropriação de crédito fiscal em montante supostamente superior ao permitido pela legislação; e (ii) ausência de enquadramento da transferência, ao convênio ICMS 85/2011, contra o que a Companhia defende-se no respaldo legal havido para a operação.

EDEVP
. Auto de Infração com valor pedido de R$ 17.333 onde se discute questões relacionadas a ICMS.

Uso de estimativas: A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

27 Taxas regulamentares - consolidado

Movimentação	2016	2015
Saldo inicial -2015 e 2014	**173.500**	**329.498**
Juros	22.438	25.465
Amortização	(41.598)	(181.463)
Saldo Final -2016 e 2015	**154.340**	**173.500**
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	59.465	66.863
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	94.875	106.637
Circulante	58.635	20.373
Não circulante	95.705	153.127

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobras pelas controladas indiretas EMT, ETO, CFLO, CAIUÁ, CNEE, EEB e EDEVP, conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros SELIC incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais; (ii) Os débitos em atraso referente ao Proinfa e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas. Os parcelamentos das controladas CFLO, CAIUÁ, CNEE, EEB e EDEVP foram totalmente liquidados.

28 Incorporação de redes - consolidado

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, nº 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, nº 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, EEB, CNEE, CFLO, CAIUA e EDEVP até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica das controladas EMT e ETO, em áreas rurais no Mato Grosso e Tocantins, foi prorrogado para 2020 e 2018, respectivamente. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória nº 1993 (EMT) e nº 1994 (ETO), publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 15 de dezembro de 2014.

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue a movimentação ocorridas no exercício:

Descrição	2016	2015
Saldos em 2015 e 2014	**294.625**	**363.293**
Adição no exercício	49.464	53.996
Atualização monetária	55.887	42.590
Baixas/ pagamentos (*)	(86.963)	(165.254)
Saldos em 2016 e 2015	**313.013**	**294.625**
Circulante	234.398	109.463
Não circulante	78.615	185.162

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, R$86.963 refere-se a pagamentos (R$149.546 em 2015 e R$15.708 a processos indeferidos).

Notas Explicativas

29 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Participações Empregados	1.398	952	37.097	23.433
Salários a pagar	-	-	18.048	22.239
Banco Daycoval Rede Energia RJ	50.693	50.693	50.693	50.693
Outros Beneficios a empregados	320	994	7.674	9.437
Provisão fundo de pensão (HSBC)	2.000	2.000	4.000	4.000
Prêmio de seguros	23	28	2.676	3.090
Adiantamentos de clientes	-	-	44.909	36.173
Retenção de caução contratual empreiteiras	140	103	13.596	7.273
Rede Energia - Banco Pine	-	-	1.663	1.663
Parcelamentos de multas regulatórias	-	-	6.765	13.259
Valores e encargos a recuperar tarifa – TUSD	-	-	12.201	12.201
Taxa fiscalização ANELL – contribuição mensal	-	-	5.632	460
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	19.529	18.676
Reserva de reversão / amortização	-	-	8.248	8.248
Outras contas a pagar	3.800	6.663	51.547	91.565
Total	**58.374**	**61.433**	**284.278**	**297.328**
Circulante	54.820	54.197	204.650	150.049
Não Circulante	3.554	7.236	79.628	147.279

30 Patrimônio líquido

30.1 Capital Social

O capital social é de R$2.795.963 (R$1.260.000 em 2015), representando 1.729.827.305 (1.336.599.980 em 2015) ações nominativas, sendo 720.210.378 (641.553.423 em 2015) ações ordinárias e 1.009.616.927 (695.046.557 em 2015) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 250.070.594 (169.024.472 em 2015).

Em 01 de agosto de 2016 o Conselho de administração da Companhia elevou o capital social em mais R$1.535.963, passando o capital social para R$2.795.963, totalizando 1.751.724.980 ações, sendo 724.578.423 ações ordinárias e 1.027.146.557 ações preferencias, sem valor nominal.

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Em 12 de agosto de 2016, o Conselho de administração da Companhia deliberou o cancelamento de 21.897.675 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da companhia, que estavam mantidas em tesouraria, sendo 4.368.045 ações ordinárias e 17.529.630 ações preferenciais. Este cancelamento de ações em tesouraria foi efetuado utilizando a reserva de lucro acumulado originado por mudança de prática contábil, no montante de R$42.675.

O capital da Companhia permanece no valor de R$2.795.963, mas passa a ser dividido em 1.729.827.305 ações, sendo 720.210.378 ações ordinárias e 1.009.616.927 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia contabilizou diretamente no Patrimônio Líquido o montante de R$65.723, relativo aos custos transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações e foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido em conformidade com o Pronunciamento CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.626.300.000 em ações ordinárias e até 1.373.700.000 em ações preferenciais. , mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

Notas Explicativas

30.2 Transação de capital – transações entre sócios

	2016	2015
Saldo inicial -2015 e 2014 - ajustado	**(26.973)**	**(14.701)**
Transações entre sócios – reflexo (1)	(10.074)	(9.879)
Ganho apurado com novas aquisições de participação em controladas diretas e indiretas (2)	41.320	(2.393)
Saldo final -2016 e 2015	**4.273**	**(26.973)**

(1) Inclui parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 37.

(2) A Companhia contabilizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o montante de R$41.320, sendo R$85.806 de ganho no aumento de percentual de participação societária, R$1.621 de ágio na aquisição de ações de não controladores e R$42.865 de perda na compra de ações de não controladores, enquanto no exercício de 2015 foram apuradas perdas de R$2.393 (R$14.693 de ganho na aquisição de ações de não controladores e R$17.086 de perda na alienação de ações em tesouraria). As alterações na participação em controladas não devem impactar o resultado, pois se tratam de operações realizadas entre os acionistas da Companhia.

30.3 Reserva de lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

30.4 Reserva de lucros – reserva de retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício, R$8.607 (R$133.233 em 2015) foi destinado para a reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo monta em de R$813.931 (R$805.324 em 2015).

30.5 Reserva de lucros – retenção de lucro acumulado originado por mudança de prática contábil

Constituída com o ganho por compra vantajosa ocorrido com a aquisição da participação de não controladores em controladas, auferido no exercício de 2006. Na AGE de abril de 2012 e 2011, foram capitalizados R$60.000 e R$131.210, respectivamente. O saldo remanescente de R$105.214 está registrado, como lucros acumulados por mudança de prática contábil, no patrimônio líquido conforme explicitado no CPC 15 e ICPC 09, à disposição de Assembleia Geral de Acionistas.

30.6 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 35% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	154.717	324.922
Reserva legal (5%)	(7.736)	(16.246)
Dividendos prescritos (1)	358	190
Lucro líquido ajustado	**147.339**	**308.866**
Dividendos obrigatórios 35%	51.569	77.169
Dividendos obrigatórios provisionados – valor por ação R$0,012 e R$0,060 por Units.	11.783	-
Pagamentos dividendos:		
Valor pago por ações (3) R$0,023 (R$0,082 em 2015) e valor pago por Units R$0,115 (R$0,41 em 2015) respectivamente.	39.786	100.351
Dividendos adicionais propostos (2) - valor por ação R$0,045 (R$0,0572 em 2015) e valor por Units R$0,225 (R$0,286 em 2015).	87.163	75.201
Total dos dividendos	**138.732**	**175.552**
% sobre o lucro líquido ajustado	94,16%	56,07%

(1) A Companhia reverteu à conta de lucros acumulados cerca R$358 (R$190 em 2015) referente a dividendos anteriormente colocados a disposição dos acionistas por prescrição de prazos, conforme preceitua o item II do Art 287 da Lei 6.404/76.

Notas Explicativas

(2) Em 2016, os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

(3) O Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R$98.946, correspondente a R$0,00572 por ação de emissão da Companhia (ordinária e preferencial) e R$0,286 por certificado de depósito de ações (Unit), pagos em 08 de março de 2017.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de fevereiro de 2016, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais propostos da Companhia, relativos ao exercício de 2015, no montante de R$75.201, correspondente a R$0,0572 por ação de emissão da Companhia e R$0,286 por Certificado de Depósitos de Ações (UNIT), tendo sido pagos em 08 de março de 2016.

Em 12 de agosto de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados apurados até 30 de junho do corrente exercício, no montante de R$39.786 (R$0,023 por ação ordinária e preferencial e R$0,115 por UNIT), pagos em 25 de agosto de 2016.

30.7 Reserva de Incentivos – reserva de redução de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros – reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			2016	2015
EPB(*)	SUDENE	197/2012	-	39.535
ESE(*)	SUDENE	205/2012	-	17.575
EBO	SUDENE	206/2012	4.620	8.001
EMT(*)	SUDAM	114/2014	44.783	-
ETO	SUDAM	113/2014	10.538	12.081
Total			**59.941**	**77.192**

(*) As controladas EPB e ESE não apuraram base de cálculo do Lucro da Exploração no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, enquanto no exercício de 2015 a controlada EMT não apurou base de cálculo do Lucro da Exploração.

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados à reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

Notas Explicativas

Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados em atendimento ao CPC 26 (IAS 01) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação nos exercícios de 2016 e 2015:

	2016	2015
Saldo inicial - 2015 e 2014	**(80.039)**	**(77.291)**
Ganho e perda atuarial – benefícios a empregados	(90.268)	(4.164)
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios a empregados	30.691	1.416
Saldo final - 2016 e 2015	**(139.616)**	**(80.039)**

30.8 Participação de acionistas não controladores

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

Movimentação da participação de acionistas não controladores

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2015	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Subscrição de aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Saldo em 2016
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	33,39%	756.653	44.359	(6.911)	8.647	(2.133)	(42.370)	758.246
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	23,33%	226.508	(3.228)	(2.228)	-	(212)	(5.546)	215.295
Empresa Elétrica Bragantina S/A	4,15%	4.453	492	(476)	-	(14)	(223)	4.232
Companhia Nacional de Energia Elétrica	1,31%	1.159	237	(329)	-	(6)	-	1.062
Companhia Força e Luz do Oeste	1,70%	494	148	(108)	-	(3)	(122)	330
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A	0,07%	874	(17)	(44)	-	-	69	882
Rede Power do Brasil	0,01%	29	23	(1)	-	-	-	47
Cia Técnica de Comercialização de Energia	0,09%	(138)	1	-	-	-	-	(137)
Multi Energisa Serviços S/A	0,10%	12	51	-	-	-	(47)	9
Rede Energia S.A	3,79%	116.084	3.449	(4.523)	(6.229)	(323)	2.249	110.708
EEVP	0,01%	120	46	(2)	-	(34)	-	129
Denerge	0,04%	269	(4.492)	(2)	-	(71)	4.670	371
		1.106.517	**41.069**	**(14.715)**	**2.418**	**(2.795)**	**(41.320)**	**1.091.174**

31 Receita operacional

31.1 Receita operacional bruta - controladora

	2016	2015
Receita operacional		
Serviços especializados (*)	75.636	64.859
Deduções a receita operacional		
PIS	1.255	1.063
COFINS	5.780	4.902
ISS	1.521	1.300
Receita operacional líquida	**67.080**	**57.594**

(*) Referem-se aos serviços administrativos prestados as controladas.

Notas Explicativas

31.2 Receita operacional bruta – consolidada

	2016			2015		
	Não auditado pelos auditores independentes			Não auditado pelos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R$	Nº de consumidores	MWh	R$
Residencial	5.333.585	10.085.052	6.387.710	5.221.397	9.866.146	6.189.027
Industrial	46.778	2.967.481	1.721.032	49.755	3.637.964	2.192.884
Comercial	465.600	5.365.140	3.492.827	467.325	5.577.561	3.585.995
Rural	596.133	2.592.122	1.161.935	589.087	2.526.754	1.124.946
Poder Público	61.924	1.298.678	781.382	61.413	1.329.765	789.487
Iluminação Pública	6.571	1.408.130	456.370	6.350	1.391.426	475.333
Serviço Público	7.564	1.033.284	448.504	7.294	1.018.754	439.696
Consumo Próprio	1.417	37.775	-	1.397	36.502	-
Subtotal	**6.519.572**	**24.787.662**	**14.449.760**	**6.404.018**	**25.384.872**	**14.797.368**
Suprimento de energia elétrica	2	3.961.006	621.087	2	1.621.443	434.302
Fornecimento não Faturado Líquido	-	(55.982)	(37.846)	-	(51.983)	115.652
Disponibilidade do Sist. De Transmissão	475	-	703.732	244	-	496.708
Venda de Energia Comercializada	-	2.458.348	488.605	-	2.067.580	434.040
Receita de Construção (1)	-	-	1.427.024	-	-	1.381.542
Serviços Especializados	-	-	96.406	-	-	88.320
(-) Ultrapassagem Demanda (2)	-	-	(28.341)	-	-	(22.946)
(-) Excedentes de Reativo	-	-	(56.074)	-	-	(39.586)
Constituição e Amortiz. – CVA Ativa e Passiva (3)	-	-	(513.549)	-	-	21.607
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	832.499	-	-	804.149
Ativo financeiro indenizável da concessão (vide nota explicativa 3.3)	-	-	125.096	-	-	243.409
Outras Receitas Operacionais	-	-	126.049	-	-	104.546
Total - receita operacional bruta	**6.520.049**	**31.151.034**	**18.234.448**	**6.404.264**	**29.021.912**	**18.859.111**
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	3.326.926	-	-	3.286.115
PIS	-	-	275.634	-	-	284.969
COFINS	-	-	1.269.585	-	-	1.303.000
CPRB	-	-	4.144	-	-	141
ISS	-	-	11.573	-	-	9.706
Deduções Bandeiras Tarifárias (4)	-	-	9.564	-	-	122.196
Programa de Eficiência Energética – PEE -	-	-	48.872	-	-	50.545
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-	1.413.058	-	-	1.559.060
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	-	-	48.851	-	-	50.515
Taxa de Fiscaliz dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	15.546	-	-	14.325
Total - deduções da receita operacional	**-**	**-**	**6.423.753**	**-**	**-**	**6.680.572**
Total - receita operacional líquida	**6.520.049**	**31.151.034**	**11.810.695**	**6.404.264**	**29.021.912**	**12.178.539**

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Inclui R$17.746 (R$806 em 2015) de receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, contabilizado em contrapartida de outros passivos financeiros setoriais, pelas controladas diretas EMG e ENF e indiretas ETO, CAIUÁ, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO, conforme Despacho ANEEL nº245/2016.

(3) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.

(4) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

Notas Explicativas

A ANEEL através do Ofício nº 185 de 08/04/2015 estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pelas controladas referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram de R$255.967(R$1.123.108 em 2015), tendo repassados a CCRBT o montante de R$9.564 (R$122.196 em 2015). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das Companhias até 31 de dezembro de 2016 foi de R$246.405 (R$1.000.912 em 2015).

Para os meses de janeiro a novembro de 2016 e exercício de 2015 a Aneel homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	2016	2015
Janeiro	Nº 265 de 01 de fevereiro de 2016 (Nº 583 de 04 de março de 2015)	(26)	(9.828)
Fevereiro	Nº 797 de 30 de março de 2016 (Nº 829 de 30 de março de 2015)	(48)	(9.717)
Março	Nº 1.061 de 02 de maio de 2016(Nº1.356 de 4 de maio de 2015)	1	(18.205)
Abril	Nº 1.431 de 31 de maio de 2016(Nº1.743 de 29 de maio de 2015)	1	(26.694)
Maio	Nº 1.734 de 29 de julho de 2016 (Nº 2.131 de 30 de junho de 2015)	1.158	(20.240)
Junho	Nº 2.045 de 29 de julho de 2016 (Nº 2.440 de 29 de julho de 2015)	303	(22.347)
Julho	Nº 2.298 de 29 de agosto de 2016 (Nº 3.386 de 06 de outubro de 2015)	(45)	(12.321)
Agosto	Nº 2.626 de 30 de setembro de 2016 (Nº 3.387 de 06 de outubro de 2015)	(69)	(29.910)
Setembro	Nº 2.882 de 01 de novembro de 2016 (Nº 3607 de 29 de outubro de 2015)	(36)	(8.077)
Outubro	Nº 3.147 de 01 de dezembro de 2016 (Nº 3887 de 01 de dezembro de 2015)	(1)	40.022
Novembro	Nº 3.415 de 29 de dezembro de 2016 (007 de 05 de janeiro de 2016)	(6.033)	(1.448)
Dezembro	Valor a ser homologado (265 de 01 de fevereiro de 2016)	(4.769)	(3.431)
Total		**(9.564)**	**(122.196)**

32 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora			
			Total	
Natureza do Gasto	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	2016	2015
Pessoal e administradores	15.933	12.724	28.657	25.184
Entidade de previdência privada	-	351	351	309
Material	140	532	672	688
Serviços de terceiros	3.015	12.495	15.510	39.728
Depreciação e amortização	626	2.998	3.624	2.874
Provisão p/créd. Liquidação duvidosa	87	-	87	-
Provisões para contingências	-	610	610	-
Outras	781	711	1.492	1.757
	20.582	**30.421**	**51.003**	**70.540**

Notas Explicativas

Consolidado						
	Custo do Serviço			Despesas Operacionais	Total	
Natureza do Gasto	Com Energia Elétrica	Custo de Operação	Prestado a Terceiros	Gerais e Administrativos	2016	2015
Energia elétrica comprada para revenda	5.977.056	-	-	-	5.977.056	6.130.522
Encargo de uso de sistema de transmissão e distribuição	682.279	-	-	-	682.279	801.981
Pessoal e administradores	-	644.074	30.548	271.144	945.766	822.034
Entidade de previdência privada	-	22.259	-	28.464	50.723	46.863
Material	-	110.986	440	23.359	134.785	138.171
Serviços de terceiros	-	374.708	45.372	199.605	619.685	721.567
Depreciação e amortização (a)	-	608.231	4.028	91.385	703.644	699.930
Provisão (reversão) p/créd. liquidação duvidosa	-	25.353	-	-	25.353	126.924
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	(10.528)	-	(94.212)	(104.740)	(100.653)
Custo de construção	-	-	1.427.024	-	1.427.024	1.381.542
Outras	-	42.258	-	137.936	180.194	223.895
	6.659.335	**1.817.341**	**1.507.412**	**657.681**	**10.641.769**	**10.992.776**

(a) Inclui R$33.933 (R$29.206 em 2015) referente a crédito de PIS e COFINS calculados em relação aos encargos de depreciação e amortização de bens incorporados ao ativo imobilizado e intangível incorridos no exercício.

Energia Elétrica comprada para revenda

Consolidado				
	MWH (2)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	2016	2015	2016	2015
Energia de Itaipú - Binacional	3.237.683	3.171.352	639.308	908.775
Energia de leilão	13.574.542	11.089.244	2.632.061	2.464.693
Energia bilateral e outros suprimentos	9.142.145	9.748.141	1.872.678	2.112.150
Cotas de Angra REN 530/12 (3)	941.520	963.943	189.603	166.416
Energia de curto prazo - CCEE	62.511	1.101.812	489.202	807.311
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	8.237.794	6.892.546	512.043	230.272
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	637.490	611.489	226.526	160.127
Ressarcimento pela exposição térmica (1)	-	-	-	(146.363)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(584.344)	(572.859)
Total	**35.833.685**	**33.578.527**	**5.977.077**	**6.130.522**

(1) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R$146.363.

Os valores referentes ao Despacho já foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado do exercício pelas respectivas controladas como redução de custo de energia comprada e sobre eles incidem os encargos de PIS e COFINS.

(2) Informações não auditada pelos auditores independentes.

(3) Contempla valor de REN 1585/2013.

Notas Explicativas

33 Outros Resultados

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Outras Receitas:				
Ganhos na desativação	15	99	55.453	6.600
Direito de crédito e outras avenças (*)	-	-	24.639	-
Reembolso de custos de gastos com obrigações (*)	-	-	7.666	-
Outras	-	26	10.972	6.806
Total	**15**	**125**	**98.730**	**13.406**
Outras Despesas:				
Perdas na desativação	34	34	102.298	59.517
Constituição de provisão - carta de crédito	-	-	19.924	-
Parc. REFIS Lei 10.433/2016	-	-	12.131	-
Outras	74	36	16.724	31.576
Total	**108**	**70**	**151.077**	**91.093**

(*) Refere-se a recebimento de direito de créditos e outras avenças da controlada Rede Energia e Rede Power junto EDP por força do Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças . Em 30 de setembro de 2016 foi firmado pela Energisa S/A com a controlada Rede Energia e Rede Power instrumento particular de Cessão e aquisição de créditos nos montantes de R$15.782 e R$8.857, respectivamente, devido a transação da Rede Energia e da Rede Power em 18 de junho de 2008 com a EDP – Energias do Brasil S.A., que celebrou instrumento particular de compromisso e permuta de ações e outras avenças tendo por objeto a permuta, sem torna, de ações de emissão da Energisa Mato Grosso do Sul, detidas pela EDP, por (i) ações ordinárias de emissão da Lajeado e ações preferenciais de emissão da Investco, detidas pela Companhia; e (ii) ações ordinárias Lajeado e ações ordinárias de emissão da Tocantins, detidas pela Rede Power. Nos termos e condições do Instrumento de permuta a EDP responsabilizou-se perante a Rede Energia e Rede Power, por determinada contingências passivas da Energia Mato Groso do Sul. Em decorrência da obrigação de indenizar a EDP por força do instrumento particular de Cessão firmado entre a Companhia, Rede Energia e Rede Power, liquidou em 30 de setembro de 2016 o débito total de R$24.639 diretamente com a Energisa S/A que por sua vez passou a ser devedora junto a Rede Energia e esta por sua vez com a controlada Rede Power. Adicionalmente também foram reconhecidos ressarcimentos por conta da obrigação de indenizar pela EDP a controlada Rede Energia no montante de R$7.666. Os respectivos valores foram reconhecidos pela Rede Energia e Rede Power na demonstração do resultado do exercício em outras receitas operacionais.

Notas Explicativas

34 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	93.290	13.112	307.302	157.235
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	231.448	168.361
Variação monetária e cambial	-	-	5.792	71.677
Juros ativos financeiros setoriais	-	-	70.201	81.410
Juros Selic s/ impostos a recuperar	4.769	980	52.021	21.287
Atualização deposito judicial	5	7	7.395	16.685
Comissão de aval	25.557	25.311	-	-
Atualização dos contratos de mútuo	59.463	91.275	-	-
Tributos sobre receita financeira – Pis e Cofins	(10.247)	(4.527)	(39.829)	(14.293)
Ajuste a valor presente - atualização dos créditos Opção C	31.418	28.886	-	-
Juros Ativos - Estado de Tocantins	-	-	13.227	(469)
Receita financeira – contas a receber AES SUL	-	-	11.455	-
Outras receitas financeiras	718	6.238	74.831	49.001
Total receitas financeiras	**204.973**	**161.282**	**733.843**	**550.894**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas - juros	(233.315)	(261.894)	(762.391)	(639.567)
Encargos de dívidas - variação monetária cambial	30.338	(226.440)	288.030	(1.068.759)
(-) Transferência para ordens em curso	-	-	38.196	15.125
Marcação a Mercado Derivativos	55.635	(55.276)	209.168	(153.339)
Marcação a Mercado da divida	1.127	(497)	(39.816)	14.241
Instrumentos Financeiros Derivativos	(89.606)	93.692	(664.990)	432.617
Atualização dos contratos de mutuo	(30.251)	(18.295)	-	-
Atualização PEE e P&D	-	-	(27.755)	(26.896)
Ajuste a valor presente	-	844	(45.035)	(15.337)
Atualização provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	(48)	(42)	(36.606)	(44.168)
Despesas com IOF	(13.537)	(8.216)	(30.215)	(46.484)
Despesas Aval	(12.916)	(833)	(12.916)	(833)
Juros passivos financeiros setoriais	-	-	(76.406)	(30.970)
Juros/multa	(702)	(7.574)	(65.848)	(167.657)
Juros de incorporação de redes	-	-	(55.890)	(42.590)
Juros s/ Taxas Regulamentares	-	-	(22.437)	(25.466)
Provisão valor justo títulos CCBs	(78.781)	-	(78.781)	-
Outras despesas financeiras	-	(3.948)	(122.651)	(40.166)
Total despesas financeiras	**(372.054)**	**(488.479)**	**(1.506.343)**	**(1.840.249)**
Despesas financeiras líquidas	**(167.081)**	**(327.197)**	**(772.500)**	**(1.289.355)**

35 Cobertura de seguros

A Energisa e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

As principais coberturas é como segue:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura securitária (R$ mil)	Controladora	
			2016	2015
Risco operacional	07/11/2017	38.000	17	17
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2017	50.600	7	9
Frota -Danos Materiais e Corporais a terceiros	23/10/2017	Até 360/ veículo	6	8
Vida em Grupo -Morte e Acidentes Pessoais (*)	31/12/2017	55.112	146	135
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2017	50.000	1	2
			177	**171**

Ramos	Data de vencimento	Cobertura securitária (R$ mil)	Consolidado	
			2016	2015
Risco operacional	07/11/2017	58.000	2.625	1.913
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2017	50.600	2.480	2.612
Frota -Danos Materiais e Corporais a terceiros	23/10/2017	Até 1.060/ veículo	1.225	1.272
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	23/11/2017	10.000	120	116
Aeronáutico – responsabilidade civil (RETA)	12/12/2017	991	6	8
Aeronáutico – casco/LUC	12/12/2017	207.826	199	269
Compreensivo Empresarial	28/09/2017	620	3	5
Vida em Grupo -Morte e Acidentes Pessoais (*)	31/12/2017	126.403	2.042	2.057
Multirrisco Hangar	20/11/2017	2.500	4	4
RC Hangar	20/11/2017	35.974	21	27
Transportes (**)	30/01/2017	Até 2.000/ transporte	180	180
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2017	50.000	410	538
			9.315	**9.001**

(*) Importância Segurada relativa ao mês de DEZ/16.
(**) A apólice de seguro foi renovada para o vencimento de janeiro de 2018.

Risco Operacional

Na apólice contratada foram destacados prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento / inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para danos morais, materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

Responsabilidade Civil e Responsabilidade Civil a 2° Risco

Apólice contratada possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Multirrisco

A apólice contratada possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis.

Frota

Notas Explicativas

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Geral Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em eventuais sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais e morais.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente e total por doença e auxílio funeral de seus empregados.

Transportes

Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

Compreensivo Empresarial

A apólice garante proteção contra incêndio, raio, explosão, implosão, danos elétricos, quebra de vidros, perda ou pagamento de aluguel. Estão cobertos os bens maquinismo, móveis e utensílios dos andares do prédio na Avenida Paulista – SP e do escritório na QD 701, Conj. D-Bloco B, Brasília-DF.

Responsabilidade Civil - Hangar

Apólice contratada possui cobertura securitária para Danos Materiais e Corporais, Estéticos e Morais, além de responsabilidade civil de veículos circulando em Aeroportos.

Seguro Aeronáutico

O seguro de Responsabilidade Civil (RETA) e Casco (LUC) garante a cobertura securitária da aeronave e de danos materiais e/ou corporais causados aos passageiros, tripulantes e terceiros.

Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)

Apólice de seguro garante o pagamento dos prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os Segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados decorrentes de atos de sua gestão.

36 Arrendamento mercantil - consolidado

As controladas Energisa Serviços Aéreos e Energisa Mato Grosso possuem arrendamento mercantil no montante de R$6.412 (R$9.039 em 2015) referentes a veículos e aeronave, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arredamento mercantil, com prazo de duração de 36 a 120 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia em atendimento ao CPC-06 (R1) (Operação de Arrendamento Mercantil), reconheceu os montantes de R$5.693 (R$5.759 em 2015), como despesa de depreciação e de R$3.066 (R$3.275 em 2015) como despesa financeira referente aos encargos dos contratos.

Condições contratuais do arrendamento mercantil em 2016 da controlada EMT:

		Características da Operação			Custo da Dívida		
Operação	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR(Taxa efetiva de juros) (*)
CESSNA FINANCE	29/09/2020	Trimestral	Depósito Caução	120	Dólar	6,75%	-9,79%

(*) Inclui variação cambial.

A liquidação dos contratos em moeda estrangeira no montante de R$33.622 (R$46.744 em 2015), será finalizada em 29 de setembro de 2020.

Notas Explicativas

Em 2016, os contratos classificados no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2016
2018	10.125
2019	10.125
2020	7.594
Total	**27.844**

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Descrição	2016	2015
Saldos iniciais - 2015 e 2014	**46.744**	**35.925**
Encargos de dívidas – juros, variação monetária e cambial	(4.452)	19.653
Pagamento de principal	(5.604)	(5.559)
Pagamento de juros	(3.066)	(3.275)
Saldos finais - 2016 e 2015 (*)	**33.622**	**46.744**
Circulante	5.778	9.471
Não circulante	27.844	37.273

(*) Saldo incluído na nota explicativa nº 21 – empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

37 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	2016		2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	2	41.878	41.878	222.737	222.737
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	2	797.525	797.525	51.581	51.581
Clientes	2	5.989	5.989	5.808	5.808
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.348	1.348	106.025	106.025
Créditos com partes relacionadas	2	710.946	710.946	717.411	717.411
Passivos					
Fornecedores	2	2.370	2.370	1.703	1.703
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2	1.696.360	1.703.099	1.939.999	1.948.067
Instrumentos financeiros derivativos	2	38.261	38.261	47.679	47.679
Débitos com partes relacionadas	2	269.608	269.608	228.573	228.573

Notas Explicativas

Consolidado					
		2016		2015	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	2	797.200	797.200	1.083.627	1.083.627
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.903.756	1.903.756	816.130	816.130
Clientes, consumidores e concessionárias	2	2.224.314	2.224.314	2.194.510	2.194.510
Títulos de créditos a receber	2	27.965	27.965	6.300	6.300
Ativo financeiro setorial	3	690.901	690.901	1.062.905	1.062.905
Contas a receber da concessão	3	3.484.798	3.484.798	2.858.710	2.858.710
Instrumentos financeiros derivativos	2	257.959	257.959	487.628	487.628
Passivos					
Fornecedores	2	1.377.350	1.377.350	1.530.887	1.530.887
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas, debêntures e arrendamento mercantil	2	7.661.723	7.668.065	7.977.017	7.985.923
Parcelamento de impostos	2	84.746	84.746	95.147	95.147
Passivo financeiro setorial	3	803.339	803.339	637.843	637.843
Taxas regulamentares	2	154.340	154.340	173.500	173.500
Instrumentos financeiros derivativos	2	160.832	160.832	176.773	176.773
Instrumento financeiro – MTM (*)	2	347.929	347.929	337.854	337.854

(*) A controlada EEVP e a BNDESPAR assinaram contrato assegurando à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer, em face da controlada, a opção de venda de até 67.642.986 ações preferenciais de emissão da Rede Energia S/A, de propriedade da BNDESPAR. A opção de venda de até a totalidade das ações poderá ser exercida pela BNDESPAR, dentro do prazo de 60 dias a contar de 03/01/2019.
Em 4 de fevereiro de 1999, a controlada EEVP, o BNDES Participações ("BNDESPAR") e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior (antigo acionista do grupo Rede), celebraram Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de Emissão da Rede Energia S/A - em recuperação judicial (atual denominação da CAIUÁ Serviços de Eletricidade S/A), atualizados pelos Aditivos n°1, n°2, n°3 e n°4 de 29 de março de 2006, 9 de agosto de 2007, 27 de abril de 2010 e 1 de agosto de 2013, respectivamente.

Em 31 de março de 2014, foi celebrado entre a controlada EEVP, BNDESPAR, a Energia S/A e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior o Aditivo n°5 e Consolidação do Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de emissão da Rede Energia S/A – em recuperação judicial. As partes negociaram que a controlada EEVP outorgará à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer a opção de venda de até 67.642.986 ações preferenciais de emissão da Rede Energia S/A – em recuperação judicial. A referida opção de venda de ações poderá ser exercida dentro do prazo de 60 dias, a partir de 03 de janeiro de 2019. O referido Aditivo n°5 estava condicionado à transferência para a Energisa S/A, do controle acionário indireto da controlada EEVP e da Rede Energia.

Preço de exercício

Caso a opção seja exercida, a controlada EEVP e/ou a Energisa S/A pagarão à BNDESPAR pela totalidade das ações o valor de R$390.800, atualizados pela variação da TJLP, acrescida de 1,76% ao ano, a partir de 01 de julho de 2013.

O preço de exercício da opção poderá ser pago em moeda corrente nacional ou por meio de aumento de capital social da Energisa S/A, composto por 4 ações preferenciais e 1 ação ordinária ("Units"), a exclusivo critério da controlada EEVP e/ou da Energisa S/A.

Na hipótese de pagamento por meio de aumento de capital da Energisa S/A, o preço de cada ação ordinária e preferencial a ser emitida será de valor suficiente para perfazer o montante de R$14,40 por Unit, atualizados a partir de 01 de julho de 2013. Caso o valor da Units for inferior a 25% do preço médio ponderado nos 60 pregões anteriores, a Energisa irá indenizar o BNDESPAR o valor de tal diferença no prazo de até 5 dias da integralização de capital.

O preço de exercício e a quantidade de Units serão ajustados sempre que houver aumentos de capital por bonificação, desdobramentos ou grupamentos de ações ou Units de emissão da Energisa S/A.

Garantias

A controlada EEVP deverá constituir em favor do BNDESPAR, como garantia do cumprimento da obrigação de compra das ações preferenciais acima citadas, a caução de no mínimo, 117.643.852 ações ordinárias de emissão da Rede Energia, de sua propriedade.

A caução de ações deverá representar, a qualquer tempo, no mínimo, 40% do capital votante da Rede Energia S/A.

Precificação

O preço de exercício – R$9,04/ação – calculado pelo preço de exercício inicial de R$5,78/ação acrescido de TJLP + 1,76% a. a. acumulada entre 01 de julho de 2013 até 31 de dezembro de 2016 e projetado até a data de exercício com TJLP de 7,5% + 1,76% a.a. A taxa livre de risco utilizada no cálculo é de 10,05% a.a. e volatilidade média ponderada do período foi de 45,82% a.a. Em 31 de dezembro de 2016, o preço de fechamento da ação do Rede foi de R$ 2,38/ação.

A quantidade de ações da Put é de 67.642.986 e o prazo de exercício é de 60 dias contados a partir de 03 de janeiro de 2019.

Notas Explicativas

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos e passivos financeiros setoriais e o contas a receber da concessão como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício de R$92.298 (R$293.849), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgados nas notas explicativas nº 12 e 16.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 2016 e 2015 estão identificadas a seguir:

Não derivativos – classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, contas a receber da concessão, ativos financeiros setoriais. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas manifestarem intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures – Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobras, BNB, BNDES, BDMG e Finep, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros

Notas Explicativas

referente aos empréstimos com bancos comerciais que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses, o FIDC (III e IV), 7ª emissão de debêntures da Energisa, 1ª emissão de debêntures da ETO, 7ª emissão de debêntures da EMS, a 5ª emissão de debêntures da EMT e a 3ª emissão de debêntures da ESE, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia e suas controladas realizaram a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia e suas controladas efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 2016 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R$28.285 (R$19.881 em 2015) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício de 2016 para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 31 de dezembro de 2016, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R$11.531 (R$5.640 em 2015) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas

Notas Explicativas

utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista a cada dois anos e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro".

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício de relatório é o seguinte:

	Consolidado	
	2016	2015
Dívida (a)	7.659.309	7.977.017
Caixa e equivalentes de caixa	(797.200)	(1.083.627)
Dívida líquida	6.862.109	6.893.390
Patrimônio líquido (b)	3.681.871	2.211.653
Índice de endividamento líquido	1,86	3,11

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.
(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	-	2.623	-	-	-	-	2.623
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	15,86%	139.121	144.129	765.121	1.061.552	497.185	2.607.108
Total		**141.744**	**144.129**	**765.121**	**1.061.552**	**497.185**	**2.609.731**

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	-	1.111.730	58.523	204.832		12.018	1.387.103
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	13,93%	1.051.376	1.062.011	3.841.792	2.254.999	6.911.266	15.121.444
Total		**2.163.106**	**1.120.534**	**4.046.624**	**2.254.999**	**6.923.284**	**16.508.547**

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Notas Explicativas

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é a seguinte:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Caixa e equivalente de caixa	6	41.878	222.737	797.200	1.083.627
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6	797.525	51.581	1.903.756	816.130
Clientes, consumidores e concessionárias	7	5.989	5.808	2.224.314	2.194.510
Títulos de créditos a receber	8	-	-	27.965	6.300
Ativo financeiro setorial	12	-	-	690.901	1.062.905
Contas a receber da concessão	16	-	-	3.484.798	2.858.710
Instrumentos financeiros derivativos	36	1.348	106.025	257.959	487.628

Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 com queda de 16,5% sobre 31 de dezembro de 2015, cotado a R$3,2591/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2016 era de 14,4%, enquanto em 31 de dezembro de 2015 era de 22,07%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2016, de R$7.679.742 (R$7.992.569 em 2015), R$2.067.183 (R$2.611.367 em 2015) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em setembro de 2020) e custo máximo de 6,75% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 apresenta no ativo circulante (R$65.793 em 2015) e não circulante R$1.348 (R$40.232 em 2015) e R$27.637 (R$16.806 em 2015) no passivo circulante e R$10.624 (R$30.873 em 2015) no passivo não circulante na controladora, R$116.961 (R$117.780 em 2015) no ativo circulante, R$140.998 (R$369.848 em 2015) no ativo não circulante e R$139.935 (R$126.251 em 2015) no passivo circulante e R$368.826 (R$388.376 em 2015) no passivo não circulante, no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. No exercício, a Energisa reconheceu diretamente no seu Patrimônio Líquido R$10.075 (R$9.879 em 2015) referente a sua participação nos efeitos refletidos no patrimônio das suas controladas.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ENERGISA S/A					
Resolução 4131 - Citibank	75.000	VC + (Libor + 1,64%) x 117,65%	108% CDI	27/04/2018	Fair Value Hedge
ESE					
Resolução 4131 - Itaú BBA	50.231	VC + 4,11%	108,95% CDI	17/04/2018	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	50.000	VC + (Libor + 1,91%) x 117,65%	103,50% CDI	19/04/2018	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	22.314	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Itaú BBA	6.444	VC + 5,33%	CDI + 3,65%	04/04/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.400	VC+ (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	12.500	V.C.+ (Libor+1,75%) x117,65%	CDI + 1,95%	21/12/2018	Fair Value Option
EPB					
Resolução 4131 - Itaú BBA	60.277	VC + 4,11%	108,95% CDI	17/04/2018	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	40.000	VC + (Libor + 1,8987%) x 117,65%	101,00% CDI	21/09/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	5.500	VC + (Libor + 1,88%) x 117,65%	CDI + 1,80%	27/02/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	20.720	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	2.900	VC + (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	21.374	VC + (Libor + 2,25%) x 117,65%	CDI + 1,98%	20/09/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.000	VC + (Libor + 2,25%) x 117,65%	116,75% CDI	21/05/2019	Fair Value Option
EMG					
Resolução 4131 – Citibank	16.450	VC + (Libor + 1,36%) x 117,65%	113,90% CDI	28/09/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	14.345	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - ABC	12.903	VC + 7,79%	CDI + 3,95%	08/09/2017	Fair Value Option
Resolução 4131 – Citibank	17.200	VC + (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	9.091	VC + 5,71%	CDI + 3,35%	02/07/2018	Fair Value Option
ENF					
Resolução 4131 - Citibank	8.250	VC + (Libor + 1,36%) x 117,65%	113,90% CDI	28/09/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Itaú BBA	7.663	VC + 5,05%	CDI + 2,95%	26/02/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Santander	3.101	VC + 4,56%	CDI + 3,10%	19/01/2017	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 - Bank of America ML	7.273	VC + (Libor + 1,50%) x 117,65%	CDI + 1,45%	04/05/2017	Fair Value Hedge
EMS					
Resolução 4131 - Bank of America ML	31.446	VC + (Libor + 1,85%) x 117,65%	CDI + 1,49%	01/06/2017	Fair Value Hedge
ETO					
Resolução 4131 - Itaú BBA	65.030	VC + 4,04%	CDI + 2,72%	13/04/2020	Fair Value Hedge
ECA					
Resolução 4131 - Itaú BBA	25.893	VC + 4,00%	CDI + 2,25%	28/11/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Bank of America ML	12.882	VC + (Libor + 1,85%) x 117,65%	CDI + 1,49%	12/06/2017	Fair Value Hedge
ELO					
Resolução 4131 - Itaú BBA	7.663	VC + 5,05%	CDI + 2,95%	26/02/2018	Fair Value Option
EEB					
Resolução 4131 – Itaú	3.984	VC + 4,00%	CDI + 2,25%	28/11/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 – ABC	12.987	VC + 7,02%	CDI + 3,55%	31/08/2017	Fair Value Option
EBO					
Resolução 4131 - Itaú BBA	6.061	VC + 5,71%	CDI + 3,35%	02/07/2018	Fair Value Option
ECOM					
Resolução 4131 - Itaú BBA	9.953	VC + 5,71%	CDI + 3,55%	05/07/2018	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ENERGISA S/A					
Santander X ESA	128.570	CDI + 1,30%	CDI + (TJLP-5,50%)	17/07/2017	Não Aplicável
HSBC X ESA	128.570	100,00% CDI	Pré 8,8% + (TJLP-5,5%)	17/07/2017	Não Aplicável
Santander X ESA	271.430	IPCA + 6,15%	IPCA + 5,85% + (TJLP-5,50%)	15/07/2019	Não Aplicável
HSBC X ESA	141.600	100,00% CDI	96,00% CDI + (TJLP-5,50%)	27/04/2018	Não Aplicável
HSBC X ESA	175.000	Pré 9,63%	102,65% CDI	15/06/2020	Não Aplicável

Notas Explicativas

A Administração da Companhia e de suas controladas permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R$/US$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Companhia e suas controladas procederam à substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como "fair value hedge", vigentes em 2016 e 2015:

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2016	2015		2016	2015
Swap de Juros	716.600	958.503	**Posição Ativa**		
			Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA	787.233	1.037.461
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(804.352)	(1.077.306)
			Posição Total Swap	(17.119)	(39.845)

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2016	2015		2016	2015
Dívida designada para "Fair Value Option"	534.602	349.105	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(522.906)	(375.730)
Swap Cambial (Derivativo)	534.602	349.105	Posição Ativa Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	522.906	375.730
			Posição Passiva Taxa de Juros CDI	(596.119)	(370.611)
			Posição Líquida Swap	(73.213)	5.119
			Posição Líquida Dívida + Swap	(596.119)	(370.611)

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2016	2015		2016	2015
Dívida (Objeto de Hedge)*	1.357.436	846.131	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(1.511.156)	(1.107.764)
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	1.357.436	846.131	**Posição Ativa**		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	1.524.988	1.121.772
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(1.337.529)	(902.787)
			Posição Líquida Swap	187.459	218.985
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.323.697)	(888.779)

(*) Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O Valor Justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de dezembro de 2016 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram

Notas Explicativas

obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:
Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2016, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(2.047.894)		(2.111.577)	(2.772.260)	(3.485.857)
Variação Dívida			(63.684)	(724.366)	(1.437.964)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos – USD e LIBOR	2.047.894		2.111.577	2.772.260	3.485.857
Variação – USD e LIBOR	-	Alta US$	63.684	724.366	1.437.964
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(1.933.648)		(1.933.648)	(1.933.648)	(1.933.648)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	114.246		177.929	838.612	1.552.209
Total Líquido	**(1.933.648)**		**(1.933.648)**	**(1.933.648)**	**(1.933.648)**

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2016, o que é refletido no valor presente negativo de R$1.933.648, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R$1.933.648, em ambos os casos.

Notas Explicativas

Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2016, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(787.232)		(787.232)	(787.232)	(787.232)
Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos – Taxa de Juros	787.232		787.232	778.359	770.224
Variação – Taxa de Juros		TJLP/CDI	-	(8.872)	(17.007)
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos -CDI + TJLP	(804.352)		(804.352)	(815.769)	(827.179)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(11.417)	(22.826)
Subtotal	(17.120)		(17.120)	(37.410)	(56.955)
Total Líquido	**(804.353)**		**(804.353)**	**(824.641)**	**(844.186)**

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2016 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 14,00%, TJLP = 7,50% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2.697.920	Alta CDI	311.880	389.849	467.819
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(1.933.648)	Alta CDI	(223.530)	(279.413)	(335.295)
	(1.772.082)	Alta CDI	(204.855)	(256.069)	(307.283)
	(551.822)	Alta TJLP	(41.386)	(51.733)	(62.079)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.484.792)	Alta IPCA	(93.394)	(116.743)	(140.091)
	(464.987)	Alta SELIC	(53.754)	(67.193)	(80.631)
	(646.203)	Alta TR	(12.989)	(16.236)	(19.484)
Subtotal (2)	(6.853.534)		(629.908)	(787.387)	(944.863)
Total -perdas (2)	**(4.155.614)**	-	**(318.028)**	**(397.538)**	**(477.044)**

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2017 (11,56% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2016, TJLP 7,50% ao ano, Selic 11,56% ao ano, TR 2,18%ao ano, IPCA 6,84% e FNE 8,0% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R$826.208.

Notas Explicativas

38 Benefícios a empregados

Segue a composição dos saldos do déficit atuarial dos planos de pensão:

Saldos dos planos	Plano de Pensão				Prêmio		Total	
	Beneficio Definido		Plano Saldado		Aposentadoria			
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Inergus (1)	(183.866)	(109.060)	(21.927)	(12.751)	-	-	(205.793)	(121.810)
Funasa (2)	(86.479)	(82.708)	-	-	-	-	(86.479)	(82.708)
Redeprev	(21.699)	(10.980)	-	-	-	-	(21.699)	(10.980)
Outros	-	-	-	-	(11.312)	(3.100)	(11.312)	(3.100)
Total	**(292.044)**	**(202.748)**	**(21.927)**	**(12.751)**	**(11.312)**	**(3.100)**	**(325.283)**	**(218.598)**
Circulante							(48.548)	(28.691)
Não circulante							(276.735)	(189.907)

(1) A controlada Energisa Sergipe Distribuidora de Energisa S/A firmou como INERGUS contrato de assunção de dívida em 31 de janeiro de 2016 no montante de R$13.753, correspondente ao valor dos recursos necessários para equacionar o déficit técnico e à capitalização das demais insuficiências de reservas matemáticas do Plano Saldado INERGUS – PSI. O valor da dívida foi parcelado em 287 parcelas de R$85 atualizado pela (Tabela SAC com juros apurado e pagos mensalmente), caso os juros sejam inferiores a taxa atuarial, será utilizado à taxa atuarial para cálculo da parcela mensal a ser paga.

O saldo em 31 de dezembro de 2016 de R$13.485, registrado em empréstimos e financiamentos (vide nota explicativa nº 21).

(2) Em 2015 a controlada EPB, registrou na rubrica de empréstimos e financiamentos no passivo não circulante no montante de R$4.889.

Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

Os planos de benefícios previdenciários mantidos pelas controladas Energisa PB (Funasa) e Energisa SE (Inergus) na modalidade de beneficio definido, tiveram aprovação da Secretaria de Previdência Privada as seguintes alterações dos referidos planos:

(a) Fechamento dos Planos de Benefícios Definido (BD) para novos participantes;
(b) Criação dos Planos Saldados (PS) para o qual puderam migrar os atuais participantes ativos; e
(c) Criação dos Planos de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para os planos (PS).

Os participantes que optaram pela migração para os planos (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação dos planos foi objeto de contrato de assunção de dívida pelas patrocinadoras Energisa Sergipe e Energisa Paraíba com os respectivos fundos patrocinados – Inergus e Funasa, respectivamente, já totalmente liquidados. Em função de suas características, os planos (PS) não serão objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadoras, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pelas patrocinadoras.

Os planos (CD) se caracterizam por serem conhecidos os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pelas patrocinadoras e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores dos planos. Dessa forma, os planos nessa modalidade não geram para as patrocinadoras, passivos em razão de desequilíbrio atuarial.

A controlada Energisa MG, também possui plano de benefícios definidos, sendo vedado o ingresso de novos participantes a partir de seu fechamento em 19/11/1997. Atualmente, somente 22 participantes permanecem inscritos na condição de assistidos e pensionistas. Esse plano é administrado pelo HSBC e encontra-se superavitário.

Os colaboradores da Energisa BO participam do fundo de beneficio definido administrado pela Brasil Previdência que sempre demonstrou ser superavitário.

Notas Explicativas

Plano de benefícios e contribuições definidas

As controladas possuem plano de contribuição definida, conforme segue:

Empresas	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/folha de pagamento	Superávit (Déficit) atuarial	
		2016	2015		2016	2015
Energisa S/A	CD	351	327	2,15	(2.252)	-
Energisa MG	CD	611	594	2,55	(4.475)	-
Energisa MG	BD	-	-	-	(2.167)	370
Energisa NF	CD	125	178	2,83	(1.013)	-
Energisa Soluções	CD	571	763	1,60	(3.418)	-
Energisa SE	PS	605	601	1,57	(21.927)	(12.751)
Energisa SE	BD	243	1.012	0,63	(183.866)	(109.060)
Energisa SE	CD	1.209	1.001	3,14	-	-
Energisa PB	PS	561	409	0,94	-	-
Energisa PB	BD	10.843	10.246	18,24	(86.479)	(82.708)
Energisa PB	CD	743	676	1,25	-	-
Energisa BO	BD	71	143	0,87	1.694	2.557
Energisa COM	CD	49	80	2,74	(65)	-
Energisa Planej	CD	27	26	0,17	(83)	-
Energisa MT	BD	267	241	-	(17.144)	(8.421)
Sobradinho	CD	-	-		(6)	-
Energisa MS	BD	4.205	4.005	-	(143)	(81)
Energisa TO	BD	177	146	-	(1.204)	(730)
CAIUÁ	BD	82	67	-	(574)	(280)
CNEE	BD	41	33	-	(449)	(43)
CFLO	BD	19	15	-	(755)	(518)
EEB	BD	53	43	-	(593)	(322)
EDEVP	BD	63	52	-	(837)	(585)

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar são determinada por atuários externos, os quais emitiram pareceres, sem apresentar comentários que representem qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pelas administrações dos planos.

A seguir, estão descritas as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses econômicas e demográficas aplicadas a todos os planos

Taxas ao ano	Avaliação atuarial 2016	Avaliação atuarial 2015
Taxa de desconto atuarial	6,10%	7,50%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos	11,94%	13,41%
Taxa de crescimento salarial (*)	3%	8,67%
Taxa de inflação projetada	5,50%	5,50%
Tábua de mortalidade Geral	AT 2000 Suav. 10% por sexo	AT 2000 Suav. 10% por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	-	MI-85 por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light média	Light média

(*) Inclui expectativa de inflação futura projetada.

As controladas Energisa PB, Energisa SE, Energisa MG e Energisa BO, possuem plano de benefício definido cujas informações são apresentadas a seguir:

Notas Explicativas

Segue posição atuarial dos ativos e passivos relacionados aos planos de aposentadorias, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, de acordo com as regras do CPC 33 R (IAS 19 R). O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

	Benefício definido	
	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais	(451.391)	(361.201)
Valor justo dos ativos do plano	171.225	163.402
Redução dos ativos do plano	(3.770)	(3.792)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos/ Passivo líquido	**(283.936)**	**(201.591)**

Demonstração das despesas para o exercício de 2017:

	Consolidado
	BD, PS
Custo do serviço corrente	806
Custo dos juros	52.938
Custo do serviço prestado	10.176
Rendimento esperado do ativo do plano	(20.702)
Juros sobre a teto do ativo	450
Despesas previstas para 2017	**43.668**

Demonstração da movimentação do passivo líquido da patrocinadora do exercício:

	Consolidado	
	2016	2015
	BD,PS	BD,PS
Passivo atuarial líquido no início do exercício:	207.913	182.059
Despesas correntes	27.653	24.581
Contribuições da Companhia	(12.309)	(9.754)
Outros resultados abrangentes	73.580	7.963
Passivo atuarial líquido do final do exercício	**296.837**	**204.519**

Os ativos dos planos são:

	Consolidado	
	2016	2015
Títulos públicos	144.520	56.999
Cotas de fundos de renda fixa	29.529	100.031
Cotas de fundos de renda variável	-	-
Investimentos imobiliários	13.351	10.077
Empréstimos a participantes	997	2.044
Outros	-	-
	188.397	**169.154**

Notas Explicativas

A movimentação do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	Consolidado	
	2016	2015
	BD, PS	BD, PS
Valor justo dos ativos no início do exercício	161.518	170.095
Benefícios pagos	(29.777)	(25.568)
Contribuições de participantes vertidas no ano	716	448
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	12.419	10.224
Rendimento efetivo dos ativos	20.370	18.907
Ganhos (perdas) atuariais dos ativos	5.978	(10.704)
Valor justo dos ativos no final do exercício	**171.224**	**163.402**

A movimentação do valor presente das obrigações é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2016	2015
	BD, PS	BD, PS
Saldo no início do exercício	365.785	345.781
Benefícios pagos no ano	(30.036)	(25.568)
Juros sobre obrigação atuarial	47.312	38.709
Custo do serviço corrente (com juros)	853	4.285
Contribuições de participantes vertidas no ano	716	449
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	-	59
Perdas (Ganhos) nas obrigações atuariais	75.709	(2.514)
Saldo no final do exercício	**460.339**	**361.201**

Plano de Aposentadoria e Pensão - empresas adquiridas em 11 de abril de 2014

As controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 2016, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R$11.597 (R$9.954 em 2015).

A controladas patrocinam, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Os planos de benefício instituídos pelos controlados junto à Redeprev são:

i. Plano de Benefícios BD-I:

Instituído em 01/01/1994, está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. O plano encontra-se em extinção para novas adesões desde 01/01/1999. Asseguram benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

ii. Plano de Benefícios - R:

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 880, de

Notas Explicativas

12/01/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, EMT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.
Os benefícios são custeados exclusivamente pelas controladas e de forma solidária com as demais patrocinadoras, CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. – em "Recuperação Judicial" e as empresas do grupo Rede Energia S.A. – em "Recuperação Judicial".

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

iii. Plano de Benefício -OP:

Instituído em 1/1/1999 assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos participantes ativos e pela patrocinadora. Os participantes contribuem, a sua escolha, com um percentual de 2% a 20% do salário contribuição e a patrocinadora, por sua vez, contribui com um adicional de 10% sobre o valor contribuído pelos participantes.

Situação financeira dos planos de benefícios – avaliação atuarial
Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2016, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 R1 (IAS 19) - Beneficio a empregados, apresentam a seguinte situação:

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado, de acordo com as regras do CPC 33 R1 (IAS 19 R).

Eventuais diferenças atuariais são reconhecidas como "remensurações" em outros resultados abrangentes. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit deve ser reconhecido no passivo da patrocinadora.

Notas Explicativas

Conciliação da posição dos fundos de benefício definido

Consolidado	BD-I, OP e R	
	2016	2015
Saldo início período 2016 e 2015	**355.663**	**349.167**
Custo do serviço corrente	1.061	982
Custo do serviço passado	-	-
Custo dos juros	45.770	39.916
Benefícios pagos	(36.750)	(13.147)
Ganhos/Perdas atuariais	62.345	(21.255)
Saldo final período 2016 e 2015	**428.091**	**355.663**
Valor justo dos ativos do plano		
Saldo início período 2016 e 2015	**384.059**	**372.669**
Retorno esperado	49.698	42.874
Alteração regulamentar do Plano OP	-	-
Contribuições efetuadas (participantes e empresa)	2.721	795
Benefícios pagos	(36.747)	(27.480)
Contribuição empregador	3.093	1.060
Ganhos/Perdas atuariais	72.977	4.873
Liquidações (Distribuições de Superávit)	-	(10.732)
Saldo final período 2016 e 2015	**475.801**	**384.059**
Posição líquida	**28.396**	**28.396**
Saldos:		
BD-I	28.811	23.672
OP	23.513	12.647
R	(4.614)	(7.923)
Total	28.396	28.396
Déficit registrado	(10.980)	(10.980)
Superavit não registrado	39.376	39.376
Circulante	907	907
Não circulante	10.073	10.073

Demonstração da movimentação do passivo líquido da patrocinadora no exercício:

	Consolidado	
	2016	2015
Passivo atuarial líquido no início do exercício	2.628	6.721
Contribuições da Companhia/Participantes	-	(337)
Outros Resultados Abrangentes	7.302	962
Receitas e (Despesas) correntes	1.382	(4.246)
Total	**11.312**	**3.100**

Demonstração das despesas para o exercício de 2017 e 2016:

	Consolidado	
	2017	2016
Custo do serviço corrente (com juros)	1.465	1.029
Juros sobre as obrigações atuariais	1.258	1.202
Rendimentos esperados dos ativos do plano	-	(849)
Remensuração do custo financeiro	-	-
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**2.723**	**1.382**

Notas Explicativas

Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos:

	2016		
	BD-I	OP	R
Investimentos:			
Títulos públicos	54,26%	48,01%	62,15%
Créditos privados e depósitos	29,43%	32,27%	8,61%
Ações	0,45%	1,35%	0,53%
Fundos de investimento	7,77%	7,05%	6,91%
Empréstimos e financiamentos	6,59%	5,89%	20,98%
Operações compromissadas	0,22%	4,19%	0,79%
Investimento imobiliário	1,01%	0,96%	0,00%
Outros	0,27%	0,28%	0,03%
Total	**100%**	**100%**	**100%**

Prêmio aposentadoria

A Companhia e suas controladas Energisa MG, Energisa NF, Energisa Soluções S/A, Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A e Energisa Comercializadora S/A em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício – aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

Para o exercício de 2016 não houve despesa de manutenção do plano na controladora sendo (R$255 em 2015) e R$445 (R$545 em 2015) na Energisa Soluções, R$633 (R$301 em 2015) na Energisa MG e R$129 (R$58 em 2015) na Energisa NF.

Abaixo são apresentados a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado da Energisa S.A e consolidado.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos reconhecidos no balanço:

	Consolidado	
	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	11.312	10.054
Valor justo dos ativos do plano	-	(7.426)
Passivo atuarial líquido a ser provisionado	**11.312**	**2.628**

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial líquido:

	Consolidado	
	2016	2015
Passivo atuarial líquido no início do ano	3.100	6.721
Saldos de planos descontinuados	(472)	(337)
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	1.382	962
Outros resultados abrangentes	7.302	(4.246)
Passivo atuarial líquido no final do ano	**11.312**	**3.100**

Notas Explicativas

Conciliação do valor presente das obrigações em 2016.

	Consolidado	
	2016	2015
Valor presente das obrigações no inicio do ano	10.054	14.974
Saldos planos descontinuados	-	(340)
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.029	584
Juros sobre obrigação atuarial	1.202	765
Benefícios pagos no ano	(656)	(7.681)
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(317)	1.752
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**11.312**	**10.054**

Demonstração das despesas para os exercícios de 2017 e 2016, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	Consolidado	
	2017	2016
Custo do serviço corrente (com juros)	1.465	1.029
Juros sobre as obrigações atuariais	1.258	1.202
Rendimentos esperados dos ativos do plano	-	(849)
Remensuração do custo financeiro	-	-
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**2.273**	**1.382**

Uso de estimativas: os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados, devido as restrições na sua utilização.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Plano de saúde

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo as controladas, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados.

A Companhia, Energia MG e a Energisa Soluções, tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

Em 2016, as despesas com esse benefício foram de R$903 (R$951 em 2015) na controladora e R$55.433 (R$52.650 em 2015) no consolidado.

Notas Explicativas

39 Compromissos – consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de venda de energia - reais mil						
	Vigência	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Energisa Comercializadora Ltda	2017 a 2027	575.807	498.117	377.409	226.840	63.764	16.006

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

	Contrato de compra de energia						
	Vigência	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A (1)	2017 a 2026	85.465	86.958	88.461	90.006	91.561	582.526
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2017 a 2048	227.178	233.710	245.751	235.853	240.172	4.162.420
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2017 a 2048	668.104	662.053	671.211	609.278	635.904	10.146.911
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2017 a 2048	449.158	450.336	444.975	419.984	432.564	7.501.473
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2017 a 2048	116.122	114.997	115.594	103.808	104.295	1.594.717
CAIUÁ Distribuição de Energia S/A	2017 a 2048	154.632	153.152	155.347	135.587	141.609	2.512.755
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2017 a 2048	1.329.527	1.468.093	1.571.117	1.570.913	1.621.088	19.477.001
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2017 a 2048	466.610	472.574	487.788	361.149	392.495	7.343.114
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2017 a 2048	694.853	751.302	741.488	750.587	782.292	14.089.541
Companhia Nacional de Energia Elétrica – CNEE	2017 a 2048	84.536	78.775	77.688	67.458	67.304	1.552.311
Empresa Elétrica Bragantina S/A – EEB	2017 a 2048	104.641	111.026	130.469	115.228	129.655	2.279.639
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A – EDEVP	2017 a 2048	135.203	136.066	135.942	123.562	125.609	2.310.102
Companhia Força e Luz do Oeste – CFLO (1)	2017 a 2026	63.741	67.662	69.841	72.049	74.091	483.185
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2017 a 2027	558.234	487.416	361.849	196.226	54.363	10.384
		5.138.004	**5.274.120**	**5.297.521**	**4.851.688**	**4.893.002**	**74.046.079**

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final do exercício de 2016 e foram homologados pela ANEEL.

Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

A controladas EMG, ENF, EPB, EBO, ESE, EMT, ETO, EMS, CAIUA, CFLO, EDEVP, EEB e CNEE efetuaram análises dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado a Administração sensibilizou os resultados e não foram considerados significativos para suas operações.

40 Meio ambiente

A Companhia e suas controladas tratam os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente. No exercício findo de 31 de dezembro de 2016, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R$52.004,00 (R$34.762 em 2015), sendo R$45.687 (R$30.074 em 2015) alocados no ativo imobilizado ou intangível e R$7.059 (R$4.688 em 2015) despesas operacionais, no consolidado.

41 Ativos de geração alienados

A Companhia concluiu em 18 de novembro de 2014, negociação com a São João Energética S/A, FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável SA, empresas indiretamente controladas pela

Notas Explicativas

Brookfield Renewable Energy Partners, para venda dos ativos de geração de energia elétrica em operação e em construção. A negociação envolve 488 MW de capacidade instalada em unidades como Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs (43 MW), localizadas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, um parque eólico no Rio Grande do Norte (150 MW), usinas de cogeração a base de biomassa de cana de açúcar em São Paulo e Mato Grosso do Sul (175 MW, dos quais 115 MW em construção) e uma usina hidrelétrica no Mato Grosso (120 MW).

Os ativos que foram alienados são: SPE Cristina, Energisa Centrais Eólicas e suas subsidiárias de geração eólica, Energisa Bioeletricidade e suas subsidiárias de geração termelétrica, Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin, Energisa Geração Rio Grande, as novas expansões de plantas de cogeração Energisa Geração Vista Alegre II e Energisa Geração Santa Cândida II e Tangará Energia S/A.

Com base no pronunciamento técnico CPC 31, desde 30 de setembro de 2014, a Companhia reclassificou esses ativos e passivos que foram destinados à venda, sem que houvesse qualquer impacto no resultado.

Em dezembro de 2014 os ativos de geração destinados a alienação foram capitalizados em fundo de investimentos, pelo valor de mercado, conforme segue: (i) no Fundo FIP REDE GERAÇÂO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 95,07% do capital social de que possui na Tangará Energia S/A, pelo valor de R$229.594; (ii) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 92,2% do capital social da sociedade SPE Cristina Energia S/A, pelo valor de R$23.788 e ações correspondentes 100% do capital social da sociedade Energisa Geração Rio Grande S/A no valor de R$221.800 e da Pequena Central Hidrelétrica Zetunin no valor de R$68.600; (iii) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO EÓLICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, ações correspondentes a 92,2% do capital social da sociedade Energisa Geração Centrais Eólicas RN, pelo valor de R$485.894 e (iv) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO BIOMASSA, ações correspondentes a 100% do capital social da sociedade Energisa Bioeletricidade, pelo valor de R$436.800.

As transferências dos ativos destinados a alienação foram capitalizados aos Fundos de Investimentos pelo valor de mercado tendo sido finalizada em 30 de maio de 2015 com apuração de ganho de capital de R$573.709 na controladora e R$677.924 no consolidado.

Segue apuração do ganho de capital registrado no exercício findo em 2015:

	Controladora	Consolidado
Valor original de venda dos ativos (recebidos)	1.376.853	1.552.718
Ajuste preço adicional	113.500	113.500
Valor de venda contabilizado pela alienação dos ativos de geração	1.490.353	1.666.218
(-) Custos dos investimentos alienados	(916.644)	(988.294)
(=) Ganho de capital	573.709	677.924
(-) IR e CS - 34%	(195.061)	(195.061)
(=) Efeito líquido	**378.648**	**482.863**

Demonstração de resultado da operação descontinuada em 2016 e 2015:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita líquida	-	-	-	69.101
(-) Custo com energia elétrica	-	-	-	(24.992)
(-) Custo serviços prestados a terceiros	-	-	-	(10.360)
Lucro operacional bruto	-	-	-	33.749
(-) Despesas operacionais	-	-	-	(2.747)
Resultado do serviço	-	-	-	31.002
Ganho (Perda) apurado na alienação	(51.480)	573.709	(51.480)	676.459
Equivalência patrimonial	-	(6.241)	-	-
Receitas financeiras	-	-	-	7.116
Despesas financeiras	-	-	-	(39.966)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(51.480)	567.468	(51.480)	674.611
(-) Despesa de Imposto de renda e contribuição social	-	(195.061)	-	(198.870)
Lucro (prejuízo) da operação descontinuada	**(51.480)**	**372.407**	**(51.480)**	**475.741**

Notas Explicativas

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, perdas em controvérsias de R$51.480, que foi registrado como redutor aos resultados descontinuados (vide nota explicativa nº 13 – outros créditos).

Demonstração do fluxo de caixa das operações descontinuadas:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Atividades Operacionais				
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	51.480	(372.407)	51.480	(475.741)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	-	30.562	-	30.562
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos	-	(65.469)	-	(65.469)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	-	(1.817)	-	(1.817)
Variação líquida do caixa	**(51.480)**	**(36.724)**	**(51.480)**	**(36.724)**

42 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2016 e 2015, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	2016	2015
Outras transações não caixa		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	527.173	372.423
Contas a receber da concessão – Ativo financeiro indenizável da concessão	125.095	243.409
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores	91.779	101.530
Estoques – transferência para o intangível	2.728	2.705
Impostos a recuperar compensado para parcelamento de impostos.	-	2.689
Incorporação de redes – transferência para obrigações especiais	49.464	30.364
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	91.779	101.530
Obrigações especiais – devolução de recursos Programa LPT	-	9.149
Obrigações especiais – transferência para incorporação de redes	49.464	30.364
Intangível - transferência para estoques	2.728	2.705
Atividades de financiamento		
Parcelamento de impostos compensados	-	2.689
Empréstimos e financiamentos – devolução de recursos Programa LPT	-	9.149

Notas Explicativas

43 Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	2016	2015
Lucro líquido do exercício - controladora	154.717	324.922
Média ponderada das ações	1.522.265	1.255.286
Lucro líquido básico e diluído por ação - R$ (*)	**0,1016**	**0,2588**
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - operação continuada - R$	0,1355	(0,0378)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - operação descontinuada - R$	(0,0338)	0,2967
Lucro do exercício - consolidado	195.786	351.401
Resultado da operação continuada:	247.266	(124.340)
Acionistas da controladora	154.717	324.922
Acionistas não controladores	41.069	26.479
Resultado da operação descontinuada:	(51.480)	475.741
Acionistas da controladora	154.717	324.922
Acionistas não controladores	41.069	26.479

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

44 Eventos subsequentes

(1) Recebimentos de parcelas do subcréditos - BNDES pelas controladas:

Em 23 de janeiro de 2017 e 20, 21 e 22 de fevereiro de 2017, foram liberadas parcelas do subcrédito constantes do contrato de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES Participações S.A - BNDESPAR, junto ao banco Itaú, Citibank e Bradesco, referente à 1ª tranche do programa do Acordo de Investimento para as controladas, conforme segue:

Controladas	Valor
CFLO	53
EDEVP	1.005
EMT	9.865
ESE	5.814
EMS	5.949
EBB	1.328
ETO	10.133
EBO	2.221
ENF	488
EMG	7.502
EPB	5.277
Total	**49.635**

(2) Recebimentos de empréstimos pela controladas – Energisa Soluções Construções

Em 16 de Fevereiro de 2017, foi liberado empréstimos finame junto ao banco Itaú, no montante de R$2.337, com vencimentos até 15 de janeiro de 2022, com taxa de juros anual de TJLP + 4,80% a.a. e SELIC + 5,14% a.a.

Em 07 de março de 2017, foi liberado empréstimos finame junto ao banco Itaú, no montante de R$411, com vencimentos até 15 de janeiro de 2022, com taxa de juros anual de TJLP + 4,80% a.a. e SELIC + 5,14% a.a.

(3) Emissão debêntures simples

Notas Explicativas

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de fevereiro de 2017 foi autorizada a 8ª (oitava) emissão para distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em até 2 (duas) séries, no montante total de R$320.000, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.

Serão emitidas em 17 de abril de 2017 320.000 debentures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.

- Debêntures Suplementares: poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, em até 48.000 Debêntures suplementares, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas;

- Debentures Adicionais: poderá aumentar a quantidade de Debêntures com relação à quantidade inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Suplementares, em até 20%, ou seja, em até 64.000 Debêntures adicionais, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas.

Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Emissão destinar-se-ão ao pagamento futuro e/ou ao reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos projetos das Subsidiárias de Projetos, quais sejam, investimentos em Linhas de Distribuição (SDAT) e em Subestações (SED) já realizados ou a serem realizados pelas Subsidiárias de Projetos, que sejam enquadrados nos termos da Lei n.º 12.431 (“Projetos”).

Os recursos captados pela Companhia por meio da Emissão serão transferidos às suas controladas EMT, ETO, EDEVP, EEB, EPB, EMG e ESE (“Subsidiárias de Projetos”), nas mesmas condições da Emissão, incluindo custos incorridos pela Companhia para realização e manutenção da Emissão, devendo tal transferência ocorrer mediante a subscrição e integralização, pela Companhia, de debêntures privadas a serem emitidas pelas Subsidiárias de Projetos no âmbito de colocações privadas (“Debêntures Privadas”), para a consequente realização dos Projetos, incluindo pagamento de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos Projetos.

(4) Distribuição de dividendos intercalares

Em 17 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta lucro líquido no valor de R$98.946. Esse montante corresponde a R$0,00572 por ação de emissão da Companhia (ordinária e preferencial) e R$0,286 por certificado de depósito de ações (Unit). Os pagamentos serão efetuados a partir do dia 8 de março com base na posição acionária de 22 de fevereiro de 2017.

(5) Emissão de notas promissórias comerciais na controlada CFLO

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada 02 de março de 2017, foi deliberada a 1ª emissão de notas promissórias comerciais da controlada CFLO (“Nota Promissórias”) em duas séries, no montante total de R$10.000, custo de CDI + 1,65% a.a., sendo o valor total das Notas Promissórias em 1ª série correspondente a R$1.000 e o valor total das Notas Promissórias da 2ª série de R$9.000.

(6) Bandeiras tarifárias
A Aneel definiu a aplicação da Bandeira Amarela para o mês de março 2017, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

Com a vigência dessa bandeira, as faturas de energia observarão um adicional de R$ 2,00 a cada 100 kWh de consumo. Esse adicional já considera a revisão promovida pela Agência, ocorrida em fevereiro último, quando na bandeira amarela o adicional sofreu um acréscimo de 33%, passando de R$ 1,50 para R$ 2,00 a cada 100kWh de consumo; na bandeira vermelha-patamar 2 o adicional sofreu uma redução de 22%, passando de R$ 4,50 para R$ 3,50 a cada 100kWh consumidos.

Proposta de Orçamento de Capital

Proposta de Orçamento de Capital para 2017

ENERGISA S/A
Proposta da Administração para aprovação do Orçamento de Capital
Exercício de 2017

Aplicações de Capital e Fontes de Recursos (Regime de Fluxo de Caixa)	R$ milhões
APLICAÇÕES DE CAPITAL	**1.080,3**
1. Investimento nas operações (capex referente à holding) (*)	23,6
2. Pagamento do serviço da dívida bancária (amortização + juros)	408,4
3. Pagamento de dividendos complementares (competência: exercício 2016)	98,9
4. Manutenção de caixa para reforço da estrutura de capital, incluindo capital de giro	549,4
FONTES DE RECURSOS	**1.080,3**
1. Geração operacional de caixa antes de impostos (inclui receita financeira)	129,2
2. Dividendos complementares a receber de controladas (competência: exercício 2016)	103,1
3. Utilização de recursos disponíveis em caixa e redução do capital circulante líquido	848,0
3.1. Reserva de Retenção de Lucros	8,6
3.2. Recursos do saldo de caixa e equivalentes existente	*839,4*

* Referente a holding somente, não incluindo investimentos realizados diretamente pelas subsidiárias.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Energisa S.A.

Cataguases - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Energisa S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Energisa S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho, individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

“Principais assuntos de auditoria” são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita - fornecimento de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nos 3.2 e 31 às demonstrações financeiras, o faturamento da energia elétrica que compõe a receita das controladas é volumoso e pulverizado, o que resulta na dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor. Concluído o processamento do faturamento, a adequação do registro contábil depende da correta integração entre os sistemas de faturamento e contábil. A finalização do processo de reconhecimento da receita ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Administração em relação a parcela da receita de fornecimento de energia no mês, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com regime de competência.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo de reconhecimento de receita incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos sobre o faturamento e a receita, envolvendo nossos especialistas de Tecnologia da Informação; realização de procedimentos de análise de variação dos saldos; teste de valorização da receita, confrontando com as expectativas geradas a partir de nosso conhecimento da indústria; testes de amostragem, confrontando as informações do faturamento com os dados de consumo individual e tarifas aprovadas pelo Órgão Regulador; e teste da integridade entre os sistemas de faturamento e contábil.

Provisão para riscos e passivos contingentes

A Companhia e suas controladas possuem diversos processos e/ou questionamentos fiscais, cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob controle das mesmas (nota explicativa nº 26). Devido a razões diversas, algumas dessas disputas podem não estar corretamente avaliadas, quantificadas ou adequadamente registradas. A administração em conjunto com seus assessores jurídicos precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. Além disso, as informações de cada assessor jurídico precisam ser analisadas, consolidadas e integradas com a contabilidade.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo relativo a provisão para riscos e passivos contingentes incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos; envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos processos e/ou questionamentos em curso; verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; teste da totalização dos processos e/ou questionamentos que compõem a provisão para riscos; e revisão das informações incluídas na divulgação dos passivos contingentes nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Instrumentos financeiros derivativos

Conforme nota explicativa nº 37 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas mantêm operações significativas com instrumentos financeiros derivativos, que visam, principalmente, a proteção contra a oscilação nos empréstimos e financiamentos pelas taxas de câmbio e juros. Devido à complexidade do processo de valorização e marcação a mercado, incluindo a metodologia e premissas, existe o risco significativo de que os valores atribuídos a esses instrumentos financeiros derivativos não estejam corretamente quantificados e apresentados nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo relativo aos instrumentos financeiras derivativos incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos; envio de confirmação independente para as instituições financeiras; seleção de transações individuais para teste, incluindo o confronto das informações utilizadas nos cálculos com os respectivos contratos; utilização de especialistas internos para revisão das premissas utilizadas pela administração na valorização dos instrumentos financeiros derivativos e reexecução dos cálculos; e revisão das informações sobre os instrumentos financeiros derivativos divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia reclassificou certas transações que resultaram na reapresentação do balanço patrimonial e das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do valor adicionado correspondentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e o balanço social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não abrange o relatório da administração e o balanço social e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e o balanço social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estarem distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no relatório da administração e no balanço social somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa

Contador

CRC 1RJ 065.976/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2016

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 23 de março de 2017.

Ricardo Perez Botelho

Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Gustavo Nasser Moreira

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretor de Gestão de Pessoas

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. sobre o Parecer do Auditor Independente

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 23 de março de 2017.

Ricardo Perez Botelho

Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Gustavo Nasser Moreira

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretor de Gestão de Pessoas